

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGSeD**

AMANDA DE SOUZA RIBEIRO

**O ABORTO NAS COLUNAS RELIGIOSAS DO JORNAL FOLHA DO
NORTE DO PARANÁ**

**CAMPO MOURÃO – PR
2017**

AMANDA DE SOUZA RIBEIRO

**O ABORTO NAS COLUNAS RELIGIOSAS DO JORNAL FOLHA DO
NORTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento

Orientadora: Dra. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro

Co-orientador: Dr. Frank Antonio Mezzomo

**CAMPO MOURÃO – PR
2017**

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca
UNESPAR/Campus de Campo Mourão

R484a RIBEIRO, Amanda de Souza

O aborto nas colunas religiosas do Jornal Folha do Norte do Paraná. / Amanda de Souza Ribeiro. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (orient.); Frank Antonio Mezzomo (Co-orient.). Campo Mourão: Unespar 2017. 109f. : Il.

Tese (Dissertação Mestrado) – Universidade Estadual do Paraná. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD). – Área de Concentração: Sociedade e Desenvolvimento.

1. Comportamento Social. 2. Mídia Impressa. 3. Aborto. I. RIBEIRO, Amanda de Souza. II. PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira (Orient.). III. MEZZOMO, Frank Antonio (Co-orient.). IV. Universidade Estadual do Paraná. V. UNESPAR. VI. Título.

CDD 21.ed. 306.7
306
070.17

AMANDA DE SOUZA RIBEIRO

**O ABORTO NAS COLUNAS RELIGIOSAS DO JORNAL FOLHA DO NORTE DO
PARANÁ**

BANCA EXAMINADORA

Dra. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (Orientadora) – Unespar, Campo Mourão

Dr. Frank Antonio Mezzomo (Co-orientador) – Unespar, Campo Mourão

Dra. Tânia Regina Zimmermann – UEMS, Amambai/MS

Dra. Eliane Rose Maio – UEM, Maringá

Data de Aprovação

___/___/_____

Campo Mourão – PR

DEDICATÓRIA

Aos meus sobrinhos,
Cauã e Henrique

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que passaram pela minha vida e influenciaram de alguma forma meu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

À minha orientadora Profa. Dra. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro, por ainda na iniciação científica ter me apresentado à pesquisa científica e confiado em meu trabalho. Pelas suas orientações ao longo do mestrado, sua seriedade, dedicação, atenção e paciência. Ao meu co-orientador Prof. Dr. Frank Antonio Mezzomo pelas orientações, sugestões e acompanhamento no decorrer da investigação.

À CAPES, pela bolsa que permitiu minha dedicação integral ao mestrado.

Ao grupo de pesquisa Cultura e Relações de Poder, a cada aluno e aluna de iniciação científica que trabalhou desde 2011 na digitalização e tabulação do jornal Folha do Norte do Paraná, o que me auxiliou no desenvolvimento da nossa investigação, pelos momentos vividos durante esse processo, período de grande aprendizado.

Ao meus amigos e amigas que sempre acreditaram em mim, em especial ao Marcelo, Rodrigo, Anderson, Ellen, Ivania e Ataisa pelo apoio, carinho, incentivo e companheirismo durante esse processo, por não me deixarem desistir nos momentos difíceis.

Obrigada!!!

Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena
Acreditar no sonho que se tem
Ou que seus planos nunca vão dar certo
Ou que você nunca vai ser alguém
(Renato Russo)

RESUMO

RIBEIRO, Amanda de Souza. **O aborto nas Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná**. 109f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2017.

A pesquisa objetiva analisar as matérias das Colunas Religiosas que tematizam o aborto no jornal Folha do Norte do Paraná, mídia impressa vinculada à Diocese de Maringá. Para tanto, foram identificadas as matérias veiculadas durante todo o período de circulação do periódico (abrangendo os anos de 1962 a 1979), tendo sido encontradas 13 publicações, todas referentes ao período de 1970 a 1974. Os conteúdos foram lidos, tabulados e analisados, em vista de verificar, com base nos estudos de gênero, como o tema do aborto foi abordado nas Colunas Religiosas desse periódico. A análise das matérias evidenciou a presença dos valores católicos nas publicações e nos argumentos utilizados para condenar a prática do aborto, tendo sido a discussão da pesquisa construída a partir de três eixos de análise. No primeiro deles, apresentam-se os debates que ocorriam em diferentes países na década de 1970 em relação à legalização do aborto, sendo apresentados e problematizados os discursos das publicações do jornal que tinham como objetivo reforçar a criminalização e condenação da prática do aborto. No segundo eixo, são apresentados os posicionamentos dos movimentos feministas e da Igreja Católica acerca do aborto na década de 1970, assim como as alegações utilizadas por cada grupo para defender sua posição. Nessa direção, as matérias do jornal são analisadas em vista de identificar os discursos utilizados para legitimar a posição contrária da Igreja em relação ao aborto – e também aos princípios dos movimentos feministas. No terceiro eixo, evidenciamos a utilização da ciência nos argumentos da Igreja Católica como forma de legitimar seus discursos morais e defender a existência da vida desde o momento da concepção. As representações sobre o tema do aborto, transmitidas aos leitores do jornal, consistiam em afirmar que sua prática seria um crime cruel contra a vida de seres inocentes, além de apresentar críticas às leis civis – que não devem contrariar as leis de Deus – bem como aos movimentos feministas, que defendiam a liberdade do corpo e da sexualidade das mulheres, considerados pela Igreja como uma intervenção contrária aos preceitos e vontades divinas.

Palavras-chave: Aborto, Igreja Católica, Jornal.

ABSTRACT

RIBEIRO, Amanda de Souza. **Abortion in the religious columns of the newspaper Folha do Norte do Paraná.** 109f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2017.

The research aims to analyse the articles from the religious columns that thematize the abortion in the newspaper Folha do Norte do Paraná, printed media linked to the Diocese of Maringá. Therefore, were identified the news stories published during the period of circulation of the journal (covering the years 1962 to 1979), it has been found 13 publications, all referring to the period from 1970 to 1974. The contents were read, tabulated and analyzed, in order to verify, based on gender studies, how the topic of abortion was addressed in the religious columns of the periodic. The analysis of the material revealed the presence of catholic values in publications and arguments used to condemn the practice of abortion, having been the discussion of research constructed from three strands of analysis. In the first one, are presented the debates that took place in different countries in the 1970s regarding the legalization of abortion, and are presented and problematized the discourses of the newspaper's publications that aimed to reinforce the criminalization and condemnation of abortion practice. In the second axis, the positioning of the feminist movements and the Catholic Church about abortion in the 1970s are presented, as well as the claims used by each group to defend their position. In this direction, the articles of the newspaper are analyzed in order to identify the discourses used to legitimize the opposing position of the Church in relation to abortion - and also to the principles of the feminist movements. In the third axis, it was showed the use of science in the arguments of the Catholic Church as a way to legitimize their moral discourses and defend the existence of life from the moment of conception. The representations on the subject of abortion, transmitted to the readers of the newspaper, consisted in affirming that its practice would be a cruel crime against the life of innocent beings, besides presenting criticism of civil laws - that should not contradict the law of God - as well as the feminist movements, that defended the freedom of the body and of the women sexuality, considered by the Church as an contrary intervention to divine precepts and wills.

Keywords: Abortion, Catholic Church, Newspaper.

LISTA DE IMAGEM

Imagem 1: Primeira edição do jornal Folha do Norte do Paraná	38
Imagem 2: Propaganda eleitoral no jornal Folha do Norte do Paraná.....	39
Imagem 3: Capa do jornal Folha do Norte do Paraná	41
Imagem 4: Última página do jornal Folha do Norte do Paraná.....	41
Imagem 5: Primeira edição da Coluna Religião 1962.....	44
Imagem 6: Estrutura das Colunas Religiosas (1970).....	46
Imagem 7: Estrutura das Colunas Religiosas (1971).....	46
Imagem 8: Estrutura das Colunas Religiosas (1972).....	46
Imagem 9: Logotipo das Colunas Religiosas (1972).....	46
Imagem 10: Estrutura das Colunas Religiosas (1973).....	47
Imagem 11: Logotipo das Colunas Religiosas (1973).	47
Imagem 12: Estrutura das Colunas Religiosas (1974).....	47
Imagem 13: Logotipo das Colunas Religiosas (1974)	47

QUADROS

Quadro 1: Síntese das matérias sobre aborto publicadas no FNP	55
Quadro 2: Publicações sobre o aborto	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná de 1962 a 1979	50
Tabela 2: Publicações sobre aborto nas Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: FEMINISMOS E OS ESTUDOS DE GÊNERO	16
1.1 Feminismos no Brasil	17
1.2 Estudos de gênero	27
CAPÍTULO 2: O JORNAL FOLHA DO NORTE DO PARANÁ E A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA INVESTIGAÇÃO	33
2.1 O jornal como fonte de pesquisa	34
2.2 O jornal Folha do Norte do Paraná	36
2.3 Colunas Religiosas	44
2.4 O percurso metodológico	48
CAPÍTULO 3: A IGREJA CATÓLICA E A CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NAS COLUNAS RELIGIOSAS DO JORNAL FOLHA DO NORTE DO PARANÁ	53
3.1 Colunas Religiosas e as publicações sobre o aborto no FNP	54
3.2 Discussões em torno da descriminalização do aborto	57
3.2.1 Folha do Norte do Paraná, a Igreja Católica e a criminalização do aborto.....	61
3.3 Aborto, feminismos e Igreja Católica	68
3.4 Ciência e desigualmente entre homens e mulheres.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE	99

INTRODUÇÃO

Em novembro de 2016, os Ministros do Supremo Tribunal Federal do Brasil, em votação, afirmaram que não é crime praticar o aborto durante os três primeiros meses da gestação. A decisão foi em relação a um caso específico, no qual foi revogada a prisão preventiva de cinco pessoas que trabalhavam em uma clínica que realizava abortos clandestinos na cidade de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, alegou que interrupção da gestação, até o terceiro mês da gravidez, estaria relacionada à igualdade de gênero e à autonomia das mulheres, além de esse ser um direito fundamental de liberdade de escolha.

A decisão do STF gerou no país diversas manifestações em relação à prática do aborto e sua (des)criminalização. Grupos feministas, religiosos e pessoas em geral se manifestaram sobre o assunto, em especial por meio das redes sociais, dando origem a um intenso e caloroso debate no qual posicionamentos favoráveis e contrários à descriminalização do aborto fizeram aflorar simultaneamente uma série de representações e argumentos que dizem respeito a relações de gênero, ao direito ao corpo, à sexualidade e à vida, constituição familiar, questões de saúde pública, formação moral, entre muitos outros elementos.

O episódio recente evidencia a intensidade dos debates e das controvérsias que permeiam a discussão acerca do aborto no Brasil. Não é de hoje, no entanto, que a temática da descriminalização do aborto se coloca no cenário social e político do país, tendo ganhado força quando da intensificação dos movimentos feministas, nas décadas de 1960 e 1970. Ao longo de todo esse período, dentre uma série de discursos que se apresentam, o posicionamento e argumentos sustentados pela religião – em especial pela Igreja Católica, no caso de nosso trabalho – ganham destaque, devendo-se ressaltar a influência que exercem nas representações veiculadas e perpetuadas pelos sujeitos, pela sociedade e permeada nas relações culturais.

É no bojo de tais discussões que nossa pesquisa se volta para a temática do aborto na década de 1970, a partir da perspectiva de um periódico impresso vinculado à Diocese de Maringá, noroeste do Paraná. Assim, a investigação que aqui se apresenta tem como objetivo analisar as matérias sobre aborto publicadas nas Colunas Religiosas veiculadas no jornal Folha do Norte do Paraná (FNP), durante seu período de circulação (1962 a 1979), buscando evidenciar de que forma a temática era abordada, e quais os argumentos que embasavam o posicionamento da Igreja Católica contrário ao aborto.

O trabalho está inserido no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), a partir do qual são desenvolvidas investigações que tematizam a formação humana, com o objetivo de compreender como se dão suas relações com os processos socioculturais. Compreende-se sociedade e desenvolvimento como dimensões da formação humana, que estão relacionadas às possibilidades de escolhas dos indivíduos e grupos, bem como das condições de vida. Em especial, a linha de pesquisa “Formação humana, processos socioculturais e instituições” objetiva compreender os processos socioculturais que são constituídos nas relações estabelecidas entre os sujeitos e as esferas institucionais. Antenada com tal problemática, portanto, nossa investigação analisa as matérias publicadas nas Colunas Religiosas do FNP, buscando discutir como o tema do aborto era abordado e de que forma os valores, os argumentos da Igreja Católica se fazem presentes nas matérias.

Nossa pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão, que possui o acervo digitalizado do jornal Folha do Norte do Paraná e que vem trabalhando e realizando pesquisas com o periódico desde 2011, quando o referido acervo foi higienizado, catalogado e digitalizado.

Entendemos que o jornal, enquanto documento histórico, não pode ser tomado como fonte de verdade, mas como uma representação dos acontecimentos que sofre influências das compreensões e interesses de seus proprietários, idealizadores e do contexto no qual está inserido. Dessa forma, torna-se oportuno estudar qual a origem do periódico que estamos utilizando como fonte de pesquisa, a fim de problematizarmos de onde vêm as influências e representações produzidas e veiculadas no FNP. Como afirmam Ribeiro, Silva e Silva (2014), o jornal é um lugar-espço social em que relações de diversas ordens ocorrem ou ocorreram, e essas relações são estimuladas pelas ações, indireta ou direta, de quem produz o jornal ou faz parte da notícia.

Em paralelo, considerando a trajetória da imprensa no Brasil, é possível constatar que essa tem sido utilizada como meio educativo, participando de forma efetiva na formação cultural e política de nossa população. Assim, “as informações que divulga permitem construir uma ligação entre os interesses dos grupos dominantes e a permanente regulação coletiva que exercem” (PASQUINI, 2009, p. 13), transmitindo aos seus leitores suas crenças e valores.

Conforme mencionado, nossa pesquisa foi voltada para as publicações das Colunas Religiosas do FNP durante todo o período de circulação do periódico (1962 a 1979), a fim de

identificar as matérias que tratavam do aborto. No entanto, o recorte temporal de nossa pesquisa recaí sobre os anos de 1970 a 1974, pois foi apenas neste período que identificamos as matérias publicadas que tratavam do tema em questão. Na década de 1970, o movimento feminista no Brasil foi intensificado, tendo como objetivo a emancipação das mulheres e a luta contra a repressão ocasionada, sobretudo, pelo regime militar. A participação das mulheres nas organizações de militância política durante as décadas de 1960 e 1970 é vista como um indício das “rupturas iniciais” que estavam acontecendo naquele período em relação ao que seria apontado como próprio das mulheres, questionando a tradicional hierarquia de gênero (GIANORDOLI-NASCIMENTO; TRINDADE; SANTOS, 2007). Dessa forma, influenciadas por esses acontecimentos, as mulheres começam a ocupar lugar na política e nas relações de gênero, manifestando seu descontentamento e questionando o papel tradicionalmente atribuído a elas na sociedade. É em meio a esse contexto de discussões, a partir do qual as mulheres passaram a ocupar e reivindicar novos espaços de convivência e sociabilidade, que analisamos como as matérias publicadas nas Colunas Religiosas abordam questões relacionadas ao aborto, às mulheres e seu corpo.

Nesse movimento, buscamos aporte nos estudos de gênero, que evidenciam que a forma como pensamos, sentimos e nos comportamos são influenciadas pela imagem que possuímos de nós mesmos, imagem que é construída por meio dos modelos oferecidos pela sociedade na qual convivemos (BUTLER, 2003; SCOTT, 1995; MORENO, 1999; VIANNA; RIDENTI, 1998). Dessa forma, entendemos que as publicações veiculadas na mídia podem influenciar o comportamento de seus leitores e leitoras, no que acreditam ser certo ou errado, de modo que as publicações do periódico podem ser entendidas como uma forma utilizada pela Igreja Católica para divulgar e fortalecer seu posicionamento e discursos.

Tendo em vista nossos objetivos, nossa dissertação está organizada em três capítulos, conforme segue. No primeiro abordamos como se desenvolveram os movimentos feministas no Brasil, assim como seus objetivos, com especial atenção para a década de 1970, marcada, dentre outros, pelo contexto de ditadura militar. Apresentamos como a categoria de análise gênero foi constituída, o que defende e sua relevância em nossa investigação.

No segundo capítulo destacamos as concepções que embasam nossa utilização do jornal como fonte de pesquisa, a partir das quais entendemos que, ao utilizar o jornal como fonte, é necessário conhecer o periódico, sua estrutura e idealizadores, pois a mídia não transmite notícias de forma imparcial ou neutra, uma vez que as publicações são influenciadas pelas crenças e pensamentos de seus proprietários e demais pessoas envolvidas. Apresentamos o jornal Folha do Norte do Paraná, veículo no qual eram publicadas as Colunas

Religiosas analisadas, foco de nossa investigação, com o objetivo de mostrar como foi constituído o periódico e que tipo de influências estão presentes em seu conteúdo. Na sequência apresentamos brevemente as Colunas Religiosas publicadas no FNP durante seu período de circulação (1962 a 1979), destacando sua estrutura e principais assuntos abordados. Trazemos também, o percurso metodológico da investigação, destacando os passos e escolhas realizados. Para isso, apresentamos, no corpo do texto, tabelas com dados obtidos a partir do processo de separação das matérias por temas publicadas nas Colunas Religiosas.

No terceiro capítulo, realizamos a análise das 13 matérias publicadas nas Colunas Religiosas do Folha do Norte do Paraná. São apresentadas as Colunas Religiosas, bem como as matérias sobre aborto, descrevendo seu conteúdo e sua disposição gráfica no jornal. Na sequência, analisamos os conteúdos das matérias, que foram veiculadas durante os anos de 1970 a 1974, relacionado e problematizando-as com o cenário sociocultural do Brasil e do mundo. Nossa análise está construída a partir de três eixos, sendo que no primeiro apresentamos os debates que ocorriam em relação a legalização do aborto durante a década de 1970 em diferentes países e analisamos as publicações que buscavam reforçar a criminalização e condenação da prática do aborto. No segundo eixo trazemos como os movimentos feministas e a Igreja Católica se posicionavam em relação a prática do aborto e os argumentos morais utilizados nas publicações com o objetivo de legitimar a posição da Igreja e deslegitimar as ideias e reivindicações das feministas. Por fim, no terceiro eixo destacamos como a Igreja Católica recorrer a argumento oriundos do campo da biologia e da ciências na tentativa de legitimar seus discursos morais contra a prática do aborto e defender a existência da vida desde o momento da concepção.

Por fim, são apresentadas considerações a partir dos resultados da pesquisa, buscando-se ressaltar as contribuições da presente investigação, trazendo ainda algumas reflexões acerca da temática do aborto e da influência dos discursos religiosos da formação dos sujeitos.

As representações sobre o tema do aborto, transmitidas por meios das publicações, consistiam em alegar que sua realização seria um crime contra a vida e violaria o direito à vida do feto, além de afirmar em seus textos que as leis civis deveriam estar em acordo com as leis de Deus, pois essas seriam mais relevantes. As matérias também criticam os movimentos feministas, por defenderem a liberdade das mulheres em relação a sua sexualidade e ao seu corpo, ideias condenadas pela Igreja Católica, pois seriam contrária aos preceitos e vontades divinas.

CAPÍTULO 1

FEMINISMOS E OS ESTUDOS DE GÊNERO

Discutir acerca da temática do aborto durante os anos de 1970 implica necessariamente compreender e dialogar com a luta das mulheres em prol da liberdade de se dispor livremente de seu corpo, tema defendido pelos movimentos feministas do período, em suas lutas pelos direitos das mulheres.

Assim, em nossa investigação, ao analisarmos as matérias sobre o aborto publicadas nas Colunas Religiosas veiculadas no jornal Folha do Norte do Paraná, buscamos relacionar o conteúdo dos textos com o que estava sendo discutido sobre o aborto no Brasil e no mundo. Nesse debate, é válido ressaltar tanto o posicionamento dos movimentos feministas, que lutavam pela legalização do aborto, quanto a visão da Igreja Católica, que se manifestava contrária à prática, sendo necessário compreender e evidenciar os argumentos utilizados para sustentar cada um dos posicionamentos.

Diante do exposto, este capítulo tem como objetivo apresentar um breve histórico sobre os movimentos feministas no Brasil, em especial durante a década de 1970, período em que foram publicadas as matérias analisadas do jornal Folha do Norte do Paraná. Trazemos ainda como foi constituída a categoria de análise gênero e quais são seus pressupostos, afinal entendemos que ela é adequada para análise do corpus documental utilizado na pesquisa.

O conceito de gênero nasce em meio às lutas e reivindicações da segunda onda do feminismo, no final da década de 1960 (PEDRO, 2005). Utilizar essa categoria de análise significa questionar as desigualdades entre mulheres e homens legitimadas por um determinismo biológico, e entender que as características atribuídas a cada um dos sexos foram construídas ao longo da história e são aprendidas e adquiridas na vida social.

Entender o conceito de gênero e o desenvolvimento da segunda onda do movimento feminista no Brasil, que ocorreu na década de 1970, período que as matérias sobre aborto foram publicadas na FNP, auxilia-nos na compreensão das influências e objetivos por trás das publicações em análise. Dessa forma, torna-se relevante o estudo dos movimentos feministas, quais suas lutas, como se desenvolveram e qual a participação da Igreja Católica nessas pautas e discussões, em especial àquelas relacionadas ao aborto.

1.1 Feminismos no Brasil

O feminismo é entendido como um movimento social e político que luta pela emancipação das mulheres, por transformação social, entendida como necessária para que as mulheres conquistassem sua emancipação (OLIVEIRA, 2015). É visto como um movimento que defende os direitos das mulheres, tendo como objetivo principal “a luta pela superação das desigualdades entre homens e mulheres e pela autonomia e emancipação das mulheres” (ZIRBEL, 2007, p. 17). De acordo com Oliveira, esse movimento “se expressa em ações coletivas, individuais e existenciais. É um movimento que luta contra a exploração e a dominação vivida pelas mulheres, criado, conduzido e sustentado por mulheres” (OLIVEIRA, 2015, p. 26).

O movimento feminista tem sido descrito em ondas, devido às diferentes características e pautas que vem assumindo ao longo do tempo. A “primeira onda” se desenvolveu no século XIX e representou seu surgimento, originado como um movimento liberal realizado por mulheres que lutavam por igualdade de direitos educativos e políticos, que eram, até então, exclusivos dos homens (NARVAZ; KOLLER, 2006). O movimento feminista tinha como objetivo, nesse momento, “a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. Inscreve-se nesta primeira fase a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649).

Foi nesse período que mulheres dos Estados Unidos e da Europa deram início a um movimento que lutava em prol de direitos políticos e sociais, além de condições melhores de trabalho nas fábricas. No entendimento de Auad (2003), a marca da primeira onda do feminismo foi a luta pelo direito das mulheres ao voto. Um dos marcos que representa a primeira onda foi a publicação do livro “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, em 1949. Borges (2011) destaca que, após analisar a condição das mulheres na sociedade, Beauvoir concluiu que as posturas que são atribuídas à “figura feminina” são construções sociais produzidas ao longo da história, e que nessas, as mulheres são vistas como inferiores.

De acordo com Costa (2005), após um período de desmobilização, os movimentos feministas ressurgem na década de 1960, em meio aos movimentos de estudantes na França e nos Estados Unidos, surgidos no contexto das lutas contra a guerra do Vietnã e também dos movimentos hippies, que geraram uma revolução nos costumes e valores da sociedade da época. É nesse cenário que surge a segunda onda do movimento feminista que, segundo Costa,

Ressurge em torno da afirmação de que o “pessoal é político”, pensado não apenas como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político. Vai, portanto, romper com os limites do conceito de político, até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem. Isto é, no campo da política que é entendida aqui como o uso limitado do poder social (COSTA, 2005, p. 02).

Ao afirmar que “o pessoal é político”, o movimento traz, para a discussão política, questões antes vistas e discutidas como algo específico do mundo privado, colocando em xeque a dicotomia entre público e privado, que seria a base do pensamento liberal em relação às especificidades do poder político e também da política. Segundo Costa, o pensamento liberal entende que “o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política” (COSTA, 2005, p. 02).

Nesse contexto, o feminismo de “segunda onda” surgiu após a Segunda Guerra Mundial, em luta contra o patriarcado, pelo direito ao corpo e também ao prazer (PEDRO, 2005; PEDRO, 2006a; SARTI, 2004). Essa fase do feminismo teve como um de seus marcos o livro de Betty Friedan, “A mística feminina”, publicado em 1963. Em sua obra, a autora faz uma análise das ideias de Beauvoir, em “O segundo sexo”, e apresenta novas propostas para reformular o movimento feminista (AUAD, 2003). Nesse período, década de 1960, no Brasil, os movimentos feministas se unem com movimentos como o de estudantes e operários na luta contra o regime militar que vigorava no país (HENTZ; VEIGA, 2011).

Em vista disso, é válido ressaltar que a segunda onda do movimento feminista, que nasce também na Europa e nos Estados Unidos durante as décadas de 1960 e 1970, está relacionada ao momento histórico cultural e político vivido na época, que favoreceu a formação de movimentos sociais. Klanovicz e Athayde destacam que:

Nos Estados Unidos da América era a época dos grandes movimentos contra a guerra do Vietnã, a favor dos direitos civis, do “poder negro” e do reconhecimento da beleza dos negros, campanhas pela cultura, e também dos assassinatos de John e Bob Kennedy e de Martin Luther King. Debatia-se o “casamento aberto” e novas formas de viver em comunidades alternativas (KLANOVICZ; ATHAYDE, 2011, p. 94).

De acordo com Pinto (2003), foi central, para esses acontecimentos, as Guerras da Coreia e do Vietnã, que representaram a derrubada de dois mitos, um na Europa e outro nos EUA, colocando fim ao sonho americano.

Da parte dos EUA, o capitalismo norte-americano que surge no pós-guerra prometia a elevação da economia, consumo de bens, assim como reforçar valores familiares e morais, nos quais as mulheres eram retratadas como “rainha do lar”, dedicadas à família, responsáveis por comandar o consumo e utilização de um conjunto de eletrodomésticos que a expansão da atividade econômica possibilitou (PINTO, 2003). No entanto, no início dos anos de 1960, o aumento dos conflitos raciais e as guerras expuseram a fragilidade desse mito, a partir do qual se acreditava que, na sociedade americana, cada pessoa possuía um lugar certo para atingir sua felicidade.

Já na Europa, o mito que se questiona na década de 1960 era em relação ao sonho pregado pela revolução socialista, liderada pelos partidos comunistas. No entanto, “a revelação dos crimes stalinistas, a invasão da Hungria, em 1956, e posteriormente da Tchecoslováquia, em 1968, foram minando a força da luta unitária e da disciplina férrea para derrotar o capitalismo” (PINTO, 2003, p. 42). Nesse momento estavam sendo desafiadas as relações de hierarquia e poder, tanto no âmbito privado como no público. Em meio a esse contexto, nasce portanto, no mundo ocidental, o novo feminismo. De acordo com Narvaz e Koller:

As feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade, enquanto as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada.” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649).

No Brasil, o feminismo de segunda onda se desenvolveu no final da década de 1960. Suas reivindicações foram motivadas pelas transformações políticas, sociais e culturais que estavam ocorrendo no país. Na segunda metade da década de 1960, o Brasil estava no regime militar, vivendo um clima de medo e repressão, desaparecimentos de pessoas, mortes, censura na imprensa. O cenário político e social era de enfrentamentos ideológicos entre, de um lado, os chamados conservadores – liderados pelos partidos liberais, parte da classe média, empresários, força armada, entre outros –, unidos pela bandeira do anticomunismo, e, de outro lado, grupos tido como progressistas, liderados pelos partidos nacionalistas e clandestinos, por operários urbanos, empresários nacionalistas, estudantes, intelectuais e por uma parte da Igreja Católica, que defendiam a liberdade política, de expressão e a democracia no país (PINTO, 2003).

Em 1964, o golpe militar trouxe diversas mudanças sociais e políticas. A consolidação da ditadura teria se dado devido à repressão aos movimentos organizados pela população

contra o regime autoritário, pois dessa forma evitava-se as manifestações contra a ditadura, possibilitando que o regime se fortalecesse. Dessa forma, qualquer mobilização ou manifestação contrária era proibida, sendo portanto um período de repressão no Brasil (GONÇALVES, 2009). Borges afirma que:

Inúmeras mulheres e homens que participavam de movimentos sociais foram ameaçados pelo regime militar e tolhidos em quaisquer manifestações públicas, correndo o risco de serem identificados como “comunistas” – adjetivo generalizante, destinada aos opositores do governo repressor. Assim, por força de um contexto repressivo, as atuações dos movimentos feministas combinaram muitas vezes a militância política contra os regimes militares com as reivindicações aos direitos humanos (BORGES, 2011, p. 134-135).

Ainda no contexto brasileiro, as décadas de 1960 e 1970 foram importantes para a história dos movimentos feministas, e também em outros países da América Latina, que estavam igualmente sob regimes de ditadura (BORGES, 2011). Marques afirma que:

A militância contra o governo imposto tornou-se uma questão “obrigatória” para que o movimento feminista fosse reconhecido como movimento de relevância social. Muitas mulheres eram duplamente militantes, isto é, além de militar no movimento feminista, participavam de partidos ou de organizações de esquerda. (MARQUES, 2011b, p. 60).

Nesse período, por causa da censura promovida pelo regime militar, os movimentos sociais não podiam se expressar livremente, pois sofriam pressões e perseguições por parte do regime. Nesse momento, muitas pessoas que lutavam contra o regime foram presas e torturadas, e outras desapareceram (BARSTED, 1992; PORTO, 2009; MARQUES, 2011b). Marques destaca que:

O feminismo, no contexto de ditadura, procurou pautar-se pela linguagem predominante na esquerda do país, dominando não apenas os conceitos marxistas, mas procurando provar como, em cada uma das questões levantadas pelos líderes e partidos políticos, era possível também perceber a dimensão feminina. Falando a linguagem marxista masculina, as feministas esforçaram-se para dar legitimidade às suas reivindicações, colocando-se como grupo político relevante. (MARQUES, 2011b, p. 64).

Nesse período, organizar e participar de reuniões de qualquer ordem era considerado um grande risco, devido à repressão por parte dos militares. Dessa forma, o Ano da Mulher,

em 1975, abriu espaços para discutir questões sobre as mulheres. Sarti completa afirmando que:

O reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher como problema social favoreceu a criação de uma fachada para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente, como o Brasil Mulher, o Nós Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, para citar apenas os de São Paulo (SARTI, 2004, p. 39).

O feminismo surge em nosso país como uma consequência da luta das mulheres contra a ditadura, após a derrota da luta armada e como elaboração política (SARTI, 2004). Sobre a participação das mulheres na luta armada, Gianordoli-Nascimento, Trindade e Santos destacam que:

A participação feminina nas organizações de militância política e luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, pode ser tomada como um indicador das ‘rupturas iniciais’ que estavam ocorrendo no que era designado, à época, como próprio das mulheres, colocando em questão a tradicional hierarquia de gênero. (GIANORDOLI-NASCIMENTO; TRINDAD; SANTOS, 2007, p. 360).

Os assuntos principais discutidos durante a segunda onda do feminismo no Brasil estavam relacionados ao corpo, sexualidade e também ao prazer, além da luta contra o patriarcado (HENTZ; VEIGA, 2011). De acordo com Klanovicz e Athayde, o feminismo de segunda onda no Brasil:

balançou as estruturas das relações familiares ao questionar valores até então pensados como “direitos adquiridos e inalienantes” dos homens e de uma sociedade “patriarcal”. As mulheres saíam às ruas das grandes cidades para lutar por seus direitos em relação ao corpo e ao prazer, bem como para lutar pelos direitos de outras minorias, como os negros e os homossexuais” (KLANOVICZ; ATHAYDE, 2011, p. 93-94).

Um dos aspectos fundamentais dos movimentos feministas no Brasil é a presença dos movimentos de mulheres localizados nas classes médias e populares do país, que se expandiu por meio de articulações com as camadas populares e as organizações de bairros, tornando-se interclasses (SARTI, 2004). No final dos anos de 1940 e início de 1950, as mulheres pertencentes a diferentes ideologias e classes sociais estavam lutando contra a carestia. Após o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), aumentou o interesse em formar uma

associação de mulheres em nível nacional para combater a discriminação em relação às mulheres. No ano de 1946, líderes de diversas associações tanto de mulheres quanto de feministas, assim como outras mulheres que não pertenciam a nenhuma associação – constituindo um grupo de mulheres de diferentes classes sociais –, encontraram-se para um debate que durou três dias. Foram discutidas estratégias contra a discriminação sexual, além de questões ligadas à saúde, crianças e também sobre reforma agrária (SOIHET, 2012). Na ocasião, foi reiterada a necessidade de uma organização de nível nacional que proporcionaria ao movimento de mulheres uma unidade de representação nacional.

Não se pode tratar o movimento de mulheres como algo dissociado do movimento feminista mais amplo. No entanto, há especificidades que os diferenciam, uma vez que o movimento de mulheres foi organizado “não para pôr em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso feminista, mas para, a partir da própria condição de dona-de-casa, esposa e mãe, intervir no mundo público” (PINTO, 2003, p. 43) e tal movimento não tratava de forma exclusiva sobre questões relacionadas as mulheres. Alguns exemplos de movimento de mulheres são os clubes de mães, movimentos contra a carestia e pela anistia. A atuação do movimentos de mulheres, em conjunto com os feministas, tornou-se marco no movimento feminista no Brasil, dando-lhe uma característica própria.

Nessa luta, estavam presentes mulheres tanto vinculadas à Federação de Mulheres do Brasil, influenciadas pelo Partido Comunista e responsáveis pela passeata da Panela Vazia¹, em 1953, como também por mulheres da elite ligadas à Associação de Senhoras de Santa Tereza que lutava em defesa da mesma causa (PINTO, 2003). Esses movimentos de mulheres se mantiveram, até o final da década de 1970, em bairros pobres, onde as mulheres também lutavam por melhorias nos estabelecimentos de educação, saúde e em serviços públicos. Dessa forma, esses grupos de mulheres são anteriores à década de 1970, e permaneceram paralelamente aos movimentos feministas durante seu desenvolvimento.

Ainda quanto aos movimentos feministas de segunda onda no Brasil, no que tange às atividades desenvolvidas no interior dos mesmos, Pedro (2006a) destaca que uma das experiências relevantes eram os chamados grupos de reflexão. Tratavam, de acordo com Pedro (2006a) e Silva (2011), de pequenos grupos que reuniam mulheres para a leitura e discussão de textos feministas, além da apresentação de relatos de experiências acerca de diferentes assuntos indicados por uma coordenadora. Por meio dos relatos que cada uma

¹ Passeata em defesa de melhores salários para os trabalhadores que ocorreu em São Paulo em 1953 (GOHN, 2004).

apresentava, as mulheres dialogavam e percebiam que não estavam sozinhas, que os problemas que se deparavam eram semelhantes aos que muitas outras mulheres enfrentavam.

Os grupos de reflexão dos movimentos feministas eram formados somente por mulheres, não sendo permitida a presença de homens. A participação exclusiva de mulheres era uma maneira encontrada para que elas se sentissem mais livres para expressar, participar e discutir, sem receio de serem ignoradas ou repreendidas (SILVA, 2011). De acordo com Marques (2011b), participavam desses grupos, em geral, mulheres da classe média, mas diversos grupos se formaram nas periferias e algumas mulheres apontadas como mais preparadas tinham a função de ir até esses grupos discutir com as mulheres os temas abordados pelo feminismo, tais como sexualidade, buscando conscientizar as mulheres por meio dessa reflexão coletiva.

Nessas reuniões, cada mulher narrava a forma como foi educada e como essa maneira era diferente do modo como os meninos eram criados. Abordavam também os preconceitos e violências sofridos em diferentes fases da vida, os quais impediram seu desenvolvimento pleno (MARQUES, 2011b). A partir das discussões realizadas nesse espaço, elas percebiam as semelhanças em suas trajetórias, passando a refletir acerca da força e influência de uma cultura na qual o homem é dominante, conduzindo as mulheres à submissão e baixa autoestima (PEDRO, 2005). As reuniões eram instrumentos relevantes para o reconhecimento dos movimentos e para a politização das mulheres, abrindo caminho para debates e também para ações concretas (SILVA, 2011).

Outro ponto a ser destacado acerca do movimento feminista no Brasil é a relação delicada que foi construída com a Igreja Católica, que também se posicionava contra o regime militar. As organizações de bairro ganhavam força com o trabalho desenvolvido por algumas igrejas, a partir de uma perspectiva da Teologia da Libertação², o que colocava os grupos feministas, em determinadas situações, em descompasso com as posições Igreja (GONÇALVES, 2009; MARQUES, 2009).

É importante ressaltar que o que predominava entre o movimento feminista e a Igreja Católica era uma política de alianças, uma vez que ambos lutavam contra a ditadura no Brasil. Ao mesmo tempo, no entanto, em pautas específicas relacionadas aos costumes e à moral, como o direito ao corpo, ao prazer, divórcio, aborto, entre outros, a aliança não permanecia,

² Em relação à Teologia da Libertação, Marques destaca que ela “não se formou obviamente na alta hierarquia, mas envolveu padres, bispos e todos os que estavam mais próximos da população. No Brasil, por exemplo, para colocar em ação esta nova teoria e prática católicas, foram formadas inúmeras Comunidades Eclesiais de Base (CEB), localizadas majoritariamente nas periferias das grandes cidades e no campo, aglutinando grandes setores da população católica. Estas ‘comunidades’ foram práticas constantes da chamada esquerda católica e ocorreram em toda a América Latina, em diferentes proporções” (MARQUES, 2009, p. 02).

pois a Igreja condenava essa forma de pensamento. Como afirma Marques, “A Igreja e o feminismo podiam ser aliados na chamada ‘luta geral’, mas na ‘luta específica’, da liberação feminina, os conflitos eram inevitáveis” (MARQUES, 2011a, p. 196). Diante dessas circunstâncias, para evitar grandes conflitos, o movimento feminista mantinha as discussões em relação a temas como sexualidade, aborto e planejamento familiar, entre outros, no âmbito privado, sendo realizadas nos pequenos grupos (SARTI, 2004). Para Ávila:

A conjuntura política do regime militar, a aliança com a Igreja e com os partidos de esquerda eram fundamentais na luta contra o arbítrio e, em função disto, as questões referentes a sexualidade e reprodução tiveram que ficar estrategicamente fora do emergente discurso feminista. (ÁVILA, 1993, p. 383-384).

Diversos fatores fortaleceram o movimento feminista de segunda onda no Brasil, entre eles o impacto do movimento feminista internacional, as mudanças significativas da condição das mulheres no país durante a década de 1960, que trouxe discussões sobre a tradicional hierarquia de gênero.

Ainda sobre os fatores que levaram ao fortalecimento do feminismo no Brasil, Pedro (2011) destaca, como um dos marcos importantes, o fato de a ONU ter declarado o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, proporcionando um cenário que permitiu a visibilidade do movimento. Porto (2009) menciona que, em 1975, vários eventos foram realizados, entre eles um seminário organizado para debater o papel e comportamento das mulheres em nossa sociedade. Esse evento foi patrocinado pela ONU e também pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI). A iniciativa da ONU quanto à instituição do Ano Internacional da Mulher teria ocorrido devido à repercussão das manifestações feministas, durante a década de 1960 e início da de 1970, nos Estados Unidos e em diversos países da Europa. As manifestações ocuparam as ruas das cidades e reivindicavam diversos direitos, entre eles, o de se dispor livremente de seu corpo (PORTO, 2009).

A ONU instituiu também a Década da Mulher, entre os anos de 1975 e 1985 (MARQUES, 2011a), fazendo com que – mesmo nos países do Cone Sul que estavam em meio à ditadura, como o Brasil – as informações sobre as lutas das mulheres circulassem. Assim, esse evento resultou em diversas discussões em relação à “condição feminina” e promoveu a conscientização de diversas mulheres, o que possibilitou uma maior organização dos movimentos feministas e também a sua consolidação e ação efetiva (HENTZ; VEIGA, 2011).

A instituição da Década da Mulher tinha como objetivo contribuir para a superação das desigualdades entre homens e mulheres, assim como fornecer aos grupos de mulheres, aos feministas e de operárias mais um elemento para suas lutas. A partir dessa ação internacional houve um espaço maior para tratar das discussões em relação às reivindicações das mulheres (SILVA, 2011). Ainda de acordo com Silva, essa ação da ONU proporcionou visibilidade às causas das mulheres e oportunidades para a realização de novos debates sobre a discriminação e subordinação das mulheres em nossa sociedade. Dessa forma, os encontros e reuniões que ocorreram após a instituição da Década da Mulher sinalizavam uma conquista, pois desde a instalação da ditadura, qualquer manifestação social sofria repressão do Estado brasileiro (SILVA, 2011).

Ainda em 1975, em meio à ditadura militar e intensa repressão, no Rio de Janeiro, um seminário foi organizado por um grupo de mulheres. O seminário tematizava o comportamento das mulheres e seu papel na sociedade brasileira e teve o apoio da ONU e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que cedeu seu espaço para a realização do evento (PORTO, 2009; BARSTED, 2009; MARQUES, 2011b). De acordo com Barsted, o seminário evidenciou questões específicas das mulheres, tendo realizado um diagnóstico da sua condição no Brasil, além de constituir-se como um momento de debates públicos em relação ao feminismo no país (BARSTED, 1992). Ao final do seminário foi organizado um documento que apresentava uma análise da condição das mulheres no Brasil, sendo abordadas questões em relação à saúde, o trabalho, legislação, educação, papéis sexuais, entre outros temas (PORTO, 2009). Para Barsted,

Tendo em vista a participação quase unânime de mulheres com militância em grupos de esquerda na organização do seminário e na elaboração desse documento, é inequívoca a intenção desse grupo organizador em dialogar com os outros grupos de oposição à ditadura, de se legitimar como mais um movimento de contestação ao regime militar. Essa aliança política, que envolvia, inclusive, os grupos católicos, explica, em grande parte, o destaque dado às questões do trabalho, o cuidado na omissão da expressão feminismo e a ausência de referência à questão do aborto no documento final (BARSTED, 1992, p. 108).

Ainda na década de 1970, e após a realização do seminário sobre a condição das mulheres no Brasil, foi criado, no Rio de Janeiro, o Estatuto do Centro da Mulher Brasileira, embora não aparecendo a temática do aborto (MARQUES, 2011b). Barsted (1992) afirma que o Centro da Mulher Brasileira não se posicionava de forma oficial sobre a questão do aborto para evitar problemas com a Igreja Católica – que era sua aliada na luta contra o regime

militar –, e também evitava se pronunciar sobre planejamento familiar, a fim de evitar maiores conflitos com a esquerda. Apesar de terem os temas sido omitidos do documento oficial, várias das suas associadas tinham uma posição aberta acerca das duas questões, isto é, do aborto e do planejamento familiar.

As especificidades e o fortalecimento dos movimentos feministas no Brasil são também marcados pelas experiências de mulheres que experimentaram o exílio no exterior, retornando posteriormente com práticas e discussões que estavam ocorrendo em outros países. Durante o regime militar, conforme já mencionado, muitos brasileiros deixaram o país ou foram exilados devido às perseguições sofridas, dentre os quais se encontravam mulheres militantes, que participavam da luta contra o regime, e também companheiras de homens envolvidos em organizações contra a ditadura. Os principais destinos dessas pessoas eram os países da Europa (PINTO, 2003), sendo que várias dessas mulheres exiladas entraram em contato com as reivindicações e ideias dos movimentos feministas do exterior, em que participaram de grupos nos quais eram discutidos problemas específicos em relação as mulheres. Ao voltarem do exílio, muitas passaram a organizar grupos em seus países, reproduzindo o conceito de que cada companheira que entrava no grupo deveria trazer outras, dessa forma, a rede de mulheres aumentaria e, assim, as propostas das feministas circulariam por diferentes meios (HENTZ; VEIGA, 2011). Para Borges,

Essas mulheres tiveram acesso tanto às mobilizações em benefício de direitos às mulheres em outros países, como também à possibilidade de discutirem abertamente as instrumentações teóricas que recebiam através de leituras como, por exemplo, *A Mística Feminina*, de Betty Friedan; *Política Sexual*, de Kate Millett; *A Condição da Mulher*, de Juliet Mitchell; *A Dialética do Sexo*, de Shulamith Firestone, entre outras. Quando chegavam ao Brasil, encontravam um movimento feminista formado, porém, ainda em processo de articulação em relação às bases teóricas recebidas e a prática (BORGES, 2011, p. 130-131).

No entendimento de Sarti (2004), as feministas exiladas, ao retornarem para o Brasil, fortaleceram as correntes feministas, afinal tiveram intensas experiências políticas e influências de movimentos feministas, principalmente da Europa, com padrões e cultura diferente da nossa. O encontro e troca de experiências entre as mulheres que permaneceram no país e as que foram exiladas proporcionaram um novo panorama para o movimento.

Em 1980, o movimento feminista já era uma força social e política estabelecida no Brasil. Seu discurso estava embasado nas relações de gênero, suas ideias se espalharam pelo cenário social, por meio de porta vozes e também pelas demandas da sociedade, que vinha

passando pelo processo de modernização, urbanização e industrialização cada vez mais intenso. Os grupos de mulheres se expandiram por todo o país, penetrando em partidos, associações e sindicatos, legitimando as mulheres como sujeitos sociais (SARTI, 2004).

Com a disseminação do feminismo e com a presença de feministas nas universidades, foram criados grupos de pesquisa que se dedicaram a elaborar e organizar as teorias e práticas acumuladas pelo movimento de mulheres. Esses grupos têm como marca a procura por novas formas de conhecimento e de pensar a cultura. De acordo com Zirbel (2007), os estudos feministas questionariam os paradigmas das ciências e também as definições tradicionais política, sociedade, liberdade, entre outros. Assim, os estudos feministas têm como característica, também, a luta pela transformação social e afirmação das mulheres como sujeito do conhecimento e sujeito político, tendo como metas a produção teórica, com o objetivo de agregá-la às práticas feministas, procurando responder às questões relacionadas às suas experiências de luta, tentando mudar sua realidade (ZIRBEL, 2007).

Dentro do movimento feminista denominado de segunda onda, foi proposto o conceito de gênero, que fundamenta nossa investigação, auxiliando-nos na análise das publicações sobre aborto publicadas na Coluna Religiosa da FNP, e que será discutido a seguir.

1.2 Estudos de gênero

Durante a década de 1960, os movimentos de mulheres e as feministas deixaram de utilizar as palavras “sexo”, passando a usar em seu lugar a palavra “gênero”. A substituição do termo ocorreu a partir da reflexão de que as palavras, na maioria dos idiomas, não possuem sexo, mas gênero. Com essa mudança, buscava-se reforçar que as diferenças percebidas entre os comportamentos de mulheres e homens não estavam ligadas ao “sexo”, a questões biológicas, mas essas eram definidas pelo “gênero”, estando, portanto, mais relacionadas à cultura (PEDRO, 2005). Dessa forma, a utilização da palavra “gênero” provém dos movimentos feministas, de mulheres e também dos movimentos sociais. De acordo com Scott,

o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” (SCOTT, 1995, p. 73).

Apesar da categoria gênero ter sido criada nesse período, no início do feminismo da “segunda onda”, a categoria utilizada era “mulher”, que foi pensada e usada no sentido de se contrapor à palavra “homem”, que é em muitos casos considerada universal e utilizada na

escrita ou fala, com a intenção de contemplar todos os seres humanos, sejam eles homens ou mulheres (PEDRO, 2005).

De acordo com Pedro (2005), o movimento feminista questionava o fato de que, em nossa sociedade, o universal era masculino, e que as mulheres se sentiam excluídas ao serem referidas pelo masculino. Dessa forma, as reivindicações do movimento eram feitas em nome da “mulher”, a fim de argumentar que “homem”, utilizado de forma universal, não contemplava de fato a “mulher” e suas demandas específicas, tais como direitos iguais, divisão do trabalho doméstico, entre outros. Costa afirma que:

a “mulher” é uma categoria histórica e heterogeneamente construída dentro de uma ampla gama de práticas e discursos, e sobre as quais o movimento das mulheres se fundamenta [...] essa categoria é [...] utilizada para articular as mulheres politicamente, reconhecendo-se, contudo, suas temporalidades e densidades divergentes (COSTA, 2002, p. 71).

A categoria, portanto, tinha o objetivo de reafirmar que a “mulher” possuía uma identidade distinta da de “homem” – que se pretendia universal. De acordo com Bitencourt, o feminismo que se pautava na oposição binária entre masculino e feminino “procurou definir a identidade das mulheres por uma base comum, presente em todas as mulheres, ou seja, o sexo biológico no caso, o genital” (BITENCOURT, 2013, p. 79).

A utilização da categoria “mulher” recebeu diversas interpretações, cada uma de acordo com a forma como as relações eram entendidas, sofrendo ainda diversas críticas. A esse respeito, Pedro destaca que “Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma ‘diferença’ – dentro da diferença. Ou seja, a categoria ‘mulher’, que constituía uma identidade diferenciada da de ‘homem’, não era suficiente para explicá-las” (PEDRO, 2005, p. 82). Assim, essas mulheres não se sentiam incluídas nas reivindicações realizadas em nome da “mulher”. Temas abordados, como carreira e trabalho fora do espaço privado, já faziam parte da realidade de tais grupos, sem representar, no entanto, liberdade ou emancipação. Dessa forma, as questões e reivindicações abordadas em nome da “mulher” não atendiam às demandas de todas as mulheres, mas apenas de um grupo. Para Butler:

No começo da década de 1980, o “nós” feminista foi atacado com justiça pelas mulheres de cor que diziam que aquele “nós” era invariavelmente branco e que em vez de solidificar o movimento, era a própria fonte de uma dolorosa divisão. O esforço para caracterizar uma especificidade feminina recorrendo à maternidade, seja biológica ou social, produz uma formação de facções semelhante e até uma rejeição completa do feminismo, pois é certo

que nem todas as mulheres são mães: algumas não podem sê-lo, algumas são jovens ou velhas demais para sê-lo, outras escolhem não sê-lo, e para algumas que são mães, esse não é necessariamente o ponto central de sua politização no feminismo (BUTLER, 1998, p. 24).

De acordo com Pedro (2005), a partir desse debate, ficou entendido que havia diversos tipos de “mulheres”, cada uma ou cada grupo com realidades diferentes e, assim, com necessidades distintas umas das outras, de modo que o que um grupo de mulheres reivindicava para si, poderia não ser tão relevante para outra parcela. Assim, nessa perspectiva, passa a ser importante considerar que a sociedade traz em si distintas formas de opressão, de modo que não seria possível reunir todas as mulheres em prol de uma luta homogênea, uma vez que o fato de serem mulheres não as tornaria todas iguais (MATOS; CUNHA, 2013).

Por esses motivos, a categoria “mulher” foi substituída pela categoria “mulheres”, em respeito às diferenças entre as mulheres, e para destacar que a subordinação sofrida não era a mesma para todas. Pedro destaca que:

independentemente de usar a categoria “mulher” ou “mulheres”, a grande questão que todas queriam responder, e que buscavam nas várias ciências, era o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus. Assim, constatavam, não importava o que a cultura definia como sendo atividade de mulheres: esta atividade era sempre desqualificada em relação àquilo que os homens, desta mesma cultura, faziam (PEDRO, 2005, p. 83).

A partir da categoria “mulheres”, surgiu a categoria “gênero”, que passou a ser utilizada como categoria de análise (PEDRO, 2005; SCOTT, 1995). Para Butler,

Mulheres é um falso e unívoco substantivo que disfarça e restringe uma experiência de gênero variada e contraditória. A unidade da categoria “mulheres” não é nem pressuposta nem desejada, uma vez que fixa e restringe os próprios sujeitos que liberta e espera representar (BUTLER, 2003, p. 213).

A mudança para a categoria gênero teria sido influenciada pelos textos da historiadora Joan Scott, em que se discutiam as diferenças entre gênero e sexo, bem como as articulações com as relações de poder, afirmando que o gênero seria um “elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86), essas constituídas em meio a relações de poder. Ao abordar sobre as pesquisadoras feministas, Scott destaca que:

As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado (SCOTT, 1995, p. 73).

Para Pedro (2005), a utilização da categoria de análise “gênero” significaria questionar o determinismo biológico utilizado para legitimar as desigualdades entre homens e mulheres, assim como entender os significados do gênero no passado, isto é, os significados de ser mulher ou homem no passado.

Em nossa investigação entendemos que os estudos de gênero têm como objetivo a desnaturalização das condições das mulheres e a desconstrução do pensamento de que existem características próprias e inatas das mulheres e dos homens (MORENO, 1999; LOURO, 2012). O conceito de gênero foi proposto no interior da “segunda onda” do movimento feminista, final da década de 1960, quando, conforme exposto anteriormente, ocorria também uma luta política e social em defesa dos direitos das mulheres (LOURO, 2012; PEDRO, 2005; PEREIRA, 2005).

Scott afirma que “gênero” passou a ser usado como sinônimo de “mulheres”, sendo que, nos artigos e livros sobre a história das mulheres, o termo “mulheres” passou a ser substituído pelo “gênero”. A utilização do termo gênero visava a aceitabilidade política do campo de pesquisa, pois esse termo teria uma conotação mais neutra, objetiva e integrada na terminologia científica das ciências sociais e também ficaria dissociado da política do feminismo, que era tida como “pretensamente escandalosa” (SCOTT, 1995). Scott ressalta ainda que:

Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do “gênero” é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980 (SCOTT, 1995, p. 76).

Para Castro, o conceito de gênero seria uma alternativa a um viés naturalista e também segmentado. Gênero apontaria para as relações sociais, “apelando para sua dialética articulação com outras relações, ou seja, seria um estruturante da totalidade social, que permitiria sair das dicotomias entre o específico e o universal, entre a produção e a reprodução, entre o subjetivo e o objetivo” (CASTRO, 2000, p. 100).

A utilização da categoria de análise “gênero” possibilitou aos/às pesquisadores/as destacar as relações entre as mulheres e os homens, e analisar como os acontecimentos e tensões, ocorridos no passado em diferentes momentos, produziram o gênero.

A partir desta compreensão, as características atribuídas ao masculino ou feminino são construídas socialmente, variam de cultura para cultura, e são aprendidas socialmente. Antes do nascimento, tais características já são introduzidas por meio de expectativas, que podem ser “traduzidas nas cores e brinquedos dos enxovais, na decoração dos quartos, na escolha dos acessórios e até na forma como a mãe se comunica com o bebê em seu ventre” (CARVALHO; TORTATO, 2009, p. 23), e que já trazem formas de entender o que seria ser homem ou mulher na sociedade na qual se está inserido.

Os estudos de gênero levam em conta as relações de poder envolvidas, o contexto social, entre outros. Como destacam Carvalho e Tortato, “chama-se atenção para o fato de que não importa negar as diferenças, interessa afirmar que as diferenças podem ser enfatizadas, negadas, interpretadas, estudadas, diminuídas ou atribuídas a diferentes fatores de acordo com as circunstâncias” (CARVALHO; TORTATO, 2009, p. 27). Scott enfatiza que a utilização do termo gênero,

rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (SCOTT, 1995, p. 77).

A forma como as relações de gênero estão estruturadas em nossa sociedade “são uma máquina de produzir desigualdades” (AUAD, 2012, p. 19), pois as visões naturalistas que possuímos em relação a homens e mulheres não permitem a superação das desigualdades existentes entre eles. Assim, os estudos de gênero visam justamente a desnaturalização das desigualdades entre homens e mulheres, ao discutir como essas são permeadas por relações de poder. Dessa forma, as relações de gênero devem ser vistas como socialmente construídas, compreendendo-se que diversas características ditas “naturalmente” das mulheres ou dos homens correspondem a relações de poder, que vão ganhando status de “naturais” e verdadeiras por serem repetidas, praticadas e contadas inúmeras vezes. Para Mariano,

Gênero, como categoria analítica elaborada nos estudos feministas, tem a função de colocar luz sobre as diferentes posições ocupadas por homens e mulheres nos diversos espaços sociais, dando destaque ao modo como as diferenças construídas socialmente resultam em critérios de distribuição de poder, portanto, em como se constroem as relações de subordinação (MARIANO, 2008, p. 355).

Com base nos estudo de gênero, entendemos que as representações de homem e de mulher transmitidas às pessoas – por meio, por exemplo, dos textos, imagens e mensagens publicados nas mídias – contribuem de forma intensa para a formação de seu eu social, de seus padrões diferenciais de comportamento, como pensamos, sentimos e nos comportamos, e dos modelos com os quais cada um se identifica e da valorização atribuída pela sociedade aos indivíduos de cada um dos sexos (VIANNA; RIDENTI, 1998; MORENO, 1999). Dessa forma, entendemos que as publicações veiculadas na mídia podem influenciar o comportamento de seus leitores e leitoras, e o que acreditam ser certo ou errado.

Nesse sentido, justificamos a relevância e pertinência das discussões dos estudos de gênero em nossa pesquisa. Com base nessas discussões, buscamos analisar as representações construídas acerca do aborto a partir das Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná e como esses abordavam as mulheres, seus corpos, comportamentos e direitos. Ademais, problematizam-se as influências de tais publicações sobre as identidades das mulheres e na continuidade das desigualdades de gênero em nossa sociedade.

CAPÍTULO 2

O JORNAL FOLHA DO NORTE DO PARANÁ E A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA INVESTIGAÇÃO

Nesse capítulo, abordaremos as concepções acerca da utilização do jornal como fonte, tendo em vista que nosso corpus documental vincula-se fundamentalmente ao jornal Folha do Norte do Paraná (FNP), no qual eram publicadas as Colunas Religiosas. Destacamos os procedimentos metodológicos adotados na utilização do jornal, assim como a necessidade de investigar o periódico em estudo.

Argumentamos, a partir de nosso referencial teórico, que os documentos podem ser “falsos” e “verdadeiros”, sendo necessária a análise de seu contexto e condições de sua produção, afinal essa perspectiva pode evidenciar que esse é um instrumento de poder utilizado para propagar determinadas crenças e valores de seus idealizadores e daqueles que são, de alguma forma, os grupos sociais representados. Assim, destacamos a constituição do FNP e quais influências estão presentes no conteúdo do periódico.

Abordamos como foi constituído o jornal Folha do Norte do Paraná e como eram organizadas as Colunas Religiosas que se constituem como o foco da nossa investigação. Para tanto, apresentamos o processo de criação e constituição do jornal, sua estrutura, as colunas que o constituíam, os principais temas e assuntos tratados, a fim de oferecer elementos acerca dos aspectos internos do periódico.

Na sequência, apresentamos as Colunas Religiosas do FNP, publicadas pela primeira vez no ano de 1962 e foram veiculados até o fechamento do periódico, em 1979. Destacamos como eram intituladas as Colunas durante todo o período, como eram constituídas, quem assinava as publicações e os principais assuntos abordados. Apresentamos em especial como eram as colunas durante a década de 1970, período em que foram publicadas as matérias sobre o aborto identificadas no FNP.

Por fim, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, destacando a constituição da fonte documental e evidenciando os passos definidos no processo de tabulação e como delimitamos o recorte temático dessa investigação, o aborto.

2.1 O jornal como fonte de pesquisa

Ao longo da década de 1970, as discussões da terceira geração do movimento dos Annales³, que ficou conhecido na década de 1970 como Nova História, trouxeram mudanças significativas na prática historiográfica. As transformações propuseram que as pesquisas históricas contemplassem novos objetos, novos problemas e novas abordagens, sem, no entanto, “negar a relevância das questões de ordem estrutural perceptíveis na longa duração, nem a pertinência dos estudos de natureza econômica e demográfica levados a efeito a partir de fontes passíveis de tratamento estatísticos” (LUCA, 2010, p. 112). Houve, assim, mudanças na concepção de pesquisa, além da ampliação das fontes para a investigação histórica.

Nesse momento, o jornal passou a ser utilizado como fonte de pesquisa, assim como todos os registros humanos, que também passam, com mais legitimidade a partir de então, a serem considerados fontes históricas. Além disso, as novas abordagens decorrentes do movimento dos Annales potencializaram as discussões interdisciplinares e a contribuição de diversos campos do conhecimento para a análise histórica⁴ (BURKE, 2007). É nesse contexto que a imprensa passa a ser considerada um importante objeto para a investigação e compreensão da história, possibilitando a análise de diferentes horizontes e novas interpretações (LUCA, 2010). Os periódicos se tornaram relevantes fontes para pesquisa, a partir da compreensão de que permitem, ao pesquisador, o acesso a uma versão da realidade do contexto em estudo.

Os jornais apresentam aos pesquisadores elementos variados, sendo possível estudar, por meio dos discursos produzidos e publicados nos periódicos, os pensamentos de diferentes grupos sociais. Os jornais não são “obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2010, p. 140). Os textos veiculados são produzidos por um determinado grupo da sociedade, de modo que seu conteúdo não corresponde à realidade de forma fiel, mas a uma representação da mesma, que foi moldada pelo grupo que a produziu, trazendo ainda influências do momento histórico e das concepções presentes em seu espaço e tempo (FARIA, 2013).

³ A Escola dos Annales se apresentou hegemônica no ocidente, sobretudo a partir de meados da década de 1960. A Escola, ou movimento, como preferem alguns historiadores, surgiu a partir de um grupo de pesquisadores franceses que fundaram, em 1929, a Revista Annales d'histoire économique et sociale. Tratou-se de um projeto, usando a expressão de Burke, que revolucionou a escrita da história no século XX (Cf. BURKE, 1992; OLIVEIRA, 2011).

⁴ A revolução dos paradigmas, ou mudança na concepção de documento, ocorreu também graças a outras abordagens, como da história cultural, micro-história, dentre outras.

Dessa forma, como afirma Le Goff, podemos entender que “documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2003, p. 536). Ao encarar o jornal impresso ou eletrônico como fonte histórica, o pesquisador o entende como “língua constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258), sendo possível desvendar as relações entre a sociedade e a imprensa, assim como a realidade social constituinte dessa relação.

Ao tomar o jornal como fonte principal de pesquisa, é preciso compreender que o mesmo não veicula os acontecimentos de forma imparcial e neutra, mas que suas publicações são influenciadas pela compreensão de seus proprietários, idealizadores e grupos sociais dos quais eles são, por assim dizer, porta vozes de concepções, valores, interesses. Assim,

tomar o jornal como fonte não significa pensá-lo como receptáculo de verdades; ao contrário, o que se propõe é pensá-lo a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos (SILVA; FRANCO, 2010, p. 05).

Nesse movimento, o jornal permite um novo olhar sobre os discursos, representações e as relações de poder entre grupos sociais, influenciando a constituição das identidades coletivas e individuais. Importante compreender que os jornais são produzidos para uma finalidade previamente determinada, constituindo-se como meio de (in)formação e introduzido na lógica da indústria cultural. De acordo com Capelato e Prado:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19).

Assim, devemos ter em vista que o jornal possui seus propósitos, suas parcialidades e diversas vinculações. Desse modo, não consiste apenas em um veículo de comunicação, pois é portador e produtor de discursos e práticas.

O jornal Folha do Norte do Paraná pode ser compreendido como um jornal de temática livre, pois apresentava temáticas, colunas e notícias variadas acerca dos acontecimentos no

estado, no Brasil e no mundo, sobre temas como economia, política e cultura, além de anúncios, propagandas, e reportagens. Os jornais de temática livre são geralmente mais extensos que os de temática específica, apresentam edições diárias e são mais sistemáticos: “estes jornais dão ao leitor a falsa impressão de que abarcam linhas ideológicas e políticas variadas” (SILVA; FRANCO, 2010, p. 09), pois publicam conteúdos diversos como anúncios publicitários, notícias locais, mas também apresentam matérias com análises políticas, por exemplo. Apesar de receber esse título, esses periódicos possuem linha editorial definida, e sofre influências de seus proprietários ou acionistas. Assim, “a análise sobre o material recolhido deve ser realizada levando-se em conta que tal fonte é antes uma representação de grupos sociais sobre si mesmos e a realidade que os cercam” (FARIA, 2013, p. 14). Dessa forma, é relevante conhecer a trajetória do periódico, como foi constituído, seu proprietário, linha editorial e quem são os jornalistas que escrevem para o jornal (LUCA, 2010). Também é importante considerar qual o alcance do jornal, se é distribuído a nível local, estadual ou nacional, pois essa informação pode demonstrar quais as intenções e capilaridade do periódico.

É relevante destacar que o FNP pertencia à diocese de Maringá e, durante todo seu período de circulação, o bispo Dom Jaime teve voz ativa na linha editorial do periódico e nas decisões importantes do jornal. Dessa forma, como bispo da Igreja Católica, podemos inferir que seu jornal servia para a defesa dos valores e crenças cristãs.

2.2 O jornal Folha do Norte do Paraná

O jornal Folha do Norte do Paraná (FNP) foi fundado pelo arcebispo de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, em 1962, tendo encerrado suas atividades em 1979. Criado com o objetivo de combater o comunismo e propagar a fé cristã (PAULA, 2009), o FNP foi a principal mídia impressa do norte do Paraná durante as décadas de 1960 e 1970, tendo circulado em mais de cem municípios e com tiragem, em determinados períodos, de mais de sete mil exemplares diários. O jornal era intitulado como laico, possuía características comerciais, mas seu proprietário e parte de sua equipe editorial era composta por pessoas vinculadas à Igreja Católica.

Produzido em Maringá, era composto por diversas colunas como Coluna Policial, Folha Feminina, Coluna Social, Folha Local, Folha Estadual, Coluna Religiosa, Coluna de Esportes, Coluna sobre Política, além de espaços para temáticas culturais, em especial sobre cinema e música. Tais colunas e perfil de seus conteúdos passaram por alterações ao longo dos dezessete anos de circulação do jornal, inclusive no que diz respeito à diagramação e

participação de colonistas. O jornal era composto por apenas um caderno nos primeiros anos da década de 1960 e, nos anos seguintes, a partir de 1969, passou a ser organizado em dois cadernos, contendo em torno de 20 páginas. O discurso afinado com os preceitos católicos era uma característica marcante do jornal (BRITO, 2015).

O FNP ficou conhecido como o jornal do bispo, em menção ao seu fundador, “devido ao papel primordial desempenhado pelo então bispo de Maringá dom Jaime Luiz Coelho” (BRITO, 2015, p. 21). Dom Jaime era natural de Franca, São Paulo, e chegou a Maringá em 1957, sendo o primeiro bispo e arcebispo da diocese e desempenhando a função episcopal até o ano de 1997, quando se aposentou. Maringá está localizada na região noroeste do Estado do Paraná, foi emancipada em 1947 e, na década de 1960, sua população era de 104.131 habitantes⁵. Já a Diocese de Maringá, presidida por Dom Jaime, contava na década de 1960 com 24 municípios e cerca de 450 mil habitantes.

Segundo Paula (2009), o bispo estava entre as maiores lideranças da região, de modo que, durante o período de eleições municipais, por exemplo, um candidato apoiado por ele tinha sua vitória praticamente garantida. O reflexo do seu apoio político pode ser constatado nas páginas do FNP, onde podemos encontrar matérias destacando de forma positiva as ações de seus aliados. O jornalista Antonio Roberto de Paula salienta a influência do bispo, narrando que o FNP “foi o paladino da moral e dos bons costumes. Se a moral e os bons costumes são termos subjetivos, que variam de lugar e de época, dom Jaime foi, em Maringá, a objetividade para definir estes conceitos. A história de dom Jaime é grande parte da história da cidade” (PAULA, 2009, p. 15).

No início da década de 1960, o bispo, juntamente com o padre André Torres, começou a arrecadar recursos junto a municípios do norte do Paraná para fundar o FNP. De acordo com Brito, “a comercialização das ações foi realizada por uma equipe de agentes que percorreram todas as cidades pertencentes à diocese de Maringá e também algumas cidades do interior de São Paulo” (BRITO, 2015, p. 22). O FNP tinha como maiores acionistas fazendeiros, donos de cerealistas e comerciantes. Dom Jaime afirmava que o jornal não tinha como objetivo produzir lucros e, se isso acontecesse, os valores seriam destinados ao Seminário Diocesano (PAULA, 2009).

Com os primeiros recursos arrecadados com a venda das ações, Dom Jaime Luiz Coelho comprou em 1961, em São Paulo, os primeiros equipamentos para a produção do jornal. Esses possuíam tecnologia superior aos utilizados pelos jornais da cidade e região no

⁵ Informação obtida a partir do site da Prefeitura do Município de Maringá. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/9d672a333a21.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2016.

período, sendo que o FNP foi o primeiro jornal de Maringá a possuir uma impressora rotativa, que permitia tiragem em duas cores, preto e azul, e até duas mil cópias por hora, além de uma maior qualidade gráfica. Desse modo, a produção do FNP significou um grande avanço tecnológico para a imprensa da região (PAULA, 2009; BRITO, 2015).

Em 1962, a equipe de funcionários que trabalharia no FNP começou a ser montada⁶. Dom Jaime, juntamente a outros padres da diocese, foram os responsáveis pelo trabalho e enfrentaram certas dificuldades, pois não existiam muitos profissionais capacitados na região. Conforme Brito (2015), a equipe do FNP foi composta por profissionais de outras áreas que aprenderam o ofício por meio da prática, do trabalho diário exercido no jornal, se tornando linotipistas, fotógrafos e jornalistas.

Uma edição experimental foi veiculada em 1962, sem expediente e data, apresentando oito colunas e, como novidade, trazia o título da capa e da última página na cor azul. A primeira edição oficial do FNP foi publicada no dia 25 de setembro de 1962, e trazia a manchete “Estação Ferroviária não tem condições para funcionar: Lama”, como pode ser observado na imagem 1. Sua estrutura era semelhante à da edição experimental, tendo sido publicadas notícias sobre esportes, política, eleições, coluna feminina, coluna religião, entre outras (PAULA, 2009).

Imagem 1: Primeira edição do jornal Folha do Norte do Paraná.



Fonte: Folha do Norte do Paraná, 25 set. 1962, capa.
Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

⁶ Entre os primeiros funcionários, estão alguns padres – como o padre Novaes –, radialistas da cidade e estudantes; Frank Silva, que assinou a coluna social do jornal por muitos anos; Tatá Cabral, Borba Filho; o fotógrafo Reinaldo de Almeida César; e os então estudantes José Aparecido Borges, Nilton Pereira e João Amaro de Faria (PAULA, 2009).

As reportagens e notícias veiculadas no FNP chegavam por meio de agências de informações internacionais, como a Agenzia Nazional e Stampa Associata (ANSA), da Itália, e a United Press International (UPI), dos Estados Unidos, e pelas nacionais Transpress e Asapress. Também foi criada a Sulpress, que visava colher e transmitir as notícias da região para o restante do país (BRITO, 2015). Outro meio pelo qual as notícias chegavam era o rádio, além do trabalho desempenhado pelos repórteres do periódico.

Maringá, no início da década 1960, possuía poucos estabelecimentos comerciais, e anunciar produtos e estabelecimentos em um jornal não faziam parte das prioridades da maioria dos comerciantes. Brito (2015) afirma que, nesse momento, para conseguir vender anúncios publicitários, a influência que o bispo exercia na cidade ajudava a conseguir anunciantes. Em períodos eleitorais, as propagandas políticas ocupavam um grande espaço no FNP, gerando ganhos financeiros consideráveis. Nas eleições de 1962, candidatos que afirmavam ser apoiados pela Igreja Católica compravam grandes espaços, até uma página inteira, para transmitir seus apelos aos eleitores, como podemos observar na imagem 2.

Imagem 2: Propaganda eleitoral no jornal Folha do Norte do Paraná.



Fonte: Folha do Norte do Paraná, 30 set. 1962, S/P.
Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

O FNP se tornou, em pouco tempo, o principal jornal da cidade de Maringá. No entanto, não permaneceu sob a administração da diocese: após dois anos de sua fundação, em 1964, por problemas financeiros, o jornal foi arrendado para Joaquim Dutra e Samuel Silveira, proprietários da Rádio Cultura de Maringá. Ainda assim, Dom Jaime Luiz Coelho

manteve o controle e sua influência sobre o jornal. Como afirma Brito (2015), apesar de o jornal estar arrendado, o bispo permaneceu influenciando na linha editorial, sendo que seus pensamentos ainda pesavam quanto ao que seria ou não publicado, e também em relação às principais decisões sobre o FNP. Dessa forma, após 1964, a estrutura, assim como a tiragem do periódico, mantiveram-se as mesmas até o final do arrendamento, no ano de 1973 (PAULA, 2009). Nesse ano, Joaquim Dutra e Samuel Silveira deixaram a administração do FNP, que passou a ser administrado pelo grupo da Editora 10 de Maio Ltda., de Jorge Fregadolli. Com o novo grupo, o jornal também não sofreu grandes mudanças, uma vez que a linha editorial foi mantida.

No ano de 1977, o bispo rescinde o contrato de arrendamento com o grupo de Jorge Fregadolli, que era responsável pela publicação do FNP. Ele não tinha a intenção de encontrar um novo arrendatário, pois seu objetivo era fechar o jornal. De acordo com Paula (2009), o jornal já não tinha tanta utilidade para a Igreja como no início da década de 1960. Ao que parece, os acionistas aceitaram a proposta do bispo, embora Jorge Fregadolli não concordasse com tal desfecho, tendo entrado com uma ação na justiça para manter o FNP em funcionamento. Depois de meses de pendência judicial, Dom Jaime Luiz Coelho vence a disputa e a redação do periódico foi fechada no dia 09 de junho de 1979 (BRITO, 2015). A última edição do FNP, a de número 4.723, foi publicada em 10 de junho de 1979, com a manchete “Hoje é dia de Clássico do Café”⁷.

De acordo com Silva (2013), ao utilizarmos um jornal como fonte de pesquisa, é indispensável investigar o contexto do periódico, local de publicação, proprietário, editores, e demais informações envolvidas, assim como seu texto impresso e forma de organização, apresentação e diagramação. A autora afirma que, sem esse entendimento e informações sobre a fonte, a análise pode incorrer em anacronismo. Daí a atenção para entender a estrutura interna do FNP, como eram organizadas a capa, as colunas e assuntos que compuseram o periódico ao longo de sua trajetória de dezessete anos.

Desde sua primeira edição, em setembro de 1962, o FNP veio se modernizando e incorporando elementos gráficos diferentes. No início da década de 1960, apresentava poucos anúncios publicitários, e não possuía muitas colunas assinadas. De 1962 a 1964, o jornal continha as manchetes da capa e da seção esportiva em letras azuis, na primeira e última páginas, como podem ser observadas nas imagens 3 e 4. A primeira página do FNP

⁷ São apontados diversos motivos pelos quais o periódico foi fechado. Dentre eles, de que o bispo não tinha interesse em mantê-lo, pois não atendia mais aos interesses da diocese, além de não ter se modernizado e apresentar dificuldades para enfrentar a concorrência com os outros jornais da região (PAULA, 2009).

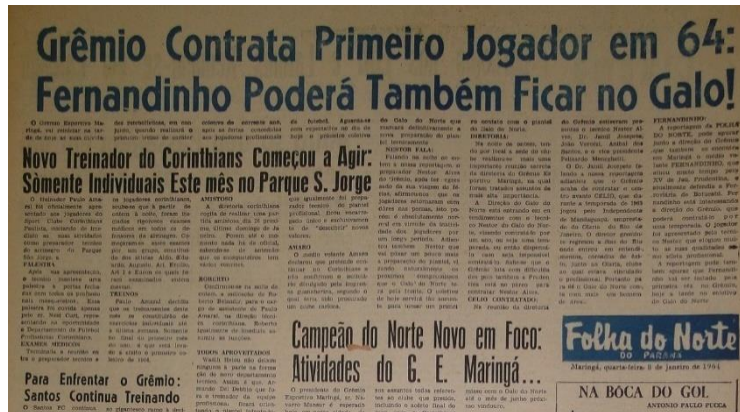
apresentava manchetes sobre assuntos considerados relevantes, sendo utilizada também como sumário, apresentando os conteúdos que seriam abordados no interior do periódico com o objetivo de atrair o olhar do leitor. Dessa forma, “a página de capa trazia o título das matérias, por vezes fotos ou ilustrações, resumos ou pequenos trechos do conteúdo, informando a página do texto completo” (SKURA, 2015, p. 32).

Imagem 3: Capa do jornal Folha do Norte do Paraná.



Fonte: Folha do Norte do Paraná, 02 out. 1962, capa. Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagem 4: Última página do jornal Folha do Norte do Paraná.



Fonte: Folha do Norte do Paraná, 08 jan. 1964, p. 08. Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Durante o período em que circulou, o FNP veiculava matérias sobre Maringá e região, além do Paraná, Brasil e mundo, destacando informações sobre diversas áreas, como política, economia, policial, esporte, cinema e música. Tais assuntos eram apresentados em colunas, que em alguns anos não possuem título e que, ao longo do tempo, vão mudando de nome e de página no jornal. A partir de 1969, o periódico passa a ser constituído por dois cadernos.

Podemos destacar que, durante os primeiros anos de circulação, o FNP não apresentava em suas páginas muitos anúncios ou propagandas. Com o passar dos anos, as

propagandas foram aumentando e ganhando espaço no periódico. A partir de 1969, o número de anúncios publicitários aumenta consideravelmente.

A apresentação dos elementos que constituíram o FNP são destacados em nosso texto, pois entendemos ser relevante seu estudo, posto que os jornais não são obras solitárias (LUCA, 2010), são formados por grupos de pessoas, que transmitem ideias, valores e crenças por meio de suas publicações. Dessa forma, torna-se oportuno compreender alguns elementos acerca da equipe responsável pelo periódico, afinal podemos identificar expectativas e valores contidos em seu conteúdo, além de evidenciar a leitura do passado realizada pelo jornal.

Durante a década de 1960, a FNP apresentava diversas colunas, dentre as quais podemos destacar: as colunas *Resenha internacional*, *Resenha nacional* e *Notícias da região*, que apresentavam, respectivamente, notícias sobre o mundo, o país e a região de Maringá. O *Plantão Policial*, com notas policiais; a *Crônica social*, onde eram publicadas notas sobre eventos da sociedade maringaense e da região; *Folha Feminina*, direcionada ao público feminino, onde eram publicados dicas de moda e beleza, cuidados com a casa, receitas culinárias, cuidados com filhos e marido⁸; a coluna *Aqui se diverte*, que apresentava informes sobre cinema, música, televisão, sobre o mundo artístico nacional e, por fim, a coluna *Reconstruir o mundo*, coluna religiosa sem cronista fixo, que apresentava matérias sobre diversos temas a partir da perspectiva da Igreja Católica.

Dentre as colunas publicadas ao longo da década de 1970, podemos destacar:

- A coluna *Esportes*, que ocupava de uma a três laudas, geralmente nas últimas páginas. Não era assinada e publicava notícias sobre os campeonatos de futebol, basquete, vôlei, natação, entre outros. A coluna apresentava imagens, geralmente fotos das equipes que estavam disputando algum campeonato, ou imagens de algum jogador que se destacava, ou mesmo fotos tiradas durante as partidas.
- Na coluna *Vitrine*, assinada por Jorge Fregadolli, eram publicadas notas sobre eventos sociais de Maringá, casamentos, viagens, além de notas sobre promoções e propagandas de empresas, apresentando imagens dos acontecimentos e pessoas da cidade e região do norte paranaense.
- Em *Notícias da região*, geralmente as matérias não possuíam imagens e não eram assinadas. Neste espaço, são publicadas informações sobre as ações políticas da região de

⁸ A Coluna Folha Feminina foi objeto de discussões em trabalhos desenvolvidos junto ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, resultando em publicações como: Ribeiro, Pátaro e Mezzomo (2014), Skura (2015), Pátaro, Mezzomo e Silva (2014), Pátaro e Mezzomo (2016).

Maringá, as ações dos prefeitos e vereadores, verbas obtidas, solenidades e eventos políticos, assinatura de convênios, construção de escolas, delegacias, entre outros.

- A coluna *O Mundo* não apresentava colunista fixo nem imagens em suas matérias, ocupava geralmente 1/3 de página, com publicações de diferentes temas e notícias pelo mundo.
- A coluna *O Brasil* trazia informações sobre os acontecimentos do país, com relação a temas como política, economia, investigações policiais, cultura, entre outros. Essa coluna também não era assinada, não trazia imagens e ocupava 1/3 da página.
- A *Coluna social* foi publicada no FNP desde sua primeira edição, tendo sido assinada por Frank Silva até o ano de 1973. Em 1974, Joel Cardoso passa a assinar a coluna. Ocupava uma página, apresentando eventos e pessoas da sociedade maringaense e região, como festas de casamento, debutantes, aniversários, noivados, desfiles de moda, comemoração de bodas, e outros eventos sociais ou políticos ocorridos. Além disso, também apresentava diversas fotos dos eventos e pessoas da sociedade que deles participavam.
- Na coluna *Ocorrências policiais*, que ocupava de um terço a uma página, sem identificação de autoria, eram veiculadas notícias sobre crimes, assaltos, roubos, brigas, assassinatos, acidentes de trânsito, entre outros. A coluna apresentava poucas imagens para ilustrar suas matérias.
- A *coluna Zueira*, assinada por Waldir Pinheiro, ocupava entre meia e uma página. Apresentava notas sobre cantores, atrizes, cinema, música, televisão, no Brasil e no mundo, além de várias imagens de celebridades. Eram frequentes notícias sobre o relacionamento dos artistas, com quem estavam namorando, casando ou se separando, inclusive sobre desentendimentos entre artistas, traições, lançamentos de LP, turnês, programas de televisão, nascimento de filhos, entre outros.
- A *Coluna religião*, foco de nossa pesquisa e que será mais detalhada no próximo item, era publicada, em geral, sem identificação de autoria, não apresentava imagens, ocupava uma página e continha matérias relacionadas à religião católica. Suas publicações traziam o posicionamento da Igreja Católica em relação a diversos temas, entre eles, casamento, aborto e divórcio, nos quais os valores cristãos eram exaltados. Vale destacar que diversas matérias, quando assinadas, eram de autoria de membros vinculados à Igreja, além de haver menções recorrentes a documentos eclesiais e também a trechos da Bíblia.
- A *Coluna Feminina* ocupava de 1/3 a uma página, apresentava conteúdo destinado ao público feminino. Seus textos traziam dicas de moda e beleza, conselhos de como cuidar

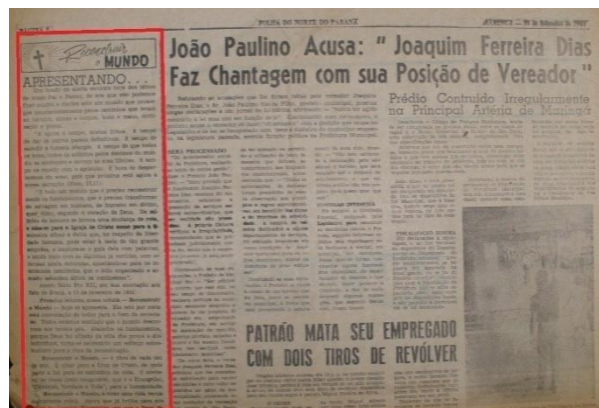
dos filhos, da casa, receitas culinárias, entre outros assuntos relacionados à casa, beleza e família. Apresentava imagens, geralmente de mulheres, para mostrar cortes de cabelo e roupas que estavam na moda.

O FNP apresentava em suas páginas conteúdos diversos que, sob a batuta de Dom Jaime, tinham como principais características o comprometimento com os ideais católicos (BRITO, 2015), até mesmo no período em que não estava sobre a administração da diocese.

2.3 Colunas Religiosas

As Colunas Religiosas foram publicadas pela primeira vez no FNP no dia 25 de setembro de 1962 (imagem 05). A primeira coluna era intitulada *Reconstruir o Mundo*, publicada diariamente na segunda página do jornal, e ocupava um pequeno espaço no canto esquerdo superior da página. Essa coluna acompanhou toda a trajetória do FNP, sendo publicada em todos os anos, mesmo quando as Colunas Religiosas ganharam mais espaço, sendo que a *Reconstruir o Mundo* passou a compor uma subdivisão das Colunas Religiosas.

Imagem 5: Primeira edição da Coluna Religião, 1962.



Fonte: Folha do Norte do Paraná, 25 set. 1962, p. 02.
Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

As Colunas Religiosas não apresentavam colunista fixo e muitos dos textos não eram assinados, mas, de acordo com Brito (2015), a maioria das matérias era escrita pelo bispo Dom Jaime Luiz Coelho. Na primeira edição do FNP, a matéria publicada nesse espaço intitulava-se *Apresentando*, quando se coloca os objetivos da coluna religiosa, conforme consta no trecho a seguir:

Prezados leitores, nossa coluna – Reconstruir o Mundo – hoje se apresenta. Ela terá por meta esta convocação de todos para o bem da sociedade. Todos estamos sentindo que o mundo desmorona aos nossos pés. Abalados os

fundamentos, porque Deus foi alijado da vida dos povos e dos indivíduos, torna-se necessário um esforço sobre humano para a obra da reconstrução. Reconstruir o mundo, – é obra de cada um de nós. É olhar para a cruz de Cristo, de onde parte a luz para os caminhos da vida. É abebera-se dessa fonte inesgotável, que é o Evangelho, “Caminho, Verdade e Vida”, para a humanidade (FNP, 25 set. 1962, p. 02).

Com base na matéria, é possível perceber que a coluna traz a proposta de reconstruir todo o mundo com base nos ensinamentos divinos, livrando dos males da sociedade que “desmorona aos nossos pés”. A coluna, assim, teria como objetivo convocar as pessoas para agirem em favor do bem da sociedade, seguindo a moral cristã, para que então pudessem reconstruir o mundo, o qual, estaria abalado porque os indivíduos e a sociedade afastaram Deus de suas vidas.

Os principais assuntos abordados na coluna religiosa durante a década de 1960 são relacionados ao Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), problemas de diferentes ordens enfrentados pelo mundo, sobre o distanciamento de Deus e a importância em alterar esse cenário de secularização. Também são apresentadas e discutidas ações da Igreja Católica, realizações e pensamentos do Papa, participação dos bispos e delegação em reuniões eclesiais. Em relação às mulheres, em geral são associadas a matérias sobre família, aconselhamento acerca da educação dos filhos, as virtudes e condutas de uma boa mãe, indicando-se ainda como viver bem com o marido e ter um casamento feliz. Em muitas publicações, as mulheres são comparadas à Virgem Maria, apresentada como um modelo que deve ser seguido por todas⁹.

Já na década de 1970, as Colunas Religiosas continuam sendo publicadas diariamente, e ganham mais espaço no FNP, passando a ocupar uma página inteira do jornal. Entre os anos de 1970 a 1972 foi veiculada na segunda página do segundo caderno, e, durante 1973 a 1976, na última página do segundo caderno do jornal. Entre as matérias assinadas, grande parte é de autoria de Maria A. Ghislene, que foi uma das pessoas que assinou a coluna por diversas vezes durante esse período. Outro número significativo de matérias foi assinado por diferentes padres, entre eles Padre Zezinho, Padre Peyton, Padre José, Padre Orlando Gambi, Padre Paulo Lubel, Padre Emir, Padre A. A. Padovani, entre outros. Além dos padres, nomes como o de Simone Conduché, Mary Sherwood, João Jorge, Vitória Bakos Sarda, Napoleão Teixeira, Paula Hoest, Barbara Shelby, Anita Alves Meyer, entre outros, aparecem como autores de matérias.

⁹ Como observamos na publicação do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder: Mezzomo, Pátaro e Ribeiro (2014).

As Colunas Religiosas mantinham estrutura semelhante durante toda a década de 1970, como pode ser observada nas imagens 06 a 12. Entre os anos de 1970 a 1979, ocupava uma página inteira, dividindo o espaço apenas com anúncios. No meio da página, constavam uma ou duas matérias; ao lado direito, uma subdivisão para a publicação da coluna *Reconstruir o Mundo*. Ao lado esquerdo da página, era publicado um informativo sobre pessoas que faleceram, sob o título *Serviço social de luto*, e o restante do espaço era ocupado por anúncios diversos. Nos anos de 1970 e 1971, a página não apresentava logotipo, apenas a subdivisão *Reconstruir o mundo*. Ao longo dos anos, foi intitulada de duas formas: em 1972 e 1973 trazia o logotipo “Folha Religião”, já em 1974 era intitulada “Religião”.

Imagens 6 e 7: Estrutura das Colunas Religiosas (1970 e 1971)



Fonte: Folha do Norte do Paraná, 10 maio 1970; 22 jun. 1971.
Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagens 8 e 9: Estrutura e logotipo das Colunas Religiosas (1972)



Fonte: Folha do Norte do Paraná, 21 set. 1972.
Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagens 10 e 11: Estrutura e logotipo das Colunas Religiosas (1973).



Fonte: Folha do Norte do Paraná, 22 fev. 1973.
Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Imagens 12 e 13: Estrutura e logotipo das Colunas Religiosas (1974).



Fonte: Folha do Norte do Paraná, 05 abr. 1974.
Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

Entendemos que os jornais não podem ser tomados como transmissores imparciais e neutros dos acontecimentos, pois esses emitem valores e crenças de seus idealizadores. Foi com este objetivo que apresentamos, nesta seção, como era constituído o FNP e as Colunas Religiosas, visando compreender as representações construídas, os valores assumidos e divulgados, bem como as influências contidas em seu conteúdo. Podemos destacar que as Colunas Religiosas fizeram parte de toda a trajetória do FNP e, de certa forma, materializavam uma das intenções do periódico e seu editor – Dom Jaime –, quanto à disseminação da doutrina e dos ensinamentos da Igreja Católica. Por fim, ressaltamos que as publicações sobre o aborto – foco de nossa investigação –, publicadas nas Colunas Religiosas,

serão apresentadas no capítulo 3, assim como suas características, estilo, design e conteúdo, possibilitando assim a análise das matérias em questão.

2.4 O percurso metodológico

Desde o ano de 2011, o Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão, vem trabalhando e realizando pesquisas com o Folha do Norte do Paraná. O acervo foi obtido a partir de convênio com o PROCDH – Programa Centro de Documentação Histórica da Universidade Estadual de Maringá –, que possui as edições impressas do FNP. Entre os anos de 2011 a 2013, realizou-se a digitalização das edições do periódico, sabendo-se que “o uso de procedimentos de cópia como scanner e máquina fotográfica permite registrar documentos sem destruí-los” (RIBEIRO; SILVA; SILVA, 2014, p. 227). Na sequência, as imagens foram organizadas e separadas em pastas por ano, mês e dia de cada edição digitalizada. Constituiu-se, assim, esse acervo do Grupo de Pesquisa que conta com mais de 38.100 arquivos de imagens em forma de fotos das páginas do jornal.

Para a realização de nossa pesquisa, partimos desse total de páginas – 38.100 – correspondentes a todas as edições do FNP publicadas entre os anos de 1962 a 1979. Inicialmente, foi realizada a tabulação do material, tendo sido, para tanto, criada uma tabela na qual destacamos informações tais como: nome do arquivo de imagem, título da matéria, número da página, data da publicação, coluna onde a matéria foi localizada, descrição da matéria, se possuía imagem e sua descrição, autor da publicação, tamanho da matéria e foto, e localização na página. Nesse processo, separamos e tabulamos todas as matérias da Coluna Religiosa que faziam de alguma forma referência às mulheres.

Ao todo, entre os anos de 1962 a 1979, foram encontradas 311 publicações que possuem conteúdo relacionado às mulheres. As publicações foram organizadas em uma tabela na qual as matérias foram separadas pelos temas:

- a) Corpo e comportamento: matérias que apresentavam conteúdo moralizante em relação às mulheres;
- b) Maria e figuras bíblicas: publicações que relacionavam as mulheres à Maria ou a outras figuras bíblicas, tais como Maria Madalena, Santas, entre outras.
- c) Documentos Eclesiásticos: Apresentação de documentos da Igreja Católica que tematizavam as mulheres e seu corpo, moral, inserção na família e na sociedade;
- d) Família: Matérias sobre mulheres e família;
- e) Divórcio: Publicações que abordavam o tema divórcio;

- f) Aborto: Publicações que tratavam do assunto aborto;
- g) Outros: Matérias que tratam de temas diversos, relacionados de alguma forma com as mulheres, mas que não se encaixavam em nenhum dos temas anteriores.

Em relação ao tema *Corpo e comportamento*, encontramos 46 matérias onde são apresentadas normas sobre como as mulheres deveriam se comportar e vestir. Determinadas tendências da moda eram criticadas por serem consideradas excessivamente sensuais. As matérias declaravam que as saias estavam ficando muito curtas e os decotes muito grandes. Também encontramos matérias que defendiam a castidade e criticavam o cinema nacional, pelo excesso de pornografia, além de textos que alertavam sobre os prejuízos que a pornografia e o erotismo trariam para a sociedade.

Identificamos 48 publicações que mencionavam *Maria e figura bíblica* muitas das quais abordavam as virtudes de Maria, descreviam sua vida, destacavam-na como esposa e mãe dedicada e sugerindo que todas as mulheres deveriam seguir seus passos para terem uma vida feliz e abençoada por Deus.

Sobre o tema *Documentos Eclesiásticos*, foram localizadas 08 matérias que faziam referência às mulheres e a documentos da Igreja Católica, entre as quais diversas tratavam do Concílio Vaticano II. Uma das publicações, por exemplo, afirmava que as mulheres deveriam salvar o mundo, preparando seus filhos de forma correta – isto é, em conformidade aos preceitos da Igreja – para a sociedade.

Entre as publicações, um dos assuntos mais recorrentes está relacionado ao tema *Família*, de modo que foram encontradas 95 matérias nas quais era exaltada a importância da família, apresentando um modelo de mulher e esposa ideal, suas características, como deveria se comportar e quais deveriam ser suas prioridades. Com base nas matérias, podemos entender que se defendia que a função das mulheres na sociedade era procriar, ser mãe, e isso deveria ser prioridade em sua vida. As mulheres, portanto, deveriam ser educadas para serem boas mães e esposas. São apresentadas, ainda, diversas matérias sobre formas de se ter um casamento feliz, como criar os filhos, como ser uma boa mãe e esposa, e sobre como casar e ter filhos traria felicidade para uma mulher.

Também encontramos 16 matérias sobre o tema *Divórcio*, todas trazendo argumentos contra a instituição da lei do divórcio. Os textos alegavam que uma lei dos homens não poderia separar um casal, pois o amor conjugal seria único e definitivo. Aponta os prejuízos que essa lei traria para a sociedade, além de causar a destruição das famílias.

Em relação ao tema *Aborto*, identificamos 13 matérias, todas fazendo incisivas críticas à prática e sua legalização, haja vista ser um ato cruel e contrário à vida do feto, que se faria presente desde a concepção.

Por fim, no tema *Outros*, foram tabuladas 85 publicações que abordavam diversos assuntos relacionados às mulheres, entre eles reflexões ou orações escritas por uma mulher, matérias sobre a vida das freiras, luta das mulheres pelo direito ao voto, encontros para moças que desejavam ser freiras, cursilho feminino e histórias de mulheres que são apresentadas de alguma forma como exemplo de mulher, mãe, entre outros.

Com base nas matérias identificadas nas Colunas Religiosas, elaboramos uma tabela para cada ano, separando as publicações pelos temas descritos, como pode ser observado no material disponibilizado no Apêndice. O intuito de tal tabulação é possibilitar a visualização das matérias identificadas, além de constituir um material para consulta e pesquisas futuras, que venham a investigar as matérias das Colunas Religiosas do FNP que tematizam de alguma forma as mulheres.

A partir dos dados obtidos no processo realizado para a confecção das tabelas anuais, foi organizada uma nova tabela com o total de matérias encontradas em cada tema nos anos de 1962 a 1979 (Tabela 1). Observamos que nas publicações do ano de 1974, foram encontradas 85 matérias, número superior aos demais anos, sendo ainda que nos jornais de 1962, 1977 e 1979 não foram identificados materiais com conteúdo relacionado às mulheres.

Tabela 1: Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná de 1962 a 1979.

Quantidade de matérias e categorias de análise								
Ano	Corpo e comportamento	Maria/figura bíblica	Doc. Eclesiásticos	Aborto	Família	Divórcio	Outros	Total
1962	0	0	0	0	0	0	0	0
1963	1	0	0	0	0	0	1	2
1964	2	6	0	0	3	1	0	12
1965	2	0	0	0	1	1	3	7
1966	1	2	0	0	3	1	11	18
1967	4	1	0	0	11	1	3	20
1968	1	0	0	0	1	1	1	4
1969	6	2	0	0	4	0	2	14
1970	1	4	0	3	5	0	5	18
1971	1	1	0	4	1	0	4	11
1972	10	8	6	2	13	3	7	49
1973	3	6	1	1	4	2	5	22
1974	3	12	1	3	30	1	35	85
1975	4	2	0	0	9	5	2	22
1976	3	3	0	0	9	0	3	18
1977	0	0	0	0	0	0	0	0
1978	4	1	0	0	1	0	3	9
1979	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	46	48	8	13	95	16	85	311

Fonte: Dados da pesquisa.

A etapa descrita anteriormente foi fundamental para a visualização do material das Colunas Religiosas como um todo, e para a sequente definição de nossa temática. Assim, a partir dos dados anuais tabulados inicialmente, definimos o tema de análise que orienta nossa investigação: o aborto. Essa opção se deu, em primeiro lugar, pela atualidade da temática, que permanece na arena pública com posicionamentos dicotômicos e debates acirrados até os dias atuais. Nessa direção, entendemos que as publicações de décadas passadas podem nos auxiliar na compreensão do modo como foram sendo construídos os discursos favoráveis e contrários ao aborto – nesse último caso, considerando em especial as influências dos valores religiosos nesse debate. Assim, acreditamos que as matérias do FNP que tematizam o aborto podem nos auxiliar a compreender e discutir como o tema foi retratado em meio ao contexto histórico da década de 1970 no Brasil, quando acontece a intensificação do feminismo no país, que defende a liberdade do corpo das mulheres. Nesse período, o aborto estava sendo discutido em diferentes países, em um movimento gradual em direção à sua legalização, gerando

discussões que envolviam diferentes aspectos dessa prática, como questões relacionadas à legislação, à biologia, à moral e às relações sociais.

Constatamos que as publicações sobre a temática do aborto aparecem no periódico apenas na década de 1970, mais precisamente entre os anos de 1970 a 1974, não tendo sido encontradas publicações em relação a esse tema noutros períodos. Com base nessa delimitação temática e temporal, a Tabela 2 apresenta a distribuição das matérias ao longo dos primeiros anos da década de 1970.

Tabela 2: Publicações sobre aborto nas Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná.

Ano	Quantidade
1970	3
1971	4
1972	2
1973	1
1974	3
Total	13

Fonte: Dados da pesquisa.

Dessa forma, considerando o recorte selecionado, contamos, para a nossa discussão, com 13 matérias sobre o tema aborto, que foram publicadas durante os anos de 1970 a 1974.

Nesse capítulo, destacamos nossas concepções teóricas sobre a utilização do jornal como fonte, além dos procedimentos e percurso metodológico da pesquisa. Apresentamos também o jornal Folha do Norte do Paraná, seu processo de constituição e influências, bem como a estruturação e organização de seu conteúdo. Apresentamos, por fim, as Colunas Religiosas, nosso objeto de análise, especificando e categorizando as matérias que abordavam de alguma forma as mulheres, categorias dentre as quais emergiu a temática do aborto.

No próximo capítulo, abordaremos de forma mais aprofundada as 13 matérias identificadas que versam sobre a questão do aborto, buscando apresentar sua forma e conteúdo, além de analisar os argumentos utilizados pela Igreja Católica para legitimar sua posição sobre o assunto.

CAPÍTULO 3

A IGREJA CATÓLICA E A CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NAS COLUNAS RELIGIOSAS DO JORNAL FOLHA DO NORTE DO PARANÁ

Este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar as matérias que discutiam o aborto, publicadas nas Colunas Religiosas no jornal Folha do Norte do Paraná durante os anos de 1970 a 1974. Para tanto, em um primeiro momento, buscamos descrever a constituição das Colunas Religiosas em questão, assim como das matérias sobre o aborto publicadas no período, caracterizando sua autoria, sua extensão e diagramação, além de apresentar brevemente o conteúdo de cada uma delas.

Na sequência, nossa discussão está dividida em três eixos, em vista de melhor problematizar e analisar os conteúdos das matérias publicadas. No primeiro eixo, trazemos as discussões em relação à legalização do aborto, que estava ocorrendo em diferentes países, em especial na Europa e nos Estados Unidos. Para tanto, após uma breve contextualização acerca das propostas de mudança na legislação de várias localidades do mundo – e também das discussões que tal movimento suscitava no Brasil – buscamos apresentar e problematizar os argumentos utilizados nas matérias do jornal que visavam reforçar, junto aos seus leitores, a condenação e criminalização da prática do aborto.

No segundo eixo, colocamos em debate os posicionamentos tanto da Igreja Católica quanto dos movimentos feministas do período acerca do aborto, bem como os conflitos decorrentes e os argumentos utilizados por cada um dos grupos para legitimar sua posição. Em seguida, analisamos as publicações do jornal, buscando identificar os argumentos de ordem moral utilizados pelas matérias do periódico, em vista de defender a posição de que o aborto seria um ato contrário aos mandamentos de Deus e da Igreja.

Por fim, no terceiro eixo, nossa análise coloca em evidência os discursos da Igreja Católica que se utilizam da ciência e da biologia como forma de legitimar os discursos morais e aqueles referentes às relações entre homens e mulheres. Nesse movimento, buscamos igualmente destacar como as matérias se fundamentam em argumentos ligados à ciência e à biologia em vista de defender a existência da vida desde o momento da concepção, sendo o aborto, como decorrência, uma forma de negação do direito à vida do feto.

3.1 Colunas Religiosas e as publicações sobre o aborto no FNP

Durante todo o período de circulação da Folha do Norte do Paraná (1962 a 1979), foram encontradas, conforme exposto anteriormente, um total de 13 matérias que tematizavam a questão do aborto, veiculadas nas Colunas Religiosas, tendo sido publicadas na primeira metade da década de 1970. Dessa forma, o recorte da análise que construímos neste capítulo compreende os anos de 1970 a 1974, período ao qual se restringem as publicações sobre aborto no jornal em questão.

Podemos destacar que as Colunas Religiosas publicadas durante a década de 1970 ocupam uma página do jornal e geralmente apresentavam 2 ou 3 matérias com assuntos diversos, trazendo em especial críticas ou posicionamentos de acordo com os valores cristãos. Em especial, das 13 publicações sobre o aborto, 12 ocupam um espaço de mais de 35% da página, sendo que apenas uma das matérias possui um texto menos extenso, com poucos parágrafos na subdivisão da coluna intitulada “Reconstruir o mundo”, localizada no canto superior direito da página.

As matérias sobre o aborto dividem espaço com anúncios comerciais de diversos produtos e serviços. Em algumas edições, tais anúncios chegam a ocupar cerca de 50% da página, que traz ainda uma coluna específica para serviço social de luto, informando sobre falecimentos e sepultamentos, em um pequeno espaço no canto esquerdo inferior da página.

Com relação à autoria, de todas as matérias de nosso corpus, 6 são assinadas, sendo: 2 de Iára de Carvalho; 2 assinadas pelo monsenhor L. G. Lyra; 1 pelo padre Denis Quilty e 1 pelo padre Zezinho¹⁰. Ainda, dentre as 13 publicações, 9 fazem referência a algum país ou localidade específica: 3 delas tratam sobre a autorização do aborto na Inglaterra; outras 3 sobre a legalização do aborto nos Estados Unidos; 2 em relação às discussões sobre a legalização ou não do aborto na Alemanha; 1 sobre um seminário de médicos em Beirute, tratando sobre os perigos do aborto para a saúde; 1 publicação cita as discussões sobre o tema na França; e, por fim, 3 que não citam nenhum país. Assim, ainda que o FNP fosse um jornal editado no Brasil e de circulação regional, as publicações das Colunas Religiosas retratam as discussões sobre o aborto que ocorriam em todo o mundo durante a década de 1970, em especial nos Estados Unidos e na Europa, onde estavam sendo discutidas leis que autorizavam a prática do aborto.

No Quadro 1, apresentamos uma síntese das matérias sobre o aborto publicadas nas Colunas Religiosas e no Quadro 2 trazemos os recortes das matérias sobre o tema.

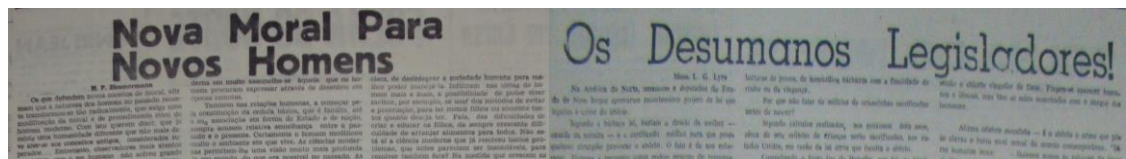
¹⁰ Em relação aos autores das publicações, não foram encontradas informações suficientes que nos permitissem identificá-los.

Quadro 1: Síntese das matérias sobre aborto publicadas no FNP.

Título da matéria	Data	Descrição	Autor
Nova moral para novos homens	24/05/1970	Sobre novos conceitos morais, críticas, cita a questão do aborto.	Não apresenta
Os desumanos Legisladores	24/09/1970	Sobre a aprovação do projeto de lei que legaliza o aborto nos EUA.	Mons. L. G. Lyra
Contra a nefanda lei do aborto	11/12/1970	Cita trechos de documentos do Concílio Vaticano II para criticar a lei do aborto, que havia sido aprovada na Inglaterra.	Mons. L. G. Lyra
Londres, capital do aborto	05/03/1971	Sobre a lei que autoriza o aborto que havia entrado em vigor na Inglaterra, mencionando que moças de outras localidades estariam indo para o país realizar o procedimento.	Não apresenta
Moralidade, eutanásia e racismo	23/06/1971	Artigo sobre “imoralidades” na Inglaterra, dentre as quais é mencionado o aborto.	Não apresenta
Países do oriente próximo estudam os perigos à saúde causados pelo aborto	15/09/1971	Sobre um seminário realizado em Beirute com médicos acerca dos perigos do aborto para a saúde.	Não apresenta
Aborto: problema moral ou social?	28/09/1971	Afirma que o presidente norte americano Richard Nixon declarou que é contra a lei do aborto, que havia sido aprovada nos Estados Unidos.	Não apresenta
A propósito do aborto	24/05/1972	Faz críticas a artistas e personalidades francesas e alemãs que assumiram ter praticado aborto e lutavam pela sua legalização.	Não apresenta
Aborto mostra baixo nível moral do nosso mundo	21/09/1972	Sobre a lei que permite o aborto em Nova Iorque. O texto coloca o aborto como um crime e enfatiza o posicionamento contrário da Igreja Católica diante dessa prática.	Iára de Carvalho
Aborto mostra baixo nível moral do nosso mundo	24/01/1973	Republicação da matéria do dia 21/09/1972.	Iára de Carvalho
Posição radical da Igreja perante o aborto	04/01/1974	Sobre a posição da Igreja Católica acerca das leis que legalizam o aborto em mensagem enviada durante as Jornadas Médicas realizadas em Munique.	Não apresenta
Aborto: fatos Escondidos!	27/12/1974	Posicionamento contrário acerca das mulheres que abortam, afirmando que, ao procurarem orientações em clínicas, essas estariam sendo encorajadas a realizar o procedimento.	P. Denis Quilth, C. SS. R.
Moralidade não se decide por voto nem por Ibope	06/09/1974	Sobre moralidade, criticando o aborto e os novos pensamentos.	Pe. Zezinho

Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 2: Publicações sobre o aborto.



Folha do Norte do Paraná, 24 maio 1970.

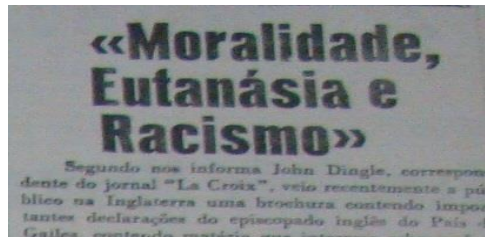
Folha do Norte do Paraná, 24 set. 1970.



Folha do Norte do Paraná, 11 dez. 1970.



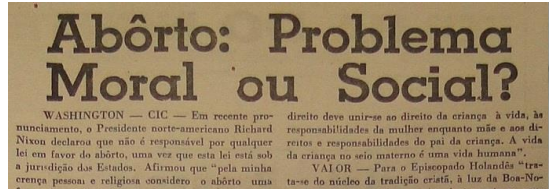
Folha do Norte do Paraná, 05 mar. 1971.



Folha do Norte do Paraná, 23 jun. 1971.



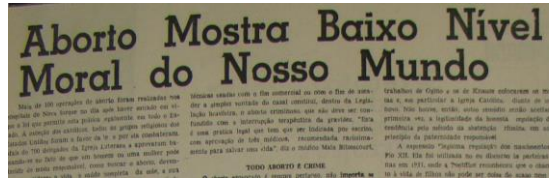
Folha do Norte do Paraná, 15 set. 1971.



Folha do Norte do Paraná, 28 set. 1971.



Folha do Norte do Paraná, 24 maio 1972.



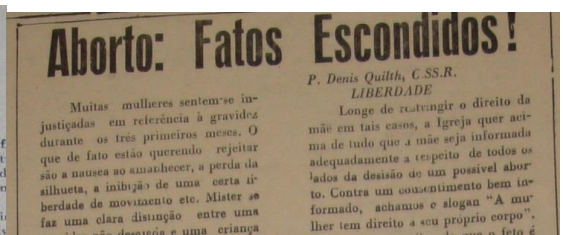
Folha do Norte do Paraná, 21 set. 1972.



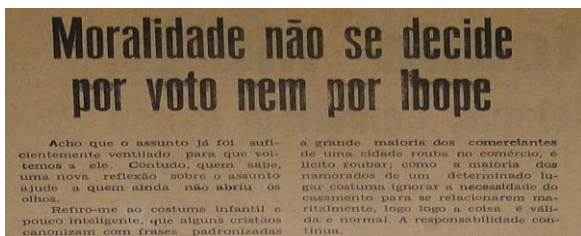
Folha do Norte do Paraná, 24 jan. 1973.



Folha do Norte do Paraná, 04 jan. 1974



Folha do Norte do Paraná, 27 dez. 1974;



Folha do Norte do Paraná, 06 set. 1974.

Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder.

As publicações são compostas por críticas de diferentes ordens acerca da prática do aborto. As publicações manifestam reservas aos deputados, senadores e personalidades por serem

favoráveis, ou pedem que as autoridades não permitam que a prática do aborto seja legalizada. Apresentam, em alguns casos, a visão de médicos que são contrários ao procedimento, e solicitam que os demais também se coloquem contra e não realizem o aborto, cuja prática violaria o juramento da profissão, que define a defesa incondicional da vida humana.

As publicações na Coluna Religiosa dão ênfase aos valores cristãos, sendo utilizados diversos argumentos religiosos para reforçar uma posição contrária ao aborto, além de trazerem a visão e as palavras de autoridades da Igreja Católica repreendendo tais práticas e os posicionamentos favoráveis ao aborto. Outros argumentos baseiam-se na biologia, afirmando-se a existência da vida desde a concepção, de modo que, ao realizarem um aborto, as mulheres estariam matando um ser humano e, conseqüentemente, cometendo um crime. Por fim, nas matérias, também podemos encontrar alegações de que a aceitação dessa prática mostraria o baixo nível moral da sociedade, que estaria perdendo ou se afastando dos valores morais, denotando um evidente erro de conduta.

Em vista de aprofundar a discussão e os argumentos constantes nas matérias do jornal, construímos 3 eixos de análise: o debate acerca da legalidade do aborto; a disputa entre a Igreja Católica e os movimentos feministas; argumentos do campo da ciência como legitimador do posicionamento da Igreja Católica. Um elemento fundamental a ser destacado é que os 3 eixos de discussão trazem intensas relações entre si, de modo que os argumentos e discursos não devem ser compreendidos isoladamente, mas como parte de um posicionamento que, como um todo, dá coesão às posições resistentes da Igreja – e, em consequência, das publicações do FNP – fazendo oposição à prática do aborto em qualquer circunstância.

3.2 Discussões em torno da descriminalização do aborto

Durante o início da década de 1970, diversos países, em especial na Europa e Estados Unidos, iniciaram as discussões acerca da legalização do aborto. Tal movimento, ao que parece, influenciou as publicações identificadas nas Colunas Religiosas do FNP. Assim, nesse tópico, temos como objetivo analisar o que trazem as matérias em relação à legislação em torno da legalização do aborto no Brasil e outros países, as discussões em pauta, as repercussões na sociedade, e os argumentos utilizados pelas autoridades e pela Igreja, para legitimar os pontos de vista adotados.

Durantes as décadas de 1960 e 1970, com o fortalecimento dos movimentos feministas e a maior liberdade sexual para as mulheres, assuntos como o aborto passam a ser recorrentemente discutidos, e alguns países da Europa e dos Estados Unidos começam a autorizar sua prática (REBOUÇAS; DUTRA, 2011).

Dessa forma, a partir da década de 1960, é possível afirmar que o mundo tem passado por uma “onda de liberação” do aborto. Isso teria ocorrido devido a mudanças sociais, culturais e também morais, assim como uma crescente atenção aos direitos das mulheres, impulsionados em grande medida pelos movimentos feministas. Nesse período, legisladores de diversos países promoveram modificações em suas leis, autorizando a prática do aborto, desde que fosse realizado dentro de determinadas regras e condições (SARMENTO, 2005).

Assim, no ano de 1967, foi aprovada, na Inglaterra, uma lei que descriminalizou o aborto no país, que passou a ser permitido até a 28ª semana da gestação (SANTOS, 2015; PEDRO, 2006b). Para as mulheres realizarem o procedimento, era necessário um parecer de dois médicos, que deveriam atestar que a gravidez oferecia risco de vida à mãe ou ao filho, ou que existisse risco de a criança nascer com alguma deficiência. De acordo com Pedro (2006b), na prática, o aborto na Inglaterra foi liberado e, na época, muitas mulheres de outros países viajavam para tal país, a fim de realizar o procedimento.

Já nos Estados Unidos, o aborto tornou-se legal em 1973, desde que nos primeiros três meses de gestação, a partir do entendimento de que esse era um direito das mulheres e que o Estado não deveria legislar sobre o tema (PEDRO, 2006b). A aprovação se deu pela Suprema Corte, em vista do famoso caso *Roe versus Wade*¹¹, que tramitou durante os anos de 1972 a 1973, no Texas, a partir do qual uma mulher de 20 anos lutava pelo seu direito de realizar um aborto, que naquele estado era considerado crime punível com pena de até cinco anos de prisão (MORAIS, 2009). Após o julgamento desse caso, a Suprema Corte concluiu que a criminalização do aborto fere um direito constitucional à privacidade, impedindo as mulheres de dispor de forma livre do seu próprio corpo. Dessa forma, por meio do princípio da privacidade, foi reconhecido o direito das mulheres norte-americanas de escolherem se desejam ou não dar prosseguimento à gravidez, por esse ser um assunto referente à vida privada (REBOUÇAS; DUTRA, 2011; KREUZ, 2016).

Assim, a partir deste momento, ficou definido nos EUA que seria permitido, às mulheres, realizarem o aborto durante os três primeiros meses da gestação, e, caso fosse essa sua vontade e mediante aconselhamento médico, o procedimento poderia ser realizado. Transcorrido esse período de gestação, o aborto ainda poderia ser realizado, desde que a vida da gestante estivesse em risco. Sarmento (2005) afirma que apenas a partir do terceiro

¹¹ O caso *Roe versus Wade* foi protagonizado por Jane Roe, que na verdade se chamava Norma McCorvey, uma mulher de 20 anos, do Estado do Texas, que entrou com um pedido para encerrar sua gestação, alegando que essa havia sido consequência de um estupro. De outra parte, representando o Estado do Texas, o caso foi conduzido por Henry Wade, fiscal do distrito. O tribunal Estadual aprovou o pedido de Jane Roe, permitindo a realização do aborto, mas não alterou a legislação em relação ao mesmo. Roe, no decurso do processo, acabou dando à luz à criança, que foi enviada para a adoção (REBOUÇAS; DUTRA, 2011; KREUZ, 2016).

trimestre da gestação os Estados daquele país poderiam proibir a prática do aborto, com o objetivo de proteger a vida do nascituro, a não ser em casos nos quais a continuação da gestação colocasse a vida da mãe em risco. De acordo com Mello (2016), apesar do aborto ter sido liberado no país, sua prática apresentava dificuldades, pois o serviço de saúde pública nos EUA não era acessível a toda a população, fato agravado, ainda, pela falta de investimentos em relação a questões ligadas ao aborto, de modo que poucas pessoas tinham acesso ao procedimento.

Na França, durante os anos de 1972 e 1973, o Movimento pela Libertação do Aborto e da Contracepção reivindicava a distribuição de anticoncepcionais de forma gratuita e também a legalização da prática do aborto. A lei que descriminalizou o aborto no país foi promulgada no ano de 1975 e confirmada em 1980, tendo o texto sido proposto pela então Ministra da Saúde, Simone Veil (PEDRO, 2006b). Segundo Sarmento (2005), na França, a discussão constitucional em relação ao aborto ocorreu de forma diferente dos EUA, pois a iniciativa teria partido não do judiciário, mas do legislador. Em 1975, foi aprovada uma lei, sendo que sua vigência seria temporária e vigoraria por 5 anos. A lei permitia que o aborto fosse realizado por um médico durante as primeiras dez semanas de gravidez, cabendo às mulheres apenas solicitar o procedimento. O aborto também poderia ser realizado em outro momento da gestação, caso houvesse riscos à vida da mãe ou probabilidade de que a criança nascesse com alguma doença grave e sem tratamento. O autor ainda destaca que:

Pela lei em questão, deveria a gestante, antes do aborto, submeter-se a uma consulta em determinadas instituições e estabelecimentos, que lhe forneceriam assistência e conselhos apropriados para a resolução de eventuais problemas sociais que estivessem induzindo à decisão pela interrupção da gravidez. (SARMENTO, 2005, p. 49).

No ano de 1979, a lei que legalizava o aborto na França tornou-se definitiva. Em 1982, foi adicionada a lei da seguridade social, na qual o Estado deveria arcar, obrigatoriamente, com cerca de 70% dos gastos com hospital e médico para a realização do procedimento.

De acordo com Pedro (2006b), França e Alemanha seguiram caminhos semelhantes durante a campanha em prol da legalização do aborto. Durante o ano de 1971, os dois países publicaram na imprensa depoimentos de mulheres famosas que declaravam já terem realizado abortos, a despeito da existência de lei proibitiva.

Na Alemanha, o aborto foi descriminalizado no ano de 1974, passando a ser permitido até o terceiro mês da gestação. O procedimento deveria ser realizado por um médico, após ser solicitado pela mulher (PEDRO, 2006b; SARMENTO, 2005). Entretanto, no ano de 1975, foi

julgada uma ação afirmando a inconstitucionalidade de tal lei. Nesse momento, a corte rejeitou a alegação de que a vida começa somente após o nascimento, entendendo que o direito à vida se aplicaria tanto às pessoas quanto ao feto, este último, portanto, possuidor de dignidade e “merecedor de proteção constitucional, a qual deveria iniciar-se, de acordo com critérios biológicos de prudência, a partir do 14º dia de gestação – momento aproximado em que se dá a nidação do óvulo no útero materno” (SARMENTO, 2005, p. 52).

De acordo com Sarmiento (2005), o tribunal alemão não deixou de reconhecer a importância do direito das mulheres gestantes à privacidade em relação a questões de procriação, mas entendia que esse direito não teria validade perante o direito do feto à vida, salvo em situações onde exista risco à vida da mãe, alguma má formação do feto ou em casos de estupro. O autor destaca ainda que:

Firmada esta premissa, assentou a Corte que o legislador tinha a obrigação constitucional de proteger o direito à vida do feto. Por isso, a descriminalização do aborto, tendo em vista a relevância do bem jurídico em jogo não poderia ser operada, a não ser nas hipóteses específicas acima mencionadas. Diante disso o Tribunal reconheceu, por maioria, a inconstitucionalidade da lei questionada (SARMENTO, 2005, p. 52).

Dessa forma, no ano de 1976, com base na decisão da Corte Constitucional, a legislação foi alterada, proibindo e criminalizando a prática do aborto na Alemanha, embora fosse ainda permitida sua realização em algumas circunstâncias de risco à vida da gestante, em casos de violência sexual, incesto, patologias fetais, além de razões econômicas e sociais (PEDRO, 2006b; SARMENTO, 2005).

No Brasil, o direito ao aborto passou a fazer parte da pauta dos movimentos feministas também na década de 1970. Tal reivindicação seria uma das que mais provocam, até a atualidade, reações contrárias por segmentos religiosos e movimentos conservadores (SANTOS, 2015). Pedro (2006b) destaca que, nas décadas de 1960 e 1970, os movimentos feministas reivindicavam o direito das mulheres de decidirem sobre seu corpo e sobre a reprodução, assim como a descriminalização do aborto.

O Código Penal do Brasil de 1830 não punia as mulheres que realizassem aborto por si mesmas, mas eram consideradas crime as tentativas de aborto, com até três anos de prisão, sendo também punidos com até oito anos os cirurgiões ou médicos que buscassem facilitar sua prática. A partir do ano de 1940, no Brasil, o aborto passa a não ser considerado crime em algumas situações, como em gravidez causada por estupro ou em casos nos quais existisse

risco à vida da mulher; nas demais situações, a prática ainda era considerada crime (SANTOS, 2015).

No ano de 1947, ocorreu a primeira tentativa de alteração do código penal em relação à prática do aborto. Um projeto de lei foi apresentado pelo então deputado Arruda Câmara, propondo que o aborto não fosse permitido em nenhuma situação. Para Rocha, Rostagnol e Gutiérrez (2009), a tentativa do deputado seria o marco inicial das discussões em torno do aborto no Brasil, debate que se desenvolve até a atualidade. De acordo com Tavares (2008), entre os anos de 1964 a 1979, as discussões em torno da legalização do aborto eram tímidas no Brasil.

Durante as décadas de 1960 e 1970, no Poder Legislativo, em relação ao aborto, foram apresentados 13 projetos de lei, mas a maioria estava relacionado à autorização para divulgar meios anticoncepcionais, deixando de fora a discussão em relação à legalização e descriminalização do aborto (ROCHA, 2006). Entre esses projetos, quatro tratavam diretamente do aborto, dos quais três pediam a ampliação dos casos para os quais o procedimento seria permitido, e um era em relação à descriminalização. Apenas dois desses projetos foram discutidos e, na sequência, rejeitados pelas comissões técnicas do congresso (TAVARES, 2008).

Em meio ao contexto apresentado é que estão inseridas as publicações do FNP, que passam a noticiar e se posicionar diante do processo de legalização do aborto que estava ocorrendo no Brasil e em diferentes localidades do mundo.

3.2.1 *Folha do Norte do Paraná, a Igreja Católica e a criminalização do aborto*

O tema da legalização do aborto foi recorrente nas matérias do FNP, tendo sido pautado por 8 das 13 publicações. Os textos tratam sobre a criminalização do aborto na Inglaterra, país citado em 3 matérias, Nova Iorque, também 3 vezes, Estados Unidos, França e Alemanha, que foram citados 1 vez cada. Essas matérias foram publicadas entre os anos de 1970 a 1972, ficando concentradas entre os três primeiros anos da década de 1970.

A matéria intitulada *Os desumanos legisladores*, publicada em 24 de setembro de 1970, destaca que:

Na América do Norte, senadores e deputados do Estado de Nova Iorque aprovaram recentemente projeto de lei que legaliza o crime do aborto. Segundo a bárbara lei, bastam o desejo da mulher – casada ou solteira – e o certificado médico para que possa qualquer cirurgião provocar o aborto. O fato é de nos estarrecer (FNP, 24 set. 1970).

A publicação, ao mesmo tempo que informa sobre o projeto de lei aprovado nos Estados Unidos, faz críticas à prática do aborto, procurando passar aos leitores que essa prática seria um crime contra a vida, e sua legalização seria algo inaceitável. Dois anos depois, em 1972, foi publicada a matéria *Aborto mostra baixo nível moral do nosso mundo*, na qual se destaca que “mais de 100 operações de aborto foram realizadas nos hospitais de Nova Iorque no dia após haver entrado em vigor a lei que permite esta prática legalmente em todo o Estado. À exceção dos católicos todos os grupos religiosos dos Estados Unidos foram a favor da lei” (FNP, 21 set. 1972). Nesse trecho, a matéria enfatiza que, com a legalização do aborto, deu-se início a uma matança de inocentes na qual, em apenas dois dias, mais de 100 vidas já haviam sido tiradas.

A matéria *Londres, capital do aborto*, publicada no FNP em 05 de março de 1971, faz menção à lei do aborto na Inglaterra, alegando que a lei que autorizava o aborto naquele país havia entrado em vigor, demonstrando o baixo nível moral daquela população. A matéria relaciona a lei que permite o aborto aos valores morais da sociedade, que, segundo a publicação, estariam se enfraquecendo diante da legalização de tal prática. A publicação também destaca que “o objetivo principal que a lei se propunha, a diminuição da mortalidade provocada pelos abortos clandestinos, não foi atingido, tendo havido pelo contrário, um aumento acentuado” (FNP, 05 mar. 1971, p. 2B). A matéria alega que a lei do aborto não teria fundamento, pois seu objetivo não estava sendo alcançado, pois o número de mortes continuava aumentando. Dessa forma, na opinião do colunista, a legalização desse procedimento só trazia mais problemas para a sociedade.

As publicações do FNP, ao tematizar a legalização do aborto, procuram construir um discurso no qual se evidencia que as mudanças nas legislações de diversos países, em direção à legalização do aborto, permitiriam uma matança de crianças inocentes, sendo que as justificativas utilizadas em favor desse procedimento não estariam sendo atingidas.

Um dos argumentos utilizados pela publicação *Londres, capital do aborto* de 05 de março de 1971 para legitimar sua posição contrária à legalização do aborto seria de que:

Crianças abortadas estavam a ser incineradas ainda com vida nos hospitais. O caso escandaloso do bebê de Chasgow, filho de uma estudante de 20 anos, abortado com sete meses e que testemunhas fidedignas ouviram chorar quando era levado para o incinerador, não pode ser considerado um caso isolado (FNP, 05 mar. 1971, p. 2B).

Dessa forma, a matéria associa a prática do aborto a um crime, um procedimento cruel, no qual a vida de crianças indefesas seria tirada de forma brutal, de modo que a legalização do aborto seria semelhante a legalização de assassinatos de bebês.

De acordo com Kreuz (2016), durante a década de 1970, os movimentos feministas, em especial os da Europa, utilizavam dois argumentos em comum para defender a legalização do aborto: a) de que a legalização do procedimento diminuiria as mortes de mulheres por abortos clandestinos; e b) de que trariam às mulheres uma autonomia reprodutiva, e também uma liberdade sexual, ao permitir que elas poderiam escolher pela maternidade ou não. Dessa forma, “o discurso de setores liberais passou a ser de que as mulheres, quando o aborto não é permitido, são vítimas de injustiça social e cultural; o aborto passou a ser definido como um direito civil, uma questão de liberdade individual” (KREUZ, 2016, p. 48).

Diante do exposto, podemos verificar que as matérias apresentadas anteriormente buscam derrubar um dos argumentos em favor do aborto que consistia na diminuição das mortes de mulheres ocasionadas por procedimentos clandestinos. As publicações alegam que a legalização do aborto não auxiliava na redução das mortes, mas estaria aumentando, passando assim a atingir as crianças/fetos, muitas delas incineradas ainda com vida.

A matéria intitulada *Aborto mostra baixo nível moral do nosso mundo*, publicada em 21 de setembro de 1972, apresenta críticas aos senadores e deputados que haviam aprovado o projeto de lei que legalizava o aborto em Nova Iorque, afirmando que: “o aborto é o crime que põe às claras o baixo nível moral do mundo contemporâneo. Seres humanos inocentes são vítimas de legisladores que se arrogam o poder de negar-lhes o direito fundamental de nascer. É um dever recorda-lhes que a Deus pertence esta prerrogativa” (FNP, 21 set. 1972). Tal posicionamento também é defendido pela matéria *A propósito do aborto* (FNP, 25 maio 1972).

Nessa mesma linha de argumentação, a publicação *Aborto mostra baixo nível moral do nosso mundo* ainda alega que:

Não matarás é o grande mandamento de Deus, que dá testemunho da grande lei do amor cristão. A verdadeira civilização e o autêntico progresso estão na dependência do respeito à vida e à pessoa humana. Este mandamento de Deus compromete a consciência, seja qual for a legislação vigente no país (FNP, 21 set. 1972).

Nesse trecho podemos constatar que os mandamentos de Deus são colocados como leis que seriam superiores à legislação de qualquer país. Os preceitos religiosos, dessa forma, eram compreendidos nas publicações como diretrizes que deveriam operar inclusive sobre o

Estado. De acordo com a publicação, mesmo o aborto sendo permitido em alguns países, os verdadeiros cristãos não o praticam, pois sua consciência deve indicar ser esse um ato condenado por Deus. Nesse sentido, é preciso compreender que, para a Igreja Católica,

Atentar contra a vida é atentar contra o próprio Deus. Do direito à vida derivam todos os outros direitos, dos quais aquele é condição necessária. Assim, o mandamento divino: Não matarás refere-se à sacralidade da vida, que deve ser respeitada, por vontade divina, segundo um princípio abstrato, absoluto, universal e aplicável a todos os seres humanos (ROSADO-NUNES, 2012, p. 23-24).

Tais considerações se assemelham às que aparecem na publicação *Os desumanos legisladores*, de 24 de setembro de 1970, a qual destaca que:

Ficamos a perguntar como podem pessoas de responsabilidade conhecer e aprovar tal ideia. [...] Não existe para eles os critérios e valores morais. Com voto livre e solenemente reconhecem e dão a mulher o direito de decretar a morte de um ser inocente se o nascimento deste pode causar-lhe incômodo ou aborrecimento (FNP, 24 set. 1970, p. 2B).

Esses trechos apresentam fortes reservas sobre os responsáveis por aprovar a legalização do aborto – isto é, aos legisladores –, relacionando a aprovação da lei e a prática do procedimento à falta de moral das pessoas. Ao construir tal discurso, as matérias destacam, conforme indicado, que a lei de Deus seria maior e mais importante do que qualquer outra legislação, e que a mesma deveria ser respeitada pelas autoridades judiciais e pela sociedade, não reconhecendo como válidas as leis civis que iriam contra os princípios de Deus. Assim, para os discursos construídos, seria fundamental que “as leis da civilização” fossem embasadas nas “leis de Deus”, promulgadas pela Igreja.

Esta mesma posição fica evidenciada na publicação do dia 21 de setembro de 1972, já mencionada, na qual o texto recorre ao posicionamento do Papa Paulo VI a respeito da prática do aborto, o qual declara que:

é necessário voltar a esclarecer perante as correntes de opinião que põem a prova os próprios fundamentos da moralidade humana: nada, salvo a legítima defesa, autoriza um homem a dispor da vida de um semelhante. O aborto foi considerado homicídio desde os primeiros séculos da Igreja e nada permite, hoje em dia, que seja considerado de modo diverso. [...] uma comunidade que, sob diferentes pretextos fosse orientada para o aborto legalizado estaria agindo contra os esforços de séculos de civilização (FNP, 21 set. 1972).

Dessa forma, a matéria destaca que nada seria maior do que os ensinamento de Deus e da Igreja, orientando os fiéis que o aborto, portanto, não deveria ser praticado em nenhuma circunstância, devendo ser considerado crime. Tal posicionamento também é defendido pela matéria *Nova moral para novos homens* (FNP, 24 maio 1972).

Ainda quanto ao posicionamento que defende a criminalização do aborto, a matéria *A propósito do aborto* afirma que:

o direito à vida de quem nasceu ou irá nascer é o primeiro e mais fundamental dos direitos e, portanto torna-se réu de um crime de assassinato agravado todo aquele incluídos, é claro, os pais, os médicos e outros que ousem erguer sua mão contra o inocente. Como compreender que se defenda o aborto, num mundo em que nem mesmo se suporta a pena de morte aplicada aos maiores criminosos? (FNP, 24 maio 1972).

A publicação recrimina a prática do aborto, alegando que nascer é um direito fundamental que não poderia ser negado por nenhum motivo. O texto, ainda, compara a prática do aborto com a pena de morte, questionando o motivo de se permitir o aborto, o assassinato de crianças inocentes, se nossa sociedade não permite sequer a retirada da vida de grandes criminosos.

Para Rosado-Nunes (2012), o elemento central da argumentação da Igreja Católica contra o aborto é:

a defesa da vida, reiterada como um princípio absoluto, imutável e intangível. A existência de uma pessoa humana, sujeito de direitos, desde o primeiro momento da concepção é o pressuposto para se considerar a interrupção de uma gravidez como um ato homicida em qualquer momento da gestação e sob quaisquer condições (ROSADO-NUNES, 2012, p. 23).

Na defesa desta compreensão, portanto, a proibição do aborto se apresenta como uma legislação necessária, e sua legalização – em qualquer circunstância – resultaria em uma prática contrária aos preceitos divinos.

A este respeito, a matéria *Posição radical da Igreja Católica perante o aborto* afirma que: “o que se pode fazer, segundo a lei, não quer dizer, por este fato, que seja permitido sob o ponto-de-vista ético” (FNP, 04 jan. 1974). Segundo Amaral (2009), a Igreja entende que o feto é uma vida humana e as mulheres não têm direito sobre esse, pois a vida é dada por Deus e só ele poderia retirá-la. O aborto também é relacionado à prática sexual, fora do casamento, sem finalidade de reprodução, o que seria uma ofensa aos valores morais. Esses seriam

valores defendidos pela Igreja, os quais deveriam ser seguidos por seus membros e também por não membros, ou seja, por toda a sociedade (AMARAL, 2009).

Dessa forma, como evidenciaram as publicações, o discurso em torno do aborto busca passar ao leitores que as mulheres não possuem o direito de praticá-lo, pois as leis de Deus alegam que essa ação seria um pecado, um atentado contra uma vida. E ainda que tais valores deveriam ser seguidos não apenas por seus fiéis, mas por toda a sociedade.

A publicação *Moralidade não se decide por voto nem por Ibope* destaca que as pessoas estão se deixando levar ao pensar que, se a maioria pratica determinada ação, essa consequentemente seria correta, acreditando, desse modo, que uma votação pudesse decidir uma questão moral, legitimando o ditado que diz: “Voz do povo, voz de Deus”. A matéria tece críticas a tal compreensão, questionando seus leitores: “Será que Jesus está com a maioria ou com a minoria na questão do divórcio, aborto, pecado, confissão, roubo e coisas desse tipo? Será que uma votação que aprove o aborto mudaria a opinião dele? É pois é!” (FNP, 06 set. 1974).

Dessa forma, a matéria assegura que o fato de a lei do aborto ter sido aprovada em alguns países, havendo diversas mulheres recorrendo ao procedimento, não poderia significar que sua prática fosse correta. Para ilustrar esse posicionamento, o texto questiona se uma votação mudaria a opinião de Jesus, e conclui que, do mesmo modo, a votação favorável ao aborto também não deveria mudar a visão da população sobre o tema. Uma vez mais, as leis de Deus e a posição da Igreja são apontadas como referencial da moralidade, e assumidas pelas publicações do FNP como superiores à legislação dos países e o movimento de determinados setores e grupos da sociedade, buscando evidenciar que o processo de legalização do aborto – que estava, à época, em pauta em diferentes países – seria contrário aos preceitos defendidos pela religião.

Como mencionado anteriormente, a base dos argumentos da Igreja Católica é o entendimento de que o feto é um ser humano que possui direitos desde o momento da concepção, antes até de ele ser considerado pela sociedade, afinal nele está a essência humana. O valor da vida, assim, não é apenas um direito do sujeito, mas uma marca sagrada/divina do ser humano. Dessa forma:

o direito à vida apresenta-se como um direito ao mesmo tempo sagrado, natural e social. Ainda que a realização de um aborto possa conduzir ao alcance de certos bens, como a saúde ou a vida da mãe, ele é sempre injustificável. Outras razões, como as dificuldades que possa significar um filho a mais, especialmente se apresentam anomalias graves, a desonra, ou o

desprestígio social, ainda que consideráveis, também não legitimam o ato abortivo (ROSADO-NUNES, 2012, p. 24).

Diante de tal premissa, a Igreja Católica assume a perspectiva de que não cabe ao ser humano decidir e legislar sobre a vida de outrem, visto que tal apreciação deve caber apenas a Deus e intermediada pela Igreja.

A matéria *Contra a nefanda lei do aborto* recorre, como um de seus argumentos, ao parágrafo 79 da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*¹², documento conciliar aprovado em dezembro de 1965 (Concílio Vaticano II), na qual anuncia em relação ao aborto que: “tais ações devem ser consideradas como crimes horrendos e isto com toda a energia. Merece aprovação suprema e coragem daqueles que não têm medo de opor resistência aberta aos que ordenam tais crimes” (FNP, 11 dez. 1970). Vale ressaltar que, nesse momento, a matéria do jornal trata da temática do aborto fazendo menção ao parágrafo 79 da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, ainda que este último seja referente às consequências das guerras – e não propriamente da prática do aborto.

De acordo com Hurst (2006), a seção 51 em que se discutia a construção da Constituição *Gaudium et Spes*, em 1964, alegava que a vida deveria ser protegida desde a concepção e que o infanticídio e o aborto eram crimes abomináveis. Dessa forma, o aborto era condenado em favor da vida. Na mesma direção e de forma complementar, em 1974, a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé apresentou um documento intitulado “Declaração sobre o aborto provocado”, com um posicionamento contrário à prática do aborto. Essa declaração argumentava que “o feto é vida humana desde o momento da concepção, apesar de não ser, necessariamente, um ser humano completo” (HURST, 2006, p. 42).

Retomando as matérias do FNP, a publicação *Aborto: problema moral ou social?* apresenta a visão de Bispos do Canadá acerca do aborto, indicando que, embora tal prática estivesse sendo objeto de determinações legais, os mesmos consideravam inaceitável que uma lei civil permitisse o aborto. Segundo a publicação, “o aborto é fundamentalmente um problema de ordem moral e nunca apenas uma matéria de lei ou direitos civis. Qualquer que seja a lei civil, fazer um aborto continua sendo um ato imoral” (FNP, 28 set. 1971). Como já verificado em outras publicações do periódico, a matéria questiona, assim, a legitimidade das leis civis em relação ao aborto, sustentando que esse assunto é de ordem moral, ou seja,

¹² A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* é um documento que trata das relações entre a Igreja Católica e o mundo. Durante as décadas de 1960 e 1970, as mudanças que estavam acontecendo ao redor do mundo, na visão da instituição religiosa, vinham promovendo em muitas pessoas uma desorientação. Dessa forma, a *Gaudium et Spes* de 1965 tinha como objetivo apresentar orientações aos seus fiéis sobre como deveriam se relacionar com o mundo contemporâneo, marcado por conquistas tecnológicas (ZILLES, 2005).

caberia à religião, em primeiro lugar, determinar se é algo certo ou errado, isto é, legislar e orientar sobre tal assunto.

Em síntese, podemos verificar que os argumentos utilizados nas matérias analisadas afirmam que o aborto é um crime por violar o direito à vida do feto, devendo a vida ser considerada sagrada e que, portanto, só poderia ser dada ou retirada por Deus. Diante de tal compreensão, as leis civis devem estar em acordo com as leis de Deus, estas últimas legítimas, verdadeiras e mais relevantes do que qualquer outra.

3.3 Aborto, feminismos e Igreja Católica

Em nossa investigação, entendemos que a utilização da categoria de análise “gênero” implica colocar em questionamento o determinismo biológico usado para legitimar as desigualdades entre mulheres e homens em nossa sociedade, assim como compreender os significados do gênero no passado, ou seja, os significados atribuídos ao ser mulher ou homem (PEDRO, 2005). O conceito de gênero foi proposto e passou a ser utilizado durante a segunda onda do movimento feminista, final da década de 1960, como abordado no Capítulo 1.

A luta dos movimentos feministas em prol da descriminalização do aborto no Brasil é marcada por negociações políticas, por momentos de avanço e recuos. No início da década de 1970, o movimento evitava a utilização da palavra aborto, adotando preferencialmente termos gerais como “direito de decidir pelo número de filhos desejados” e “direito de conhecer e decidir sobre seu próprio corpo”, como estratégia para minimizar conflitos com a Igreja Católica, uma vez que no Brasil, como mencionado no capítulo 1, o feminismo mantinha alianças políticas com a chamada esquerda católica que, evidentemente, era contrária ao aborto (SCAVONE, 2008).

Na segunda metade do século XX, publicações da Igreja Católica abordavam questões do mundo privado como uma forma de legitimar suas crenças institucionais em relação a assuntos que envolviam valores considerados por ela fundamentais. Dessa forma, as publicações proporcionavam uma oportunidade de legitimar o discurso católico acerca de temas que estariam constantemente sendo instigados por grupos feministas, ONGs e grupos de direitos que lutavam por mais liberalização nas relações afetivas e sociais (DALMOLIN, 2012).

Ainda no final década de 1950, os discursos apresentados pela Igreja Católica em relação à sexualidade e ao corpo ajudaram a formar representações que influenciaram os pensamentos que as pessoas desenvolveram a respeito desses assuntos (LUCENA, 2011). Os

discursos também constroem os corpos, visando diferenciá-los de acordo com o gênero correspondente. Tais diferenças, que caracterizam um corpo feminino ou masculino, partem de especificidades biológicas, mas são constituídas também por aspectos sociais, e assumem um papel relevante na hierarquização dos sexos e na sua manutenção e legitimação, de modo que:

O patriarcalismo que submeteu as mulheres em vários aspectos teria como estratégia para garantia de sua eficiência, o controle, a fiscalização, regulamentação e normatização do corpo feminino. Somente foi possível uma emancipação mais completa do sexo feminino na medida em que a mulher pode controlar a sua fertilidade, colocando sob o seu domínio a utilização de métodos anticoncepcionais e, em alguns países, podendo optar pelo aborto (LUCENA, 2011, p. 170).

Conforme abordamos no primeiro capítulo, o tema do aborto surge, no Brasil, em meio ao movimento feminista de segunda onda, mais precisamente na década de 1970, em um contexto histórico de ditadura militar (BARSTED, 1992). Nesse período, a pauta acabou não entrando na agenda política do movimento feminista, devido à repressão da ditadura, e também pelas limitações causadas pelas proximidades com a Igreja Católica, a partir sobretudo da perspectiva da Teologia da Libertação (PORTO, 2009; SARTI, 2004). O movimento feminista, como vimos, possuía uma relação delicada com a Igreja Católica, conforme destacado por Sarti:

As organizações femininas de bairro ganham força como parte do trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação. Isto colocou os grupos feministas politizados em permanente enfrentamento com a Igreja na busca de hegemonia dentro dos grupos populares. [...] Desacordos sabidos eram evitados, pelo menos publicamente. O aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos “grupos de reflexão”, sem ressonância pública (SARTI, 1998, p. 05).

Apesar dos conflitos entre os movimentos feministas e a Igreja Católica, o clima era de uma política de aliança, uma vez que ambos, de alguma forma, lutavam contra o regime militar. Devido a essa relação do movimento com a Igreja, questões ligadas à sexualidade e ao aborto não eram assuntos tratados de forma aberta durante a década de 1970 (PORTO, 2009; SARTI, 2001).

Ainda assim, durante este período, o movimento feminista intensifica a luta em prol da reforma do Código Penal, em especial acerca do tema aborto. Para o feminismo, a legalização

do aborto significaria uma questão de direitos humanos, sendo uma prioridade a conquista desse direito das mulheres (PIMENTEL;VILLELA, 2012).

No ano de 1975, o deputado João Menezes apresentou na Câmara dos Deputados Federais um projeto de lei defendendo a descriminalização do aborto no Brasil. O projeto foi rejeitado, com repercussão discreta dos movimentos feministas (BARSTED, 1992). Ainda em 1975, como abordado anteriormente, um grupo de feministas do Rio de Janeiro, com apoio da ONU, organizou um seminário sobre o Papel e o Comportamento da Mulher na Sociedade Brasileira, que foi realizado na ABI, Associação Brasileira de Imprensa (BARSTED, 2009; MARQUES, 2011b). Segundo Barsted (2009), o evento apresentou em seu documento final uma análise sobre a condição das mulheres no Brasil, destacando questões relacionadas à saúde mental e física, trabalho, homossexualidade feminina e discriminação racial.

Ainda sobre esse documento, produzido durante o seminário, não foram incluídas questões relacionadas ao aborto. Essa ausência, no entendimento de Barsted (2009) e conforme já mencionado, seria explicada devido ao contexto de ditadura, e pela relação dos movimentos feministas com a Igreja Católica. A partir desse evento, no Rio de Janeiro, é constituído o Centro da Mulher Brasileira; apesar de muitas de suas associadas possuírem uma posição clara em relação ao aborto, procuravam não se pronunciar de forma aberta sobre o tema (BARSTED, 2009).

Diante do exposto, é possível afirmar que, apesar do contexto histórico de ditadura e pouca sintonia com a Igreja Católica, na década de 1970, o aborto fazia parte das preocupações dos grupos feministas brasileiros (BARSTED, 2009). No final dessa década, os movimentos feministas adotaram o slogan “nosso corpo nos pertence” (PEDRO, 2012; PIMENTEL;VILLELA, 2012), e defendiam os direitos humanos das mulheres. Para as feministas “o direito ao aborto, a escolha de ter ou não ter filhos e o livre exercício da sexualidade eram, e ainda são, requisitos básicos e necessários de justiça social e para a consolidação das democracias” (PIMENTEL;VILLELA, 2012, p. 20).

Também no final dos anos de 1970, com o afastamento entre os grupos feministas e a Igreja, porque as alianças entre os dois grupos já não eram mais tão necessárias, pois o motivo que as uniam – a luta contra o regime militar –, já não tinha o mesmo valor como nos anos anteriores, os grupos feministas passaram a abordar de forma clara o tema do aborto. No ano de 1978, algumas pesquisas realizadas por feministas tratavam do tema do aborto como algo real e presente na vivência da sexualidade das mulheres (BARSTED, 1992). De acordo com Ávila,

A inclusão desse ternário no final dos anos 70 tem vários significados: superação do tabu, ampliação dos espaços democráticos dentro da oposição ao regime e, ao mesmo tempo, "descompressão" política por parte do regime autoritário. O debate sobre o aborto, a sexualidade, que coloca o corpo como tema da política, se instala nos anos 80 (ÁVILA, 1993, p. 384).

Durante esse período, final da década de 1970, as disputas políticas entre a Igreja Católica e os movimentos feministas ganham força, pois os movimentos defendiam a descriminalização do aborto e a Igreja buscava lutar contra sua legalização. Nesse momento as feministas definiam estratégias em relação ao aborto, associando-o a diversas reivindicações gerais em defesa da saúde das mulheres (PIMENTEL;VILLELA, 2012). Para Pimentel e Villela,

Defender a descriminalização ou legalização do aborto é lutar por um projeto de sociedade equânime nas relações de gênero, tendo a equidade como princípio e diretriz para que as diferenças possam ser convidadas e vivenciadas dentro do mesmo espaço. Ao negar a subsunção das mulheres à maternidade, afirmando que elas podem ser mulheres na sua integralidade sem ter filhos e dissociando sexualidade e reprodução, constrói-se a ancoragem necessária para tratar do aborto no âmbito dos direitos humanos e dos direitos reprodutivos e sexuais (PIMENTEL;VILLELA, 2012, p. 20).

Podemos entender que as discussões em torno do tema aborto no Brasil, durante o final da década de 1960 e na década de 1970, encontraram muitos obstáculos, dentre os quais podemos citar a ditadura militar que vigorava no país e a Igreja Católica que, como aliada dos movimentos feministas em determinadas pautas, acabou freando a discussão do tema por algum tempo. Mesmo sendo discutido de forma discreta, o tema fazia parte dos interesses dos grupos feministas. Ademais, em outros países, nos quais as proximidades com a Igreja Católica eram mais tênues, as pautas do aborto e do direito das mulheres ao seu próprio corpo faziam parte das principais reivindicações dos movimentos feministas.

Para Rosado-Nunes (2012), o aborto não é apenas um tema de pesquisa, mas também um campo de disputas e de lutas políticas. De acordo com Kreuz (2016), as discussões sobre o aborto são compostas de diversas facetas. Grupos sociais, políticos e religiosos debatem o tema, cada qual com seus argumentos para defender sua posição, favorável ou contrário à descriminalização do aborto.

O princípio de que “nosso corpo nos pertence” era um grito de liberdade e resistência das mulheres, e buscava dar um significado novo ao corpo, questionando a normalização da sexualidade e a disciplinarização e controle sobre o corpo das mulheres. Scavone (2010) entende que “mais que uma luta pelo direito individual de dispor de seu próprio corpo, estava

em jogo a manifestação das práticas de liberdade afrontando o controle social dos corpos mantidos sob o padrão de sexualidade vigente, celebrado no matrimônio ou na união consentida” (SCAVONE, 2010, p. 49).

Rosado-Nunes (2012) salienta que o discurso oficial da Igreja Católica apresenta de forma recorrente acusações de imoralidade à sociedade moderna. A busca individual por prazer é considerada uma marca ou característica da sociedade contemporânea, dessa forma, o aborto consistia na expressão de uma sociedade que não seria capaz de acolher as crianças.

Movimento semelhante de negação é identificado nos conteúdos sobre o aborto publicados nas Colunas Religiosas do FNP, em que se tenta deslegitimar as pautas dos movimentos feministas que vinham crescendo por todo o mundo. Nessa ação são utilizados documentos e os mandamentos da Igreja, assim como o posicionamento de líderes religiosos, reforçando posição contrária a descriminalização do aborto. Ao todo, das 13 publicações 10 trazem de forma direta argumentos nessa linha de pensamento.

A matéria *Nova moral para novos homens*, publicada em 24 de maio de 1970, destaca que:

Se hoje desenvolvem-se movimentos que pretendem abalar as estruturas dos conceitos morais e éticos dos homens, acenando-lhes com a fascinante teoria da liberdade completa de viver a sua vida como bem lhe apraz, isto nada mais pode ser, do que uma tentativa de determinados círculos ou núcleos de desintegrar a sociedade humana para melhor poder manejá-la (FNP, 24 maio 1970).

A publicação sinaliza a existência de movimentos que pregavam valores diferentes daqueles que sustentariam os conceitos morais e éticos, na defesa pela liberdade das pessoas. A publicação defende a permanência dos valores morais e a recusa de pensamentos que vão contra tais normas já estabelecidas. Embora não seja feita menção explícita, podemos entender que um desses movimentos mencionados pelo texto seriam os feministas, que vinham crescendo no Brasil e no mundo, lutando pelos direitos das mulheres e sua autonomia.

Rosado-Nunes (2012) afirma que o feminismo foi responsável por construir um novo campo de legalidades, no qual se inclui a reprodução e a sexualidade na lista de direitos humanos fundamentais de todos os indivíduos, em especial das mulheres. De acordo com Kreuz,

A partir do século XX, a pauta de direitos sexuais e reprodutivos assume papel central no movimento feminista, envolvendo o uso de métodos contraceptivos, mas também do aborto. Essa reivindicação gerou a

necessidade de justificações morais, filosóficas e mesmo religiosas da possibilidade de realização da prática, além de se buscar na própria juridicidade elementos que embasassem o pleito feminista (KREUZ, 2016, p. 12).

Em relação ao posicionamento da Igreja Católica, religião à qual era vinculada o FNP, as concepções referentes à reprodução e ao sexo estão relacionadas à natureza, seriam concedidas por Deus e, por isso, imutáveis e universais. Dessa forma, a concepção religiosa é conflitiva com a bandeira feminista, que vê a reprodução como um direito e condição para efetivação da cidadania das mulheres. Kreuz (2016) salienta que, na visão da Igreja Católica, “o corpo da mulher é invocado enquanto determinação natural e é consequência da ideologia naturalizadora, fazendo com que a mulher permaneça essencialmente ligada à ideia de procriação” (KREUZ, 2016, p. 25).

Em outra publicação do FNP, *Aborto: Fatos Escondidos!*, de 27 de dezembro de 1974, afirma-se que “muitas mulheres sentem-se injustiçadas em referência à gravidez durante os três primeiros meses. O que de fato estão querendo rejeitar são as náuseas ao amanhecer, a perda da silhueta, a inibição de certa liberdade de movimentos, etc.” (FNP, 27 dez. 1974). Dessa forma, ao colocar que as mulheres só estariam incomodadas com os desconfortos e alterações de seus corpos provocados pela gravidez, mas não rejeitando a gestação e o fato de se tornarem mães, a matéria sugere que gerar um filho e ser mãe seria algo natural das mulheres, sem abrir a possibilidade de que estas rejeitassem algo que seria sua função natural: a de gerar uma vida. A mesma publicação ainda alega que “Longe de restringir o direito da mãe em tais casos, a Igreja quer acima de tudo que a mãe seja informada adequadamente a respeito de todos os lados da decisão de um possível aborto” (FNP, 27 dez. 1974). Dessa forma, argumenta que a prática do aborto pelas mulheres seria decorrente também da falta de informações corretas, às quais não estariam tendo acesso.

Dessa forma, nas matérias do FNP, a maternidade é posta às mulheres como um destino e um instinto – designados por Deus –, sendo que ir contra essa natureza poderia ser considerado um ato violento e, conseqüentemente, contrário aos preceitos religiosos. Assim, quando se defende que a maternidade precisa ser vista como um direito no qual as mulheres podem escolher ser mães ou não, tal posicionamento – defendido pelas feministas – seria equivalente a um “desnaturamento” (KREUZ, 2016). Ainda de acordo com a autora, o posicionamento da Igreja Católica reforça a ideia de que “a maternidade é vista enquanto algo natural e ‘instintivo’, naturalizando a imposição da reprodução. O corpo feminino é não mais

que um objeto capaz de gestar e a violência estaria em não realizar a capacidade de ter filhos.” (KREUZ, 2016, p. 25).

A matéria *Posição radical da igreja perante o aborto*, publicada em 4 de janeiro de 1974, destaca que: “O direito à vida tem um significado particular e fundamental entre todos os direitos do homem como dizem claramente a ‘Declaração Universal dos Direitos do Homem’ e as Constituições de cada Estado”, e completa com a declaração de que “a vida humana não começa apenas no momento do nascimento, mas desde o momento da concepção e ela está sob a proteção do mandamento divino: ‘Não matarás’.” Dessa forma, a publicação coloca que a vida começa no momento da concepção e, por esse motivo, o feto é visto como uma pessoa em desenvolvimento e teria direito à vida, assim como as pessoas já nascidas, devendo ser respeitado em conformidade aos mandamentos de Deus e também dos homens.

Na publicação intitulada *Aborto mostra baixo nível moral do nosso mundo*, o texto traz um trecho do Concílio Vaticano II, no qual se menciona: “Deus confiou aos homens o mistério da vida e o homem deve cumpri-lo de modo digno. A vida deve ser salvaguardada com extremo cuidado desde a concepção: o aborto e o infanticídio são crimes abomináveis” (FNP, 21 set. 1972; 21 jan. 1973).

De acordo com Garcia (2011), um acordo político firmado pela Igreja no século XIX e levou a sustentar a tese de que a vida começa desde a concepção:

Em 1848, temendo o avanço das forças liberais na luta pela unificação da Itália, o Papa Pio IX fugiu e colocou-se sob a proteção de Imperador francês, Napoleão III. A França vivia um momento de industrialização e enfrentava problemas como a baixa natalidade e a falta de mão de obra ameaçava comprometer o crescimento industrial. O Papa e o Imperador selaram um acordo: em troca da declaração papal de que a vida começava no ato da concepção, a França ajudaria Pio IX a retomar sua posição no Vaticano (GARCIA, 2011, p. 28).

Nesse entendimento, a célula fecundada é vista como um ser vivo, e a Igreja fortalece uma campanha em defesa dessa vida e de seus direitos. A autora ainda declara que o papel da Igreja seria o de orientar seus fiéis a seguirem e ajustar seu comportamento aos mandamentos divinos, para não serem punidos por Deus ou pela Igreja (GARCIA, 2011). Diante do exposto, é válido ressaltar que o próprio argumento no qual se fundamenta a posição da Igreja Católica – a demarcação do início da vida humana – emerge a partir de uma negociação política entre a Igreja Católica e o Império francês, evidenciando os interesses e as relações de poder que circundam as origens de tal definição.

Ainda de acordo com Garcia (2011), não podemos falar sobre democracia plena sem antes garantir às mulheres direitos reprodutivos e sexuais. Dessa forma, na opinião da autora, as intervenções religiosas, em nome da moral, que negam esse direito às mulheres esconde graves preconceitos de gênero, no qual a Igreja defende que assuntos considerados de grande relevância, como a vida e a morte, não deveriam ser decididos pelas mulheres, colocando a racionalidade das mulheres em questão a considerando indigna de créditos. A Igreja coloca que as mulheres ao exercer seu poder de decidir, controlar a natalidade, estariam cometendo um crime e também um pecado e “não um ato de responsabilidade ou demonstração de formas altamente desenvolvidas de consciência cujo exercício e refinamento coloca em consideração o equilíbrio da família, ou mesmo, da coletividade” (GARCIA, 2011, p. 30).

Dessa forma, embora velados, é possível considerar que os preconceitos e estereótipos de gênero – que de alguma forma subsidiam o posicionamento da Igreja Católica – acabam por questionar a racionalidade das mulheres, não as considerando racionais e éticas e, por isso, sem condições de tomar decisão em relação aos seus corpos e vidas. Ainda em relação a essa questão, a publicação *Nova moral para novos homens* apresenta considerações sobre métodos anticoncepcionais, destacando que:

a limitação da família por meio de emprego de anticoncepcionais não nos parece ainda o maior dos males morais que hoje grassa no mundo. Pior do que isto, é a legalização do aborto, como já está acontecendo em alguns países. Para onde quererão ir eles? Já não bastam as guerras, os terremotos e outros flagelos, para dizimar a vida de centenas de milhares de homens e mulheres? Milhões morreram na última guerra, que provavelmente não foi a última. Como é possível, que em países civilizados e progressistas, pode-se legalizar o aborto? (FNP, 24 maio 1970).

A publicação faz certa ressalva quanto ao uso de anticoncepcionais – pauta igualmente defendida pelas feministas – como forma de “limitação da família”. De todo modo, sua maior crítica está centrada à legalização do aborto, comparando-a a eventos nos quais muitas pessoas acabam morrendo, como no caso das guerras, e insinuando que a legalização causaria uma matança de inúmeros inocentes. Noutra matéria, *Aborto mostra baixo nível moral do nosso mundo*, também traz essa comparação, alegando que:

enquanto é lamentada com indignação a morte de milhares de jovens vítimas do poder destruidor das guerras, não são muitos os que se indignam e pedem maior justiça para os milhares de crimes perpetrados a sangue frio, todos os anos, nos seios das famílias chamadas civilizadas, quando seres inocentes, no embrião da vida, são suprimidos no próprio ventre que os gerou, por mães egoístas, criminosas e infanticidas (FNP, 21 set. 1972; 21 jan. 1973).

Em os *Desumanos legisladores*, o colunista discorre: “Aguardem, por sua vez, os matadores dos inocentes de nosso século o chicote vingador de Deus. Flagra-se aparecer humanos a liberdade, mas têm as mãos manchadas de sangue dos inocentes” (FNP, 24 set. 1970). Em tom apocalíptico e ameaçador, anuncia que os responsáveis pelos abortos serão castigados por Deus, uma vez que tal prática poderia até ser permitida pela lei, mas nas leis divinas a mesma era condenada e considerada como assassinato de um ser inocente. Assim, quem praticasse ou contribuísse para essa ação, sofreria as consequências de seus atos, aos olhos de Deus.

Nessa mesma perspectiva, a publicação *Contra a nefanda lei do aborto* que cita a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, o crime do aborto é associado a outras práticas repulsivas como a do genocídio, do suicídio, da eutanásia, por exemplo:

tudo o que atenta contra a própria vida, como qualquer espécie de homicídio, o genocídio, o aborto, a eutanásia e o próprio suicídio voluntário: tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como as mutilações, as torturas física e morais e as tentativas de dominação psicológica [...]. Todas estas práticas e outras semelhantes são dignas de censura, pois infeccionam a civilização humana, desonram mais os que se comportam desta maneira, do que aqueles que padecem tais injúrias. E contradizem sobremaneira a honra do Criador (FNP, 11 dez. 1970).

A matéria utiliza um documento da Igreja Católica para argumentar que práticas como a do aborto são condenadas por Deus, contribuindo para corromper a sociedade, uma vez que a lei maior seria a do criador, e tudo que vai contra seus ensinamentos constituiria algo prejudicial para as pessoas e para a sociedade. Rosado-Nunes destaca que, em geral, “os argumentos apresentados pelos documentos oficiais da Igreja apresentam-se como um verdadeiro bloco discursivo, constituindo-se numa espécie de fortaleza doutrinal estabelecida em torno da condenação do aborto” (ROSADO-NUNES, 2012, p. 23).

A publicação *A propósito do aborto* apresenta um trecho da carta escrita pelo Cardeal, arcebispo de Paderborn da Alemanha, na qual defende que a legalização do aborto seria equivalente a um novo programa de eutanásia e que matar um nascituro não seria um sinal de liberdade e nem de emancipação das mulheres. A matéria ainda registra que:

assim um dos pontos da atual exploração do assunto a saber que a mulher não terá idênticos direitos do homem a menos que possa abortar, livre de toda a penalidade legal. Nessa linha de argumentação pseudo-feminista, logo mais, certas lideranças estão reivindicando a mulher a paternidade, pois esse é um dos direitos do homem. Em todo caso, vê-se sem dificuldade como a concepção cristã sobre o feminismo é realmente, humana, enquanto que as

reivindicações do feminismo integral – que visa a mais absoluta igualdade dos sexos é desumana e insustentável, em tantos aspectos (FNP, 24 maio 1972).

Podemos constatar que o texto apresenta críticas aos movimentos feministas que lutavam pela emancipação e liberdade das mulheres, defendendo como um de seus direitos o aborto. A publicação alega que permitir que as mulheres interrompam uma gestação não significaria liberdade ou emancipação, como defendido pelas feministas, e declara que uma absoluta igualdade entre os sexos seria insustentável e desumana. Dessa forma, a matéria procura deslegitimar os movimentos feministas e suas pautas.

Para Rosado-Nunes (2009), o ideário católico difere de forma radical das pautas defendidas pelos movimentos feministas e, por muitas vezes, suas reivindicações são opostas, gerando conflitos entre os dois segmentos. Os movimentos feministas discutem o direito ao aborto por um viés laico, a partir do direito das mulheres sobre seu próprio corpo, embora esse debate venha entrelaçado a questões religiosas (BATISTA; SARDENBERG, 2011). Rosado-Nunes aponta que:

Enquanto o feminismo construiu um novo campo de legalidades, incluindo a sexualidade e a reprodução entre os direitos humanos fundamentais das pessoas, especialmente das mulheres, no campo católico, e em parte do campo protestante e evangélico, as concepções tradicionais sobre sexo e sobre o agenciamento humano na reprodução devem-se à inscrição dessas áreas da vida humana na “natureza”, dada por Deus e imutável. Essas concepções religiosas opõem-se à construção feminista da reprodução (ROSADO-NUNES, 2009, p. 208).

Barsted (1992) afirma que, no Brasil, a luta pelo aborto tem contestado a interferência do Estado no que se refere ao corpo feminino e contra a disciplinarização religiosa e moral por parte de segmentos religiosos, assim como contra o moralismo da sociedade e também de setores de esquerda que viam o tema aborto como algo não relevante para a sociedade. Na esteira dessa discussão, Ávila (1993) reforça que, historicamente, a Igreja Católica tem interferido em temas relacionados à sexualidade e reprodução, defendendo a relação sexual como algo cuja finalidade deve ser a procriação, não admitindo, assim, um comportamento que fuja de tais princípios. Dessa forma,

Sua ação não se restringe apenas à pregação pastoral para manutenção da sua hegemonia no campo religioso, mas também tem como uma de suas metas influenciar ou mesmo definir o conteúdo das políticas sociais e da legislação. Isto faz com que o diálogo com os representantes dos poderes Executivo e

Legislativo (na sua maioria) esteja sempre sob uma censura de ordem transcendental e teológica (ÁVILA, 1993, p. 389).

Assim, no final do século XX, o aborto é defendido pelos movimentos feministas como um direito, como uma autonomia das mulheres em relação ao seu corpo. Essa posição contrapõe os poderes instaurados ao longo da história sobre os corpos das mulheres e homens, em particular em relação ao das mulheres, que não possuíam autonomia sobre seus corpos (BARSTED, 1992).

Retomando as matérias do jornal FNP, destacamos que algumas publicações relacionavam a questão do aborto ao controle social. Dessa forma, na publicação *Países do oriente próximo estudam os perigos à saúde causados pelo aborto*, de 15 de setembro de 1971, consta que “O aborto afeta a metade da população feminina adulta em idade de procriação. Isso faz com que o aborto seja um dos maiores problemas de saúde pública em termos de incidência” (FNP, 15 set. 1971).

Ainda sobre o aborto como controle social, a matéria *Aborto: problema moral ou social?*, de 28 setembro de 1971, apresenta a visão do Presidente dos EUA Richard Nixon sobre o aborto, na qual considera que: “Pela minha crença pessoal e religiosa considero o aborto uma forma inaceitável de controle da população. Além disso, licença sem restrição para o aborto solicitado não pode ser conciliado com a minha crença pessoal na santidade da vida humana” (FNP, 28 set. 1971) e completa destacando que: “Uma nação com sérios problemas sociais, problemas de lares com casais desquitados, de pobreza e delinquência. Contudo nenhum destes problemas justifica tal solução” (FNP, 28 set. 1971). A publicação procura passar que o aborto estava sendo utilizado como um meio contraceptivo, com a finalidade de controle da população – o que não condiz com a principal defesa dos grupos feministas, que propunham a prática como uma forma de liberdade, direito de escolha.

A esta altura, vale um destaque a respeito das políticas de redução da população que existiram durante as décadas de 1960 e 1970. Pedro (2003) destaca que, no Brasil, a divulgação das pílulas anticoncepcionais, entre outros métodos contraceptivos, fazia parte de políticas internacionais que visavam a redução da população. Ávila (1993) destaca que “a ideia de que no chamado Terceiro Mundo o controle de natalidade é uma necessidade crucial fomentou muitos programas de apoio Internacional que tiveram, nacionalmente, fortes aliados” (ÁVILA, 1993, p. 388). Já em países europeus, as políticas de natalidade adquiriram força depois das guerras mundiais. Dessa forma, “enquanto em lugares como a França a pílula

somente foi liberada para consumo em 1967, no Brasil a pílula anticoncepcional e o DIU foram comercializados sem entraves desde o início da década de 60” (PEDRO, 2003, p. 241).

Pedro (2003) considera que quando os acordos internacionais previam a necessidade urgente da redução da natalidade em países considerados de terceiro mundo, estava-se necessariamente falando do corpo feminino e de sexo, e era sobre esses mesmos temas que a Igreja Católica também abordava, quando, por meio da publicação de documentos como a encíclica papal *Humanae Vitae*¹³, apontava quais seriam os métodos que os casais poderiam utilizar para evitar filhos. A este respeito, a encíclica declara que diante de motivos sérios que impossibilitem o casal ter filhos, sejam decorrentes de condições psicológicas, físicas ou circunstâncias exteriores dos cônjuges, a Igreja determina que nesses casos é lícito observar o ciclo menstrual e usufruir do matrimônio apenas nos períodos infecundos, assim poderiam regular a natalidade sem desrespeitar os princípios morais. Em relação ao aborto, o documento alega que a interrupção direta da gestação e o aborto devem ser absolutamente excluídos como meio para regulação de nascimentos, mesmo que seja por razões terapêuticas.

Rosado-Nunes (2012) alega que “A condenação da interrupção voluntária da gravidez funda-se numa proposição de fé, segundo a qual a vida humana tem caráter sagrado por ser um dom divino” (ROSADO-NUNES, 2012, p. 23-24). A autora ainda salienta que os movimentos feministas no Brasil que lutavam pela descriminalização do aborto tinham como principal opositor a Igreja Católica, que agia pressionando o Estado, utilizava seu poder social para influenciar os meios de comunicação e transmitir aos seus fiéis a doutrina católica oficial sobre o tema do aborto.

Em síntese, as publicações buscavam condenar os movimentos feministas e as pautas defendidas utilizando valores religiosos, documentos da Igreja e os líderes religiosos para reforçar seu posicionamento em relação ao aborto, buscando passar ao seus leitores que a forma mais correta de agir e viver seria seguindo os mandamentos de Deus.

3.4 Ciência e desigualdade entre homens e mulheres

A partir do conteúdo encontrado nas matérias sobre aborto, nesse momento destacamos como a Igreja Católica recorre a argumentos oriundos do campo das ciências para legitimar a condenação do aborto, onde podemos identificar que das 13 matérias publicadas pelo FNP, 7 trazem utilizam desse recurso retórico. Entendemos que, em muitos casos, as

¹³ A encíclica *Humanae Vitae* é um documento da Igreja Católica, escrito em 1968 pelo Papa Paulo VI, que consistiu em apresentar orientações doutrinárias em relação a regulação da natalidade, expressando o posicionamento da Igreja Católica sobre o aborto, entre outros temas (LUNA, 2002).

ciências, ao longo da história, vêm sendo usadas para legitimar as desigualdades entre homens e mulheres (VIANNA; RIDENTI, 1998; CARVALHO; TORTATO, 2009).

Um dos objetivos do feminismo da década de 1970, que culminou inclusive na proposição do gênero como categoria de análise – conforme já exposto –, era a desnaturalização da condição das mulheres na sociedade. Desta forma, procurava-se desconstruir o pensamento de que determinadas características atribuídas às mulheres seriam da sua natureza, fazendo parte de sua essência, assim como as atribuídas aos homens fariam parte da deles. De tal compreensão, decorre a ideia de que seria natural e da essência das mulheres o dom da maternidade, da sensibilidade, gentileza, delicadeza, altruísmo, dentre outros, como se tais características fizessem parte da carga genética e da biologia das mulheres (CARVALHO; TORTATO, 2009). Ademais, o discurso religioso vem reforçar tal visão naturalizante, utilizando-se ainda da figura de Deus como sendo o provedor de tais essências.

Durante o século XIX surgiram na área da antropologia física algumas teorias que explicariam, com base na biologia, a inferioridade das mulheres em relação aos homens (SILVA, 2007). As desigualdades existentes entre mulheres e homens foram entendidas como naturais, de modo que não poderiam ser modificadas, sendo os homens, nesta perspectiva, geneticamente superiores (CARVALHO; TORTATO, 2009). Essa explicação teria tomado força na sociedade moderna, pois se tratava de um “aval” da ciência sobre o tema, legitimando tal posicionamento de desigualdade. Dessa forma, “o determinismo biológico seria definidor das desigualdades entre homens e mulheres, tendo a medicina e as ciências biológicas como importante aliadas que, durante muito tempo, subsidiaram as normas sociais quanto às relações de gênero” (VIANNA; RIDENTI, 1998, p. 96).

Os movimentos feministas posicionavam-se contrários a esses pensamentos, que utilizavam como argumento, para inferiorização das mulheres, o determinismo biológico. As feministas, assim, buscavam problematizar e reconstruir tais compreensões, questionando as concepções sobre mulheres e homens na sociedade ocidental (SILVA, 2007). De acordo com Louro:

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem “científica”, a distinção sexual serve para compreender – e justificar – a desigualdade (LOURO, 2012, p. 20-21).

Assim, determinados discursos científicos tentam inferir que as desigualdades sociais são decorrentes de inferioridades físicas. Podemos observar, na mídia, publicações que utilizam diferenças entre os sexos, tidas como biológicas, ou características construídas culturalmente, mas apresentadas como naturais, para tentar legitimar as desigualdades existentes entre homens e mulheres (CARVALHO; TORTATO, 2009).

Na análise das 13 publicações do FNP que tematizavam o aborto, um dos argumentos utilizados pelas matérias para legitimar o posicionamento da Igreja Católica diante do aborto refere-se a um viés científico, a partir do qual legitima-se a ideia de que a vida humana está presente desde a concepção do novo ser. Dessa forma, a Igreja Católica utiliza dessa premissa para afirmar que a ciência apresenta prova que daria legitimidade à sua posição em relação ao aborto, buscando, ao mesmo tempo, o apoio dos médicos na luta contra o aborto e na explicação de que o feto é uma vida.

Nesse sentido, destacamos a publicação *Aborto mostra baixo nível moral do nosso mundo*, de 21 setembro 1972 e republicada em 24 janeiro 1973, que traz uma explicação fundamentada na visão biológica para argumentar contrariamente ao aborto, condenado como um ato criminoso:

Aborto é a expulsão ou extração intencional do fruto do amor. Ocorre quando é provocada a contração uterina, seja deslocando o ovo, seja retirando-o de mediate. Estas técnicas usadas com o fim comercial ou com o fim de atender a simples vontade do casal constitui, dentro da legislação brasileira, o aborto criminoso, que não deve ser confundido com a interrupção terapêutica da gravidez “está é uma prática que tem que ser indicada por escrito, com aprovação de três médicos, recomendada raríssimamente para salvar uma vida” diz o médico Maia Bittencourt (FNP, 21 set. 1972; 24 jan. 1973).

O texto alega que o feto seria o fruto do amor que durante o procedimento do aborto é retirado do útero de sua mãe, apenas porque o casal assim deseja. Condena e informa que essa prática seria crime no Brasil. Ainda destaca que existe o aborto terapêutico, raramente recomendado, que deveria ser indicado e aprovado por três médicos. Dessa forma, utiliza a menção da autorização dos médicos para validar argumento de que o aborto não deve ser praticado.

Nesta mesma direção, a publicação *A propósito do aborto*, de 24 de maio 1972, apresenta a argumentação de que seria possível afirmar cientificamente que a vida tem início na concepção. Dessa forma, o aborto seria um crime em todas as situações, com o agravante de estar se matando uma criança indefesa e inocente. As matérias, assim, utilizam o

argumento fundamentado na ciência biológica, a partir da qual se entende que a vida começa no momento da concepção e, por esse motivo, a prática do aborto deveria ser entendida como um crime de assassinato. Ademais, a legitimidade dada pela ciência não pode ser vista desvinculada do significado sagrado e divino que é associado à vida. Desse modo, segundo Kreuz:

o “milagre da vida” teria início com a concepção, o que faria do aborto uma atrocidade praticada contra a divindade, que concede aos seres o direito à vida. A interrupção da gestação de uma vida humana representaria uma violação à representação de Deus – razão pela qual os religiosos insistem na defesa da proibição (KREUZ, 2016, p. 55).

A publicação *Posição radical da Igreja perante o aborto* utiliza-se da mesma argumentação, articulando ciência e religião, ao alegar que:

A vida humana é uma unidade indivisível desde o momento da concepção até à morte, um processo de desenvolvimento dinâmico e contínuo do ser humano, sempre idêntico. Portanto a vida humana não começa apenas no momento do nascimento, mas desde o momento da concepção e ela está sob a proteção do mandamento divino: “Não matarás” (FNP, 4 jan. 1974).

A matéria recorre ao argumento do início da vida humana, com o objetivo de mostrar que o procedimento do aborto é errado, pois implica na morte de uma vida inocente, que deveria ser protegida. A Igreja Católica defende que existe uma pessoa humana desde o momento da fecundação, assim o aborto seria uma ação condenável e moralmente inaceitável, um crime contra uma vida e contra Deus que criou a vida, ou seja, um pecado grave (ROSADO-NUNES, 2012).

Diante dessa compreensão, Kreuz (2016) critica a argumentação da Igreja em relação à defesa da vida, afirmando que a posição religiosa não trata necessariamente de defender a vida humana, pois em alguns casos a continuação da gestação colocaria a vida da gestante em risco e que, mesmo diante de tais situações, o aborto, para a Igreja Católica, seria condenado. Dessa forma, “os grupos religiosos se preocupam com o ‘direito de nascer’, de modo a proteger a figura miraculosa da concepção humana” (KREUZ, 2016, p. 55). Nesta perspectiva, a premissa maior é de que o ser humano – homens e mulheres – devem preconizar as vontades divinas – expressas, por exemplo, na concepção de uma nova vida – não devendo em nenhuma hipótese interferir no destino traçado e planejado por Deus.

Em *Aborto: fatos escondidos*, é destacado que:

Contra um consentimento bem informado, achamos o slogan “A mulher tem direito a seu próprio corpo”. Entretanto, a ideia de que o feto é “parte do corpo da mãe”, resultou de uma falsa e mal informada biologia que nenhum biólogo honesto sustenta hoje em dia. A biologia indica claramente que mãe e feto são seres distintos e diferentes (FNP, 27 dez. 1974).

Dessa forma, a publicação utiliza uma vez mais o argumento científico para contrapor a alegação de que as mulheres teriam direito ao seu corpo, visto que, na própria visão biológica, mãe e feto seriam seres/corpos distintos, não tendo a mãe, portanto, o direito de matar a vida de outrem. Rosado-Nunes (2012) esclarece que, na visão da Igreja Católica, existe uma vida humana desde o momento da concepção e que, nesse caso, a existência dela seria utilizada de uma forma ambígua, como significado de pessoa. Dessa forma, existiria uma pessoa humana desde a fecundação e qualquer interrupção da gravidez ou aborto deveria ser considerado um homicídio.

A publicação *Posição radical da Igreja perante o aborto* segue a mesma linha de argumentação, declarando que “partindo da afirmação de que não existem diferenças entre a vida nascida e a que ainda não nasceu, a Igreja também não admite diferença alguma, quando se trata de sua eliminação, em ambos os casos se está perante um homicídio” (FNP, 4 jan. 1974). Dessa forma, a publicação utiliza-se do argumento biológico para assegurar que desde a concepção existe uma pessoa humana que deve ser protegida, assim como devem ser as pessoas já nascidas. Assim,

A ciência é invocada para justificar a natureza totalmente humana e pessoal do embrião. Podem-se distinguir duas tendências no uso dos dados científicos. Ambas partem do reconhecimento pelos cientistas de que desde o momento da fecundação existe uma realidade celular distinta do óvulo e do espermatozóide, o zigoto, que dispõe de código genético próprio e é, indiscutivelmente, vida humana (ROSADO-NUNES, 2012, p. 24).

Dessa forma, a autora coloca que uma das tendências entende que o zigoto seria uma pessoa humana e que possui direitos como tal. Tendo em vista possuir o código genético completo, o zigoto se desenvolveria de forma contínua, por autogestão e sem interrupção, resultando em uma pessoa humana, mesmo antes de nascer. A outra tendência apresenta uma argumentação de ordem filosófica, considerando o zigoto como uma pessoa humana em potencial, mas essa seria equivalente e possuiria os mesmos direitos que os indivíduos já nascidos. Para as duas, a interrupção da gestação seria um ato homicida, por eliminar uma pessoa humana, o zigoto, ou uma vida em potencial, que equivale a uma pessoa (ROSADO-NUNES, 2012).

A matéria *Contra a nefanda lei do aborto* menciona o parágrafo 51 da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, que declara que “Deus, senhor da vida, confiou aos homens o nobre encargo de preservar a vida, para ser exercido de maneira condigna do homem. Por isso a vida deve ser protegida com o máximo cuidado desde a concepção. O aborto como o infanticídio são crimes nefandos” (FNP, 11 dez. 1970). A publicação apresenta um dos documentos da Igreja para mostrar aos seus fiéis que a prática do aborto deve ser condenada, pois Deus a condenou. De acordo com Rosado-Nunes (2012),

Os documentos da Igreja recorrem a essas afirmações de caráter supostamente científico para legitimar sua defesa incondicional da continuidade de toda gestação, seja considerando que desde a concepção há uma individualidade e, portanto, uma pessoa humana, seja assumindo a identidade entre ser humano em potencial e pessoa humana (ROSADO-NUNES, 2012, p. 24).

A autora ainda destaca que os argumentos científicos são utilizados por diversos episcopados para legitimar suas crenças. Em 1971, bispos da Holanda, Estados Unidos e França fizeram declarações utilizando argumentos científicos. Em 1974, foi a vez dos bispos da Austrália que utilizaram médicos especialistas para reforçar sua posição, no mesmo ano, bispos da Alemanha também se manifestaram afirmando que a biologia moderna prova que desde a concepção existe vida, não havendo um estágio pré-humano (ROSADO-NUNES, 2012).

Ainda nessa linha de argumentação, são apresentadas publicações nas quais é realizado um apelo aos médicos, solicitando que esses se recusem a realizar o procedimento do aborto. Em *Posição radical da Igreja perante o aborto* é destacado que “o supremo princípio imposto aos médicos é o respeito pela vida humana, como se lê numa cláusula do documento de Genebra: Terei sumo respeito pela vida humana, desde a concepção” (FNP, 4 jan. 1974). Assim como na publicação *Moralidade, eutanásia e racismo*, na qual os Bispos católicos “solicitaram aos médicos e enfermeiros cristãos, negarem-se a participar deste gênero de operação” (FNP, 23 jun. 1971). Dessa forma, ao realizar o procedimento, os médicos estariam indo contra o princípio médico e cristão em relação ao respeito à vida.

Em síntese, nesse tópico constatamos que as publicações reforçam a visão naturalizante da desigualdades entre homens e mulheres, e são utilizados argumentos relacionados ao campo da ciência para legitimar posição de contrariedade em relação ao aborto, tendo em vista que a vida humana tem início na concepção. As publicações apelam

ainda ao exercício da profissão dos médicos, haja vista o seu juramento de defesa incondicional da vida, logo, da vida daquele que foi concebido, o feto.

* * *

A discussão realizada nesse capítulo girou em torno da problematização do aborto tematizado na Coluna Religiosa do FNP a partir de três eixos, sendo que no primeiro apresentamos discussões sobre sua legalização ocorridas em países da Europa e nos Estados Unidos. Em geral, as alegações utilizadas condenam e criminalizam o aborto, recorrendo a fundamentos religiosos, católicos em particular, baseados no princípio do direito à vida, que é vista como sagrada e só pode ser retirada ou dada por Deus. Entendemos também que as matérias alegam que as leis de Deus possuem mais valor do que as civis, devendo estas últimas estarem em acordo ou sintonia com as leis divinas.

No segundo eixo, destacamos os debates e a posição dos grupos feministas e da Igreja Católica em relação ao aborto, assim como os conflitos gerados entre os grupos e também as justificativas utilizadas por cada um para defender sua perspectiva. Em seguida, analisamos as publicações do FNP, em vista de identificar os discursos morais apresentados para defender a ideia de que a prática do aborto iria contra aos mandamentos de Deus e da Igreja. Verificamos que as matérias buscam, de certa forma, condenar os movimentos feministas, utilizando-se de argumentos fundamentados nos valores religiosos, assim como o posicionamento de líderes e documentos eclesiásticos, a fim de convencer os seus leitores de que o correto em suas vidas era seguir os mandamentos de Deus.

No terceiro eixo, evidenciamos que a Igreja Católica utiliza em seus discursos argumentos ligados à ciência, para legitimar a condenação ao aborto, afirmando que a vida tem início no momento da concepção, de modo que o feto possui os mesmos direitos que uma pessoa já nascida. Com isso, defende-se a criminalização de toda e qualquer ideia voltada ao aborto, bem como ao direito das mulheres de decidir sobre seu corpo.

Como vimos anteriormente, os principais assuntos discutidos pelos movimentos feministas no Brasil durante a década de 1970 estavam relacionados à sexualidade, ao corpo, ao prazer, e também ao aborto e planejamento familiar (HENTZ; VEIGA, 2011; SARTI, 2004). Para as feministas, a legalização do aborto estaria ligada a uma questão de direitos humanos e seria uma prioridade conquistar esse direito (PIMENTEL; VILLELA, 2012). No final da década de 1970, o feminismo adotou o slogan “nosso corpo nos pertence” (PEDRO, 2012; PIMENTEL; VILLELA, 2012), em defesa dos direitos das mulheres e na busca por um

novo significado ao corpo, questionando a normalização da sexualidade e a disciplinarização e controle sobre o corpo das mulheres. Para os movimentos feministas, o direito ao aborto, de escolher entre ter um filho ou não, assim como de exercer livremente a sexualidade eram, e continuam sendo, um requisito necessário e básico de justiça social e relevante para a consolidação da democracia que leve em consideração o gênero (PIMENTEL; VILLELA, 2012).

Enquanto as feministas defendiam o direito das mulheres em relação aos seus corpos, ao prazer e à liberdade quanto à sexualidade, os discursos católicos – expresso em nossa pesquisa pelas Colunas Religiosas do FNP – lutavam para manter e reforçar as concepções da Igreja em relação ao sexo e à reprodução, defendendo que a relação sexual deveria ter como finalidade a procriação (ROSADO-NUNES, 2009; ÁVILA, 1993), e que a função das mulheres na sociedade seria a de gerar e cuidar dos filhos e da família, não sendo permitido a elas desfrutar de sua sexualidade e seu corpo da forma como buscavam defender as feministas.

Na esteira desse pensamento, as publicações colocavam-se contrárias à prática do aborto, alegando que a vida teria início na concepção e que o feto, tendo direito à vida, deveria ser respeitado, em conformidade aos mandamentos de Deus. As matérias utilizavam documentos da Igreja Católica, posicionamentos de líderes religiosos e os valores cristãos para reforçar a condenação ao aborto. Alegavam que a prática era condenada por Deus e contribuía para corromper a sociedade (ROSADO-NUNES, 2012). Por fim, o jornal buscava transmitir aos seus leitores que a forma correta de pensar, agir e viver era de acordo com os mandamentos de Deus.

Nesse sentido, afirmamos que as concepções religiosas analisadas em nossa pesquisa opõem-se, de certo modo, às defesas e reivindicações feitas pelas feministas. Essas últimas, em muitos casos, eram apresentadas pelas publicações do FNP como transgressoras, contrárias à moral, reforçando-se, portanto, uma imagem negativa do movimento. Como evidenciamos, as concepções da Igreja Católica em relação ao sexo e à reprodução estão ligadas à natureza, sendo o corpo das mulheres invocado como uma determinação natural (KREUZ, 2016), designado por Deus para gerar um filho. A maternidade, portanto, é o destino apresentado às mulheres, ligado à ordem natural e às leis divinas. Dizemos, assim, que o discurso religioso aqui evidenciado acaba, portanto, por “aprisionar” o corpo das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, no Brasil, constatamos diversas manifestações em relação ao aborto e sua (des)criminalização. Retomando o episódio apresentado no início de nosso trabalho, presenciamos recentemente, durante o ano de 2016, a ocorrência envolvendo os Ministros do Supremo Tribunal Federal, que revogaram a prisão preventiva de cinco pessoas acusadas de realizarem abortos clandestinos no Rio de Janeiro. Em defesa de tal decisão, entendeu-se que até o terceiro mês da gestação, a interrupção da gravidez estaria ligada a questões de autonomia, igualdade de gênero e um direito de liberdade de escolha das mulheres. Diante de tal fato, assistimos à manifestação intensa de grupos religiosos e feministas, além da população em geral, gerando um debate acirrado e controverso acerca da descriminalização ou não do aborto.

O episódio ao qual recorreremos exemplifica a intensidade das discussões e conflitos em relação aos debates sobre o aborto no Brasil. Tais discussões no Brasil não tiveram início na atualidade, mas ganham força nas décadas de 1960 e 1970, com a intensificação dos movimentos feministas em todo o mundo. Nesse período, as duas principais frentes nas discussões são a Igreja Católica e os movimentos feministas, sendo que os argumentos e posicionamentos da Igreja merecem destaque em nosso trabalho, compreendendo a grande influência que tal discurso exerce nas representações que fazem parte da sociedade e da cultura.

Em meio a tais discussões, portanto, nossa investigação abordou a temática do aborto durante a década de 1970, a partir da análise das publicações acerca deste tema nas Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná (1970 a 1974). A pesquisa, assim, buscou evidenciar a forma como a temática foi abordada e quais os argumentos utilizados para legitimar o posicionamento da Igreja Católica, contrário ao aborto.

Para a realização de nossa pesquisa, investigamos as Colunas Religiosas de todas as edições do jornal Folha do Norte do Paraná, publicadas ao longo do seu período de circulação (1962 a 1979), partindo de um total de 38.100 páginas. Realizamos a tabulação das matérias, buscando destacar as principais informações de todas as publicações que faziam de alguma forma referência às mulheres. Nesse processo, ao todo, encontramos 311 matérias com conteúdos referentes às mulheres, que tabulamos e organizamos por temas: Corpo e comportamento; Maria e figuras bíblicas; Documentos Eclesiásticos; Família; Divórcio; Aborto e Outros. A tabulação possibilitou a visualização das matérias identificadas, sendo que

os dados obtidos nesse processo foram fundamentais para a definição de nosso recorte: o aborto. Nossa escolha se deu pela atualidade da temática e por entendermos que as publicações veiculadas em décadas passadas podem nos auxiliar a compreender o modo como foram sendo construídos os discursos favoráveis e contrários ao aborto. Constatamos que as matérias em relação ao aborto – 13 no total – foram publicadas apenas durante os anos de 1970 a 1974, não tendo sido encontradas publicações sobre esse tema fora deste recorte temporal.

Enquanto documento histórico, entendemos que o jornal não pode ser compreendido como fonte de verdade, mas deve ser tomado como uma representação dos acontecimentos que trazem influências dos interesses e compreensões de seus idealizadores e proprietários, assim como no contexto no qual está inserido (SILVA; FRANCO, 2010; FARIA, 2013). Dessa forma, os periódicos são porta vozes de interesses, valores e concepções, instrumentos de intervenção na vida social e de manipulação de ideias, sendo fundamental a investigação dos grupos responsáveis pela concepção e produção do jornal. Considerando a trajetória da imprensa no Brasil, é possível constatar que essa teve uma participação efetiva na formação cultural e política de nossa população, sendo utilizada como meio informativo e educativo. Por meio das publicações veiculadas, é possível construir ligações entre os interesses dos grupos responsáveis e a regulação coletiva exercida (PASQUINI, 2009).

Em nossa pesquisa, tal compreensão constituiu-se como relevante, orientando nosso olhar sobre o FNP e levando-nos a aprofundar nossa investigação acerca do contexto que envolvia a produção do periódico. Assim, cabe ressaltar que nossa fonte de investigação, o jornal Folha do Norte do Paraná, pertencia à diocese de Maringá. Ficou conhecido na região como o jornal do Bispo, criado por Dom Jaime Luiz Coelho, que teve voz ativa nas decisões relativas ao jornal e em sua linha editorial ao longo de todo o período que esteve em circulação. Dessa forma, entendemos que o jornal FNP servia como meio de disseminação, veiculação e defesa dos valores e crenças cristãs, particularmente da Igreja Católica.

Quanto aos estudos de gênero, que fundamentaram igualmente nossa pesquisa, fizeram-se relevantes no sentido de evidenciar que a maneira como nos comportamos, sentimos e pensamos sofrem influências da imagem que temos sobre nós, a qual é construída com base nos modelos oferecidos pela sociedade em que estamos inseridos (BUTLER, 2003; VIANNA; RIDENTI, 1998). Dessa forma, entendemos que as matérias veiculadas no FNP podem influenciar a forma de pensar e agir de seus leitores, assim como no que entendem como certo ou errado. Entendemos que as matérias eram utilizadas pela Igreja Católica para

transmitir seus valores, combater ideias que diferem das suas e fortalecer seus posicionamentos e discursos junto à população.

Como vimos no percurso de nosso texto, durante a década de 1960, foi se constituindo uma “onda de liberação” do aborto pelo mundo. Essa onda teria ocorrido em virtude das mudanças culturais, sociais e morais, como também devido a uma crescente atenção aos direitos das mulheres, impulsionado pelos movimentos feministas (SARMENTO, 2005). Assim, o aborto passou a ser discutido de forma recorrente durante as décadas de 1960 e 1970, devido ao fortalecimento dos movimentos feministas e a maior liberdade sexual para as mulheres. Nesse período, alguns países da Europa e dos Estados Unidos passaram a legalizar a prática do aborto (REBOUÇAS; DUTRA, 2011).

Em meio às discussões que ocorriam pelo mundo, o FNP apresenta, em suas edições, informações e discussões em relação a esse movimento. É possível inferir que, diante da “onda de liberação” – em que vários países estavam liberando a prática do aborto e outros estavam discutindo sobre sua descriminalização –, as Colunas Religiosas, espaço reservado no FNP, acabam sendo utilizadas não apenas como veículo para esclarecer os seus leitores acerca dos acontecimentos nacionais e internacionais, mas também como forma de reforçar o posicionamento da Igreja Católica contrário ao aborto. Assim, as publicações analisadas em nossa pesquisa condenam o aborto e alegam aos seus fiéis que a forma correta de viver e agir seria em conformidade às leis divinas, de modo que os verdadeiros cristãos não deveriam praticar ou ser a favor do aborto, pois esse violaria os mandamentos de Deus.

A análise das 13 matérias do FNP foi dividida em três eixos. No primeiro, trazemos as discussões em relação ao aborto que estavam ocorrendo em diferentes países durante a década de 1970 e analisamos as publicações que apresentavam argumentos com o objetivo de criminalizar e condenar o aborto. Por meio da análise, constatamos que os textos utilizavam argumentos baseados em valores religiosos para condenar a prática do aborto. Defendiam as leis de Deus, vinculando a moral aos ensinamentos da Igreja. As publicações ratificavam que as leis divinas, sagradas, seriam superiores às leis civis, de modo a terem mais valor e devendo ser observadas por todas as pessoas e países.

No segundo eixo, apresentamos o embate entre o posicionamento da Igreja Católica e dos movimentos feministas em relação ao aborto durante a década de 1970. Dessa forma, evidenciamos argumentos utilizados nas publicações para legitimar a posição da Igreja e deslegitimar as ideias e reivindicações feministas. Verificamos que as publicações buscavam condenar os pensamentos dos movimentos feministas, utilizando, para isso, argumentos fundamentados em valores religiosos, além de documentos eclesiais e os posicionamentos

de líderes da Igreja, com o objetivo de transmitir e convencer seus leitores de que o correto era seguir os mandamentos de Deus, em favor da vida e da vocação das mulheres, naturalmente concebida para a maternidade.

No terceiro eixo, evidenciamos como a Igreja Católica utiliza argumentos da ciência para legitimar seu discurso contra o aborto. O feminismo da década de 1970 tinha como um de seus objetivos a desnaturalização da condição das mulheres em nossa sociedade, visando desconstruir a ideia de que as características atribuídas às mulheres pela sociedade eram da sua natureza ou faziam parte de sua essência (CARVALHO; TORTATO, 2009). Os discursos religiosos apresentados nas publicações contribuem para reforçar a ideia da maternidade como algo natural e vinculado à essência das mulheres, sendo contrários, portanto, à defesa feita pelas feministas. Nas publicações, um dos argumentos utilizados pela Igreja Católica refere-se a um certo entendimento científico no qual o conceito de vida humana teria início na concepção. Dessa forma, essa premissa é utilizada nas matérias para alegar que a ciência endossaria o posicionamento eclesiástico diante do aborto. Os textos ainda ilustravam que os médicos, no exercício de seu ofício, condenavam o aborto e promoviam a defesa da vida do feto.

Os resultados encontrados em nossa pesquisa evidenciam, de certo modo, as bases que sustentam o discurso da Igreja Católica contrário ao aborto. Os movimentos feministas de segunda onda no Brasil desenvolveram-se a partir do final da década de 1960, sendo que as décadas de 1960 e 1970 foram relevantes para a intensificação e fortalecimento dos movimentos. As feministas defendiam a autonomia das mulheres, a igualdade entre homens e mulheres, o direito à sexualidade, ao seu próprio corpo e ao prazer, assim como ao aborto, apesar de nesse período ainda de forma discreta. Dessa forma, entendemos que em meio à efervescência dos movimentos feministas que vinham conquistando espaço no Brasil durante a década de 1970, a Igreja Católica buscava condenar tais ideias, uma vez que iriam contra os valores defendidos.

Pensando o campo da educação, nossa área de formação inicial, entendemos que o jornal, assim com a mídia em geral, é um meio educativo que exerce influência sobre os pensamentos das pessoas que têm acesso ao seu conteúdo. Tais meios de comunicação, em muitos casos, são produtores e reprodutores de desigualdades de gênero, por compactuarem e transmitirem aos seus leitores, por meio de suas publicações, imagens e representações, padrões, modelos de comportamento e pensamento sexistas. Assim como pudemos verificar, no FNP, os discursos acerca do aborto construídos a partir da moral católica, outras mídias –

em tempos passados e na atualidade – também veiculam tais representações, influenciando a formação e as relações entre os sujeitos.

No Brasil, o aborto só é permitido em casos de violência sexual, quando a vida da mulher está em risco ou quando o feto sofre de anencefalia. Em outros casos, as mulheres que abortam – por diferentes motivos que abrangem não necessariamente um desejo ou interesse individual, mas também questões relacionadas à violência, à saúde, a condições socioeconômicas, culturais, entre outros –, correm o risco de serem presas. Em nossa opinião, acreditamos que a criminalização do aborto fere o direito das mulheres de tomar suas decisões pessoais em relação à sua vida e saúde – tendo em vista os diferentes condicionantes que influenciam sua trajetória e as relações que estabelece –, violando diversos direitos humanos, seu direito à saúde, à vida, privacidade, não-discriminação e igualdade, entre outros.

Por fim, entendemos que o tema do aborto continua sendo mote de polêmicas e controvérsias na contemporaneidade. Os argumentos utilizados atualmente não diferem totalmente daqueles usados na década de 1970 para defender ou condenar sua prática, sendo que não há ainda, em nossa sociedade – quer seja no Brasil ou em outros países –, um consenso acerca da legalização da prática do aborto. Ademais, defendemos a necessidade urgente de uma ampliação dos diálogos e reflexões para que a sociedade, como um todo, possa avançar na discussão dessa questão. O caminho em prol da igualdade de gênero apresenta, ainda, muitos desafios, considerando, sobretudo, incipientes esclarecimento e os poucos espaços existentes para o debate, em especial na formação das novas gerações. Sem a pretensão de esgotar o tema ou de trazer respostas conclusivas para a problemática a que nos propusemos, esperamos que este trabalho possa contribuir, ao menos, para suscitar o debate.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Fernanda Pattaro. A construção do direito ao aborto como uma questão de cidadania na América Latina. In: Cotidiano Mujer; Articulación Feminista Marcosur (AFM). (Org.). **Desafíos Feministas en América Latina: la mirada de las jóvenes**. Montevideo: Imprenta Rojo, 2009, v. 01, 2009, p. 109-118.
- AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2012.
- AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 382-393, 1993.
- BARSTED, Leila Linhares. Legalização e descriminalização do aborto no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, p. 104-130, 1992.
- BARSTED, Leila Linhares. O movimento de mulheres e o debate sobre o aborto. In: BALTAR DA ROCHA, Maria Isabel; BARBOSA, Regina Maria (Org.). **Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2009, p. 228-56.
- BATISTA, Carla Gisele; SARDENBERG, Cecília M. B. Movimentos feministas, aborto e laicidade: o caso de Alagoinha como exemplar. In: BONNETI, Alinne; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima (org.). **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador, EDUFBA: NEIM, 2011, p. 243-260.
- BITENCOURT, Silvana Maria. A contribuição de teóricas feministas para os estudos de gênero. **Revista Ártemis**, V. 16, n. 1, p. 178-185, ago./dez. 2013.
- BORGES, Joana Vieira. Leituras feministas de O Segundo Sexo no Brasil e na Argentina. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Org.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2011, p. 119-143.
- BRITO, Angélica de. **“A cruz vencerá o comunismo”**: o discurso Anticomunista do Jornal Folha do Norte do Paraná (1962-1965). 152f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Edusp, 1992.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia em O Estado de São Paulo**. São Paulo: Omega, 1980.

CARVALHO, Marília Gomes; TORTATO, Cintia Souza Batista. Gênero: considerações sobre o conceito. In: LUZ, Nanci Stancki; CARVALHO, Marília Gomes; CASAGRANDE, Lindamir Salette (Org.). **Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola**. Curitiba: Editora UTFPR, 2009, p. 21-32.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. **Crítica Marxista**, n. 11, p. 98-108, 2000.

CITELI, Maria Teresa. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 131-145, 2001.

COSTA, Ana Alice A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DALMOLIN, Aline Roes. **O discurso sobre aborto em revistas Católicas brasileiras Rainha e Família Cristã (1980-1990)**. 224f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

FARIA, Eduardo Prado de. A imprensa diária como fonte de pesquisa na História. **Pergaminho**, Patos de Minas, n. 04, p. 10-15, dez. 2013.

GARCIA, Loreley. Vestígios do véu na sociedade secularizada: a Criminalização do aborto. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 12, p. 24-38, dez. 2011.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid; TRINDADE, Zeidi; SANTOS, Maria de Fátima. Mulheres brasileiras e militância política durante a Ditadura Militar: a complexa dinâmica dos processos identitários. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 41, n. 03, p. 359-370, jan. 2007.

GONÇALVES, Renata. Sem pão e sem rosas: do feminismo marxista impulsionado pelo Maio de 1968 ao academicismo de gênero. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 21/22, p. 98-110, 2009.

HENTZ, Isabel Cristina; VEIGA, Ana Maria. Entre o feminismo e a esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (org.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2011, p. 145-163.

HURST, Jane. **Uma história não contada**: a história das ideias sobre o aborto na Igreja Católica. Tradução de Sandra Lampreia. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari; ATHAYDE, Maria Cristina de Oliveira. Sexualidade e erotismo nas páginas dos periódicos feministas (Brasil e Argentina – década de 1970 e 1980). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (org.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2011, p. 93-117.

KREUZ, Letícia Regina Camargo. **Crime e pecado**: o aborto sob os véus da religiosidade, da moralidade, da juridicidade e do feminismo. 235f. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: _____. **História e memória**. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 2003, p. 535-553.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2012.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.

LUCENA, Paola Lili. “**Nenhum lar sem o lar católico!**”: Discursos e vivências sobre gênero, família e sexualidade no jornal Lar Católico (1954- 1986). 357f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

LUNA, Naara. As novas tecnologias reprodutivas e o Estatuto do Embrião: um discurso do magistério da Igreja Católica sobre natureza. **Revista Antropológicas**, Recife, v. 13, n. 01, p. 57-74, 2002.

MARIANO, Silvana Aparecida. Modernidade e críticas da modernidade: a Sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 30, jan./jun., p. 345-372, 2008.

MARQUES, Gabriela Miranda. Movimentos feministas e Igreja Católica: uma análise comparativa de periódicos. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (org.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2011a, p. 191-210.

MARQUES, Gabriela Miranda. **Mulheres, feminismos e igreja católica no Cone Sul**: algumas relações (1970-1988). 202f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011b.

MARQUES, Gabriela Miranda. Relações entre mulheres, feminismos e Igreja Católica no Cone Sul (1974-1988). **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História** – Fortaleza, 2009.

MATOS, Teresinha Ferreira Leite; CUNHA, Lucia Alves da. Da constituição de um campo: gênero, feminismo e religião. In: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**, Florianópolis, p. 1-10, 2013.

MELLO, Érico Marques de. O aborto no Brasil e em Portugal. **Revista Jurídica Luso Brasileira**, Lisboa, n. 01, p. 907-931, 2016.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; RIBEIRO, Amanda de Souza. Mãe, esposa e dona do lar: representações da mulher no Jornal Folha do Norte do Paraná. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, v. 11, n. 1, p. 1-26, jan./jun. 2014.

MORAIS, Graziela Ramalho Galdino de. Roe versus Wade: uma perspectiva bioética da decisão judicial destinada a resolver um conflito entre estranhos morais. **Universitas JUS**, Brasília, n. 18, p. 01-79, jan./jun. 2009.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina**. São Paulo: Moderna, 1999.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, set./dez. p. 647-654, 2006.

OLIVEIRA, Adelaide Suely de. **Reconstituindo histórias sobre o feminismo brasileiro na esfera do governo**: Um olhar sobre as décadas de 1970 e 1980. 111f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

OLIVEIRA, Enilson Pereira. Considerações sobre a escola dos Annales: o debate entre Peter Burke e François Dosse. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 17 a 22 de julho, 2011, p. 01-14.

PASQUINI, Adriana Salvaterra. **A ação político-educativa da Igreja Católica n'O Jornal de Maringá**. 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; MEZZOMO, Frank Antonio. **Olhares sobre a mulher**: o jornal como fonte e recurso pedagógico. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. v. 1. 110p.

PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; MEZZOMO, Frank Antonio; SILVA, Gessica Aline. No lar e na família: permanência e mudanças nas representações da mulher face aos ventos modernizantes. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 9, p. 269-281, 2014.

PAULA, Antonio Roberto de. **O jornal do bispo**: a história da Folha do Norte do Paraná, 2009. Disponível em: <<http://jornaldobispo.blogspot.com/2010/04/livro-o-jornal-do-bispo-historia-da.html>>. Acesso em: 01 out. 2015.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006a.

PEDRO, Joana Maria. A Descriminalização do Aborto: estranhas relações com lutas mais antigas. **Revista do Mestrado de História**, Vassouras, v.08, p. 71-102, 2006b.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “segunda onda”: corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contextos, 2012, p. 238-259.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo que veio da França. In: PEDRO, Joana Maria; ISAIA, Artur Cesar; DITZEL, Carmencita de Holleben Mello (org.). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 49-68.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEREIRA, Marta Regina Alves. **Nas malhas da diferença**: nuances de gênero na educação de crianças. Uberlândia: Edufu, 2005.

PIMENTEL, Silvia; VILLELA, Wilza. Um pouco da história da luta feminista pela descriminalização do aborto no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 2, p. 20-21, Abr./Jun. 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTO, Rozeli Maria. **“Aborto Legal” e o “Cultivo ao Segredo”**: Dramas, Práticas e Representações de Profissionais de Saúde, Feministas e Agentes Sociais no Brasil e em Portugal. 270f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

REBOUÇAS, Melina Séfora Souza; DUTRA, Elza Maria do Socorro. Não nascer: algumas reflexões fenomenológico-existenciais sobre a história do aborto. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 419-428, jul./set. 2011.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da; SILVA, Maria Aparecida Alves. Jornal como fonte: uma das pontas do iceberg nas narrativas em história da educação. **Cadernos de História da Educação**, v. 13, n. 01, p. 219-231, jan./jun. 2014.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. **Revista brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 02, p. 369-374, jul./dez. 2006.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da; ROSTAGNOL, Susana; GUTIÉRREZ, María Alicia. Aborto y Parlamento: un estudio sobre Brasil, Uruguay y Argentina. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 02, p. 219-236, jul./dez. 2009.

ROSADO-NUNES, Maria José. Aborto e religião: as pesquisas no Brasil. In: BALTAR DA ROCHA, Maria Isabel; BARBOSA, Regina Maria (Org.). **Aborto no Brasil e países do Cone Sul**: panorama da situação e dos estudos acadêmicos. Campinas/SP: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2009. p. 207-226.

ROSADO-NUNES, Maria José. O tema do aborto na Igreja Católica: divergências silenciadas. **Ciências e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 02, p. 23-3, Abr./jun. 2012.

SANTOS, Rayani Mariano dos. **O debate parlamentar sobre aborto no Brasil: atores, posições e argumentos.** 223f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SARMENTO, Daniel. Legalização do aborto e constituição. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 240, p. 43-82, Abr./Jun. 2005.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 31-48, 2001.

SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: **XXI Congresso Internacional da Latin American Studies Association**, 1998, Chicago, Illinois.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 02, p. 35-50, maio/ago. 2004.

SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? discursos feministas do corpo. **Revista Gênero**, Niterói, v. 10, n. 02, p. 47-62, 2010.

SCAVONE, Lucila. Políticas feministas do aborto. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 675-680, maio/ago. 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Ana Cristina Teodoro da. Introdução à análise das imagens da imprensa. In: PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio. **Instituições e sociabilidades: religião, política e juventudes.** Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2013, p. 103-122.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. Superando as desigualdades de gênero: o papel da escola. **Revista Gênero**, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero-NUTEG, v. 8, n. 1. Niterói: EdUFF, 2007.

SILVA, Gisele Maria. Mulheres operárias na Argentina e no Brasil: uma análise de jornais da década de 1970. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (org.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis, Ed. Mulheres, 2011, p. 165-189.

SILVA, Márcia Pereira; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 04, n. 08, p. 01-11, jul./dez. 2010.

SKURA, Ivania. **Sociedade e imprensa: representações de beleza de mulher no jornal Folha do Norte do Paraná.** 118f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento) – Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2015.

SOIHET, Raquel. Movimento de mulheres: a conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contextos, 2012, p. 218-237.

TAVARES, Silvana Beline. **A despenalização/descriminalização como estratégia dos movimentos feministas nas lutas pela legalização do aborto em Portugal e no Brasil**. 195f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

VIANNA, Claudia; RIDENTI, Sandra. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, Julio G. (org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998, p. 93-105.

WOLFF, Cristina Scheibe. Machismo e feminismo nas trajetórias de militantes da esquerda armada no Cone Sul dos anos 1970: um olhar do exílio. In: PEDRO, Joana Maria; ISAIA, Artur Cesar; DITZEL, Carmencita de Holleben Mello (org.). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 31-48.

ZILLES, Urbano. A Gaudium et Spese as ciências. **Revista Teocomunicação**, Porto Alegre v. 35, n. 150, p. 695-710, Dez. 2005.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de Gênero no Brasil: um debate**. 212f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

APÊNDICE

Tabulação das matérias das Colunas Religiosas organizadas por ano de publicação

Tabela A1: Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná de 1963.

Quantidade de matérias e temas abordados								
Data	Corpo e comportamento	Maria/figura bíblica	Docs. Eclesiásticos	Aborto	Família	Divórcio	Outros	Total
05/01/1963	0	0	0	0	0	0	1	1
16/03/1963	1	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	1	0	0	0	0	0	1	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela A2: Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná de 1964.

Quantidade de matérias e temas abordados								
Data	Corpo e comportamento	Maria/figura bíblica	Docs. Eclesiásticos	Aborto	Família	Divórcio	Outros	Total
12/01/1964	0	1	0	0	0	0		1
22/01/1964	1	0	0	0		0	0	1
03/03/1964	0	1	0	0	0	0	0	1
13/03/1964	0	1	0	0	0	0	0	1
22/03/1964	0	0	0	0	1	0	0	1
07/05/1964	0	1	0	0	0	0	0	1
13/05/1964	0	0	0	0	0	1	0	1
03/07/1964	1	0	0	0	0	0	0	1
21/07/1964	0	1	0	0	0	0	0	1
05/08/1964	0	0	0	0	1	0	0	1
12/09/1964	0	0	0	0	1	0	0	1
25/06/1974	0	1	0	0	0	0	0	1
TOTAL	2	6	0	0	3	1	0	12

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela A3: Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná de 1965.

Quantidade de matérias e temas abordados								
Data	Corpo e comportamento	Maria/figura bíblica	Docs. Eclesiásticos	Aborto	Família	Divórcio	Outros	Total
13/03/1965	0	0	0	0	0	0	1	1
20/04/1965	0	0	0	0	1	0	0	1
25/04/1965	0	0	0	0	0	0	1	1
19/05/1965	0	0	0	0	0	1	0	1

27/05/1965	1	0	0	0	0	0	0	1
04/06/1965	1	0	0	0	0	0	0	1
15/06/1965	0	0	0	0	0	0	1	1
TOTAL	2	0	0	0	1	1	3	7

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela A4: Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná de 1966.

Quantidade de matérias e temas abordados								
Data	Corpo e comportamento	Maria/figura bíblica	Docs. Eclesiásticos	Aborto	Família	Divórcio	Outros	Total
09/02/1966	0	0	0	0	1	0	0	1
15/02/1966	0	0	0	0	0	0	1	1
05/03/1966	1	0	0	0	0	0	0	1
06/03/1966	0	0	0	0	0	0	1	1
10/03/1966	0	0	0	0	0	0	1	1
29/03/1966	0	0	0	0	0	0	1	1
12/04/1966	0	1	0	0	0	0	0	1
28/05/1966	0	0	0	0	0	0	1	1
02/06/1966	0	0	0	0	0	0	1	1
05/06/1966	0	0	0	0	0	1	0	1
07/06/1966	0	0	0	0	1	0	0	1
08/06/1966	0	0	0	0	0	0	1	1
03/07/1966	0	0	0	0	1	0	0	1
08/07/1966	0	1	0	0	0	0	0	1
17/07/1966	0	0	0	0	0	0	1	1
31/07/1966	0	0	0	0	0	0	1	1
31/07/1966	0	0	0	0	0	0	1	1
04/09/1966	0	0	0	0	0	0	1	1
TOTAL	1	2	0	0	3	1	11	18

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela A5: Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná de 1967.

Quantidade de matérias e temas abordados								
Data	Corpo e comportamento	Maria/figura bíblica	Docs. Eclesiásticos	Aborto	Família	Divórcio	Outros	Total
02/04/1967	0	0	0	0	1	0	0	1
07/04/1967	0	0	0	0	1	0	0	1
19/04/1967	0	0	0	0	0	0	1	1
29/04/1967	0	0	0	0	1	0	0	1
14/06/1967	1	0	0	0	0	0	0	1
17/06/1967	0	0	0	0	1	0	0	1
23/06/1967	0	0	0	0	1	0	0	1

24/06/1967	0	0	0	0	1	0	0	1
27/06/1967	0	0	0	0	1	0	0	1
28/06/1967	0	0	0	0	1	0	0	1
08/07/1967	0	0	0	0	0	0	1	1
08/08/1967	0	1	0	0	0	0	0	1
13/08/1967	0	0	0	0	1	0	0	1
18/08/1967	1	0	0	0	0	0	0	1
27/08/1967	1	0	0	0	0	0	0	1
30/09/1967	0	0	0	0	1	0	0	1
26/10/1967	1	0	0	0	0	0	0	1
08/11/1967	0	0	0	0	0	1	0	1
08/12/1967	0	0	0	0	0	0	1	1
22/12/1967	0	0	0	0	1	0	0	1
TOTAL	4	1	0	0	11	1	3	20

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela A6: Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná de 1968.

Quantidade de matérias e temas abordados								
Data	Corpo e comportamento	Maria/figura bíblica	Docs. Eclesiásticos	Aborto	Família	Divórcio	Outros	Total
14/02/1968	0	0	0	0	0	1	0	1
29/02/1968	0	0	0	0	1	0	0	1
17/03/1968	0	0	0	0	0	0	1	1
01/06/1968	1	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	1	0	0	0	1	1	1	4

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela A7: Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná de 1969.

Quantidade de matérias e temas abordados								
Data	Corpo e comportamento	Maria/figura bíblica	Docs. Eclesiásticos	Aborto	Família	Divórcio	Outros	Total
18/01/1969	0	1	0	0	0	0	0	1
19/01/1969	0	0	0	0	1	0	0	1
23/01/1969	0	0	0	0	1	0	0	1
13/02/1969	0	0	0	0	0	0	1	1
14/03/1969	1	0	0	0	0	0	0	1
16/03/1969	0	0	0	0	1	0	0	1
18/03/1969	0	1	0	0	0	0	0	1
21/03/1969	1	0	0	0	0	0	0	1
29/03/1969	0	0	0	0	1	0	0	1
26/04/1969	0	0	0	0	0	0	1	1
03/06/1969	1	0	0	0	0	0	0	1

11/06/1969	1	0	0	0	0	0	0	1
03/07/1969	1	0	0	0	0	0	0	1
09/07/1969	1	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	6	2	0	0	4	0	2	14

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela A8: Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná de 1970.

Quantidade de matérias e categorias de análise								
Data	Corpo e comportamento	Maria/figura bíblica	Docs. Eclesiásticos	Aborto	Família	Divórcio	Outros	Total
24/05/1970	0	0	0	1	0	0	0	1
13/06/1970	0	0	0	0	0	0	1	1
02/09/1970	0	0	0	0	1	0	0	1
24/09/1970	0	0	0	1	0	0	0	1
29/09/1970	0	1	0	0	0	0	0	1
30/09/1970	0	1	0	0	0	0	0	1
31/03/1970	0	0	0	0	0	0	1	1
06/05/1970	0	0	0	0	1	0	0	1
10/05/1970	0	0	0	0	1	0	0	1
15/05/1970	0	1	0	0	0	0	0	1
21/05/1970	0	0	0	0	1	0	0	1
22/05/1970	0	0	0	0	1	0	0	1
13/01/1970	0	0	0	0	0	0	1	1
17/01/1970	1	0	0	0	0	0	0	1
10/05/1970	0	1	0	0	0	0	0	1
05/06/1970	0	0	0	0	0	0	1	1
15/09/1970	0	0	0	0	0	0	1	1
11/12/1970	0	0	0	1	0	0	0	1
Total	1	4	0	3	5	0	5	18

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela A9: Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná de 1971.

Quantidade de matérias e categorias de análise								
Data	Corpo e comportamento	Maria/figura bíblica	Docs. Eclesiásticos	Aborto	Família	Divórcio	Outros	Total
05/03/1971	0	0	0	1	0	0	0	1
01/06/1971	0	0	0	0	0	0	1	1
02/06/1971	0	0	0	0	0	0	1	1
08/06/1971	0	0	0	0	0	0	1	1
22/06/1971	0	0	0	0	1	0	0	1
23/06/1971	1	0	0	1	0	0	0	2

10/08/1971	0	0	0	0	0	0	1	1
12/08/1971	0	1	0	0	0	0	0	1
15/09/1971	0	0	0	1	0	0	0	1
28/09/1971	0	0	0	1	0	0	0	1
TOTAL	1	1	0	4	1	0	4	11

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela A10: Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná de 1972.

Quantidade de matérias e categorias de análise								
Data	Corpo e comportamento	Maria/figura bíblica	Docs. Eclesiásticos	Aborto	Família	Divórcio	Outros	Total
14/01/1972	0	0	0	0	0	1	0	1
16/01/1972	1	0	0	0	0	0	0	1
18/01/1972	0	1	0	0	0	0	0	1
19/01/1972	1	0	0	0	0	0	0	1
21/01/1972	0	0	1	0	0	0	0	1
19/03/1972	0	0	0	0	0	0	1	1
22/03/1972	1	0	0	0	0	0	0	1
24/03/1972	1	0	0	0	0	0	0	1
04/04/1972	1	0	0	0	0	0	0	1
05/04/1972	0	0	0	0	1	0	0	1
06/04/1972	0	0	0	0	0	0	1	1
11/04/1972	0	0	0	0	1	0	0	1
12/04/1972	0	0	0	0	1	0	0	1
15/04/1972	0	0	0	0	0	0	1	1
19/04/1972	0	0	0	0	1	0	0	1
26/04/1972	0	0	0	0	0	1	0	1
07/05/1972	0	1	0	0	0	0	0	1
14/05/1972	0	0	1	0	0	0	0	1
24/05/1972	0	0	0	1	0	0	0	1
31/05/1972	0	1	0	0	0	0	0	1
11/06/1972	0	0	0	0	1	0	0	1
18/06/1972	1	0	0	0	0	0	0	1
24/06/1972	0	0	0	0	1	0	0	1
19/07/1972	0	0	0	0	0	0	1	1
23/07/1972	0	0	0	0	0	1	0	1
25/07/1972	0	1	0	0	0	0	0	1
25/08/1972	0	0	1	0	0	0	0	1
06/09/1972	0	0	0	0	1	0	0	1
13/09/1972	0	1	0	0	0	0	0	1
15/09/1972	0	1	0	0	0	0	0	1
16/09/1972	0	0	0	0	1	0	0	1

17/09/1972	1	0	0	0	0	0	0	1
20/09/1972	0	0	0	0	1	0	0	1
21/09/1972	0	0	0	1	0	0	0	1
23/09/1972	0	0	0	0	0	0	1	1
27/09/1972	0	0	0	0	0	0	1	1
01/10/1972	0	0	1	0	0	0	0	1
04/10/1972	1	0	0	0	0	0	0	1
05/10/1972	1	0	0	0	0	0	0	1
08/10/1972	0	0	0	0	1	0	0	1
14/10/1972	0	0	0	0	1	0	0	1
21/10/1972	0	0	0	0	0	0	1	1
01/12/1972	0	0	0	0	1	0	0	1
06/12/1972	0	1	1	0	0	0	0	2
08/12/1972	0	1	0	0	0	0	0	1
12/12/1972	0	0	1	0	0	0	0	1
14/12/1972	0	0	0	0	1	0	0	1
15/12/1972	1	0	0	0	0	0	0	1
Total	10	8	6	2	13	3	7	49

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela A11: Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná de 1973.

Quantidade de matérias e categorias de análise								
Data	Corpo e comportamento	Maria/figura bíblica	Docs. Eclesiásticos	Aborto	Família	Divórcio	Outros	Total
24/01/1973	0	0	0	1	0	0	0	1
18/01/1973	0	0	0	0	0	0	1	1
08/02/1973	1	0	0	0	0	0	0	1
15/02/1973	0	0	0	0	0	1	0	1
22/02/1973	1	0	0	0	0	0	0	1
23/01/1973	0	0	0	0	1	0	0	1
16/01/1973	0	0	0	0	0	1	0	1
18/01/1973	0	0	0	0	1	0	0	1
04/01/1973	0	1	0	0	0	0	0	1
09/01/1973	0	0	1	0	0	0	0	1
17/02/1973	1	0	0	0	0	0	0	1
13/10/1973	0	0	0	0	1	0	0	1
22/05/1973	0	1	0	0	0	0	0	1
10/03/1973	0	0	0	0	0	0	1	1
22/03/1973	0	0	0	0	1	0	0	1
10/06/1973	0	1	0	0	0	0	0	1
26/06/1973	0	0	0	0	0	0	1	1
11/12/1973	0	0	0	0	0	0	1	1
13/12/1973	0	1	0	0	0	0	0	1

19/06/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
19/06/1974	0	0	0	0	0	0	1	1
26/06/1974	0	0	0	0	0	0	1	1
04/07/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
05/07/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
11/07/1974	0	0	0	0	0	0	1	1
19/07/1974	0	1	0	0	0	0	0	1
20/07/1974	0	0	0	0	0	0	1	1
24/07/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
03/08/1974	0	0	0	0	0	0	1	1
06/08/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
08/08/1974	0	0	0	0	0	0	1	1
10/08/1974	0	0	0	0	0	0	1	1
13/08/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
15/08/1974	0	1	0	0	0	0	0	1
16/08/1974	0	0	0	0	0	0	1	1
18/08/1974	0	1	0	0	0	0	0	1
23/08/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
24/08/1974	0	0	0	0	0	0	1	1
28/08/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
29/08/1974	1	0	0	0	0	0	0	1
31/08/1974	0	0	0	0	0	0	1	1
06/09/1974	1	0	0	1	0	0	0	1
10/09/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
13/09/1974	0	0	0	0	2	0	0	2
14/09/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
18/09/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
19/09/1974	0	0	0	0	0	0	1	1
21/09/1974	0	0	0	0	0	0	1	1
24/09/1974	0	0	0	0	0	0	1	1
26/09/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
01/10/1974	0	0	1	0	0	0	0	1
03/10/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
15/10/1974	0	0	0	0	0	0	1	1
29/10/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
12/11/1974	0	0	0	0	0	1	0	1
14/11/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
19/11/1974	0	0	0	0	0	0	1	1
26/11/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
06/12/1974	0	1	0	0	0	0	0	1
07/12/1974	0	0	0	0	0	0	1	1
08/12/1974	0	2	0	0	0	0	0	2
11/12/1974	0	1	0	0	0	0	0	1
17/12/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
19/12/1974	0	0	0	0	0	0	1	1

27/12/1974	0	0	0	1	0	0	0	1
29/12/1974	0	0	0	0	1	0	0	1
TOTAL	3	12	1	3	30	1	35	85

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela A13: Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná de 1975.

Quantidade de matérias e categorias de análise								
Data	Corpo e comportamento	Maria/figura bíblica	Docs. Eclesiásticos	Aborto	Família	Divórcio	Outros	Total
01/01/1975	0	1	0	0	0	0	0	1
07/01/1975	0	0	0	0	0	0	1	1
30/01/1975	0	0	0	0	1	0	0	1
02/02/1975	0	0	0	0	1	0	0	1
18/02/1975	0	0	0	0	1	0	0	1
19/02/1975	1	0	0	0	0	0	0	1
28/02/1975	0	0	0	0	1	0	0	1
20/03/1975	0	0	0	0	0	1	0	1
23/03/1975	0	0	0	0	0	2	0	2
25/03/1975	0	0	0	0	0	1	0	1
03/04/1975	0	0	0	0	1	0	0	1
29/04/1975	1	0	0	0	0	0	0	1
02/06/1975	2	0	0	0	0	0	0	2
06/06/1975	0	0	0	0	1	0	0	1
12/06/1975	0	0	0	0	2	0	0	2
21/06/1975	0	0	0	0	0	0	1	1
24/06/1975	0	0	0	0	1	0	0	1
25/06/1975	0	1	0	0	0	1	0	2
TOTAL	4	2	0	0	9	5	2	22

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela A14: Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná de 1976.

Quantidade de matérias e categorias de análise								
Data	Corpo e comportamento	Maria/figura bíblica	Docs. Eclesiásticos	Aborto	Família	Divórcio	Outros	Total
03/01/1976	0	1	0	0	0	0	0	1
09/01/1976	0	0	0	0	1	0	0	1
10/02/1976	1	0	0	0	0	0	0	1
12/02/1976	0	0	0	0	1	0	0	1
12/03/1976	1	0	0	0	0	0	0	1
18/03/1976	0	0	0	0	1	0	0	1

06/04/1976	0	0	0	0	1	0	0	1
08/04/1976	0	0	0	0	1	0	0	1
21/04/1976	0	1	0	0	0	0	0	1
30/04/1976	0	0	0	0	1	0	0	1
12/05/1976	0	0	0	0	0	0	1	1
19/05/1976	0	0	0	0	0	0	1	1
16/06/1976	0	1	0	0	0	0	0	1
20/06/1976	1	0	0	0	0	0	0	1
24/06/1976	0	0	0	0	1	0	0	1
13/07/1976	0	0	0	0	0	0	1	1
30/07/1976	0	0	0	0	1	0	0	1
23/10/1976	0	0	0	0	1	0	0	1
TOTAL	3	3	0	0	9	0	3	18

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela A15: Colunas Religiosas do jornal Folha do Norte do Paraná de 1978.

Quantidade de matérias e temas abordados								
Data	Corpo e comportamento	Maria/figura bíblica	Docs. Eclesiásticos	Aborto	Família	Divórcio	Outros	Total
10/05/1978	0	0	0	0	1	0	0	1
16/05/1978	1	0	0	0	0	0	0	1
14/06/1978	1	0	0	0	0	0	0	1
11/07/1978	1	0	0	0	0	0	0	1
19/07/1978	0	0	0	0	0	0	1	1
03/08/1978	0	0	0	0	0	0	1	1
08/08/1978	1	0	0	0	0	0	0	1
10/08/1978	0	0	0	0	0	0	1	1
17/12/1978	0	1	0	0	0	0	0	1
TOTAL	4	1	0	0	1	0	3	9

Fonte: Dados da pesquisa.